

Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas

(orgs.)
Henrique Caetano Nardi
Raquel da Silva Silveira
Paula Sandrine Machado

Editora Sulina

DIVERSIDADE SEXUAL, RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CONSELHO EDITORIAL

Alex Primo – UFRGS
Álvaro Nunes Larangeira – UTP
Carla Rodrigues – PUC-RJ
Ciro Marcondes Filho – USP
Cristiane Freitas Gutfreind – PUCRS
Edgard de Assis Carvalho – PUC-SP
Erick Felinto – UERJ
J. Roberto Whitaker Penteado – ESPM
João Freire Filho – UFRJ
Juremir Machado da Silva – PUCRS
Maria Immacolata Vassallo de Lopes – USP
Marcelo Rubin de Lima – UFRGS
Michel Maffesoli – Paris V
Muniz Sodré – UFRJ
Philippe Joron – Montpellier III
Pierre le Quéau – Grenoble
Renato Janine Ribeiro – USP
Sandra Mara Corazza – UFRGS
Sara Viola Rodrigues – UFRGS
Tania Mara Galli Fonseca – UFRGS
Vicente Molina Neto – UFRGS

DIVERSIDADE SEXUAL, RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

(Orgs.)
Henrique Caetano Nardi
Raquel da Silva Silveira
Paula Sandrine Machado

Editora Sulina

© Autores, 2013

Capa: Ângelo Brandelli Costa (sobre imagem The Hartnett Collection PYMCA/Photographic, Youth, Music, Culture, Archive)
Projeto gráfico e editoração: Fosforográfico/Clo Sbardelotto
Revisão: Gabriela Koza
Revisão gráfica: Miriam Gress

Editor: Luis Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Denise Mari de Andrade Souza CRB 10/960

M251i

Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas/ Organizado por Henrique Caetano Nardi, Raquel da Silva Silveira e Paula Sandrine Machado. – Porto Alegre: Sulina, 2013. 207 p.;

ISBN: 978-85-205-0691-2

1. Psicologia Social. 2. Diversidade Sexual. 3. Direito Civil. 4. Políticas Públicas. 5. Ciências Sociais. 6. Antropologia Social. 7. Homossexualidade. I. Nardi, Henrique Caetano. II. Silveira, Raquel da Silva. III. Machado, Paula Sandrine.

CDD: 150.195
306
CDU: 316.6
342.7
572

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Av. Osvaldo Aranha, 440 – conj. 101
CEP: 90035-190 – Porto Alegre – RS
Tel.: (51) 3311 4082 Fax: (51) 3264 4194
sulina@editorasulina.com.br
www.editorasulina.com.br

Outubro/2013
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

Apresentação 7

PARTE I

Relações de gênero e diversidade sexual:
compreendendo o contexto sociopolítico contemporâneo 15
Henrique Caetano Nardi

Sobre travestilidades e políticas públicas:
como se produzem os sujeitos da vulnerabilidade 32
Maria Juracy Filgueiras Toneli e *Marília dos Santos Amaral*

"Senhora, essa identidade não é sua!": reflexões
sobre a transnomeação 49
Camila Guaranha e *Eduardo Lomando*

Ser trans e as interlocuções com a educação 62
Marina Reidel

Da patologia à cidadania 73
Célio Golin

Nuances de uma in(ter)venção indisciplinada com gênero
e sexualidade: vertigens de um modo de fazer política 87
Fernando Pocahy

Violência doméstica contra as mulheres e a lei
Maria da Penha: uma discussão que exige reflexão
e formação permanentes 97
Raquel da Silva Silveira e *Henrique Caetano Nardi*

A mulher-mãe e o homem-ausente: notas sobre feminilidades e masculinidades nos documentos das políticas de assistência social 118
Priscila Pavan Detoni e Lucas Aguiar Goulart

PARTE II

Diversidade sexual e discriminação: ética e estética 133
Cristina Gross Moraes

Homofobia no contexto escolar: vivências de uma observação participante 144
Rodrigo O. Peroni e *Julia Rombaldi*

Mapeamento da Rede de Atenção em Direitos Humanos, relações de gênero e sexualidade 155
Apresentação do Mapeamento 161
Priscila Pavan Detoni, Daniela Fontana Bassanesi e *Vinicius Serafini Roglio*

ANEXOS

Estado da arte da pesquisa a respeito da parentalidade e conjugalidade de casais de pessoas do mesmo sexo a partir do *amici curiae* do *Defense of Marriage Act* 175
Ângelo Brandelli Costa

Síntese de políticas LGBTTs nacionais, estaduais e locais ... 197
Ângelo Brandelli Costa

Sobre os autores 205

APRESENTAÇÃO

Henrique Caetano Nardi
Raquel da Silva Silveira
Paula Sandrine Machado

O campo das relações de gênero e da diversidade sexual constitui um núcleo importante dos debates políticos e científicos contemporâneos em torno dos direitos humanos. Desde a segunda metade do século XX, os movimentos sociais têm se empenhado na luta por direitos igualitários entre homens e mulheres, independentemente da orientação sexual e da expressão de gênero. As políticas públicas direcionadas a essas questões são ainda mais recentes e alvo de contestação e embates teórico-políticos.

Inserido nesse contexto de discussões, o livro **Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas** é um convite ao diálogo interdisciplinar. Ele busca ser uma ferramenta para a formação de profissionais que estão trabalhando ou que estão sendo formadas/os para trabalhar nas políticas públicas, sobretudo, no contexto da assistência, da saúde, da educação e da justiça. Dessa forma, destina-se tanto a profissionais da rede de atenção quanto aos e às estudantes de graduação nos mais diversos campos disciplinares.

Autoras e autores de diversos pertencimentos, tanto da academia quanto do movimento político, contribuíram para esse livro. A experiência que se constrói na relação entre a universidade, os movimentos sociais e as políticas públicas se expressa na heterogeneidade dos textos.

O livro é dividido em três blocos. O primeiro busca ressaltar o trabalho da academia e dos movimentos sociais na perspectiva de construir relações cidadãs e igualitárias no campo dos direitos sexuais e dos direitos humanos. O primeiro texto, de Henrique Caetano Nardi, discute o contexto sociopolítico contemporâneo no campo da diversidade sexual e das relações de gênero, apontando, desde uma perspectiva genealógica, as possibilidades históricas para a emergência das políticas públicas nesse campo, assim como as tensões políticas que o atravessam. O segundo texto, escrito por Maria Juracy Filgueiras Toneli e Marília do Santos Amaral, discute o acesso de transexuais e travestis às políticas públicas no Brasil, apontando para a invisibilidade e a restrição de direitos a que está submetida essa população nessa esfera. O terceiro texto, de Camila Guaranha e Eduardo Lomando, tece reflexões sobre as dificuldades encontradas por travestis e transexuais no que se refere ao reconhecimento jurídico e cotidiano do nome social. O quarto texto, de autoria de Marina Reidel, apresenta uma série de análises sobre os espaços ocupados e as situações enfrentadas por travestis e transexuais no campo da educação. Mais especificamente, traz importantes reflexões sobre as especificidades encontradas por professoras transexuais no contexto escolar. O quinto texto, escrito por Célio Golin, aponta de forma contundente, a partir da história política do grupo **nuances** de Porto Alegre, questões para reflexão sobre o movimento LGBT. Trata-se de um manifesto sobre os embates e sobre as derivas dos movimentos sociais na sua relação com o Estado e no interior da sociedade civil. O sexto texto, de autoria de Fernando Pocahy, apresenta um percurso histórico de momentos e estratégias políticas que foram traçadas em Porto Alegre pelo **nuances** – grupo pela livre expressão sexual, no intuito de refletir sobre as possibilidades de resistência que essa trajetória

coletiva possibilitou aos grupos LGBT. O sétimo texto, escrito por Raquel da Silva Silveira e Henrique Caetano Nardi, aborda a violência doméstica contra as mulheres e a necessidade de permanente formação para os/as agentes e as instituições que as recebem. Costumeiramente, esse problema é enfrentado como se houvesse uma universalidade do "ser" mulher, desconsiderando que marcadores sociais como raça e classe acabam por agravar as vulnerabilidades nas situações de violência. O oitavo texto, de autoria de Priscila Pavan Detoni e Lucas Aguiar Goulart, propõe uma análise de documentos das políticas públicas da Assistência Social, com objetivo de refletir sobre os papéis de homens e mulheres que circulam nos discursos dos mesmos. Percebem haver uma referência ao conceito de gênero em sua forma dicotômica tradicional, deixando de visibilizar os avanços teóricos que apontam a multiplicidade das masculinidades e das feminilidades.

O segundo bloco de textos descreve, de forma analítica, algumas das ações realizadas tanto pelas/os integrantes do NUPSEX (Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero) quanto pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade. Vale destacar que esse bloco é constituído por textos de autoria dos alunos e alunas que participaram ou seguem participando das atividades. Ressaltar esse aspecto significa afirmar a preocupação presente, desde a confecção do projeto, em fomentar a formação relacionada a essas temáticas através de atividades de iniciação científica e extensão universitária, as quais vêm sendo trabalhadas de forma indissociada. O primeiro texto, de Cristina Gross Moraes, visa a relatar a experiência de oficinas pedagógicas, focando no uso de imagens provenientes da História da Arte para se trabalhar com as temáticas de gênero e sexualidade. A autora discute as noções de diversidade sexual e de discriminação, a partir da relação en-

tre a ética e a estética que nos constitui enquanto sujeitos sociais. O segundo texto, escrito por Rodrigo Peroni e Julia Rombaldi, analisa as observações participantes realizadas em duas escolas públicas, no contexto da pesquisa "Formas de enfrentamento da homofobia nas escolas: análise de projetos em andamento na Região Metropolitana de Porto Alegre". A análise do contexto escolar, das interações entre estudantes e professoras/es, assim como da especificidade dos projetos de enfrentamento do preconceito são os elementos centrais abordados nesse capítulo.

O terceiro bloco, finalmente, apresenta dois capítulos no formato de anexos produzidos por Ângelo Brandelli Costa. O primeiro é a tradução do relatório da Associação Americana de Psicologia (American Psychological Association) que sintetiza o estado na arte das pesquisas produzidas em psicologia sobre a diversidade sexual e a homoparentalidade. O relatório apresenta as pesquisas mais rigorosas e os consensos científicos buscando desmistificar o preconceito e as falácias científicas que são aventadas pelos/as opositores/as da igualdade de direitos nos Estados Unidos, mas que são repetidos entre nós. O relatório da APA (que, de fato, capitaneava um grupo das principais associações da psicologia, medicina e assistência social dos EUA) foi regido por ocasião do julgamento recente (2013) da Corte Suprema dos Estados Unidos referente à igualdade de direitos entre casais do mesmo sexo e de sexos distintos. O segundo capítulo é uma compilação da legislação nacional, estadual (Rio Grande do Sul) e municipal (Porto Alegre) que sustenta a igualdade de direitos no campo da diversidade sexual.

Este livro é, assim, fruto do trabalho interdisciplinar e integrado do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade, vinculados ao Pro-

grama de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A criação do Centro de Referência é um dos produtos do projeto de extensão Intervenção Interdisciplinar em Coletivos: Vulnerabilidade Social e Direitos Humanos, que foi contemplado no Edital número 4 do PROEXT/MEC/SESU.

Boa leitura!

PARTE I

RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: COMPREENDENDO O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO CONTEMPORÂNEO

Henrique Caetano Nardi

Carlos amava Dora
que amava Lia
que amava Léa
que amava Paulo
que amava Juca
que amava Dora
que amava Carlos
que amava Dora
que amava Rita
que amava Dito
que amava Rita
que amava Dito
que amava Rita
que amava Carlos
que amava Dora
que amava Pedro
que amava tanto
que amava a filha
que amava Carlos
que amava Dora
que amava toda a quadrilha.
Flor da Idade – Chico Buarque (1973)

A canção Flor da Idade de Chico Buarque, escrita durante a ditadura militar, marca um período que pode ser considerado como um divisor de águas para a compreensão do contexto sociopolítico que atravessa o debate contemporâneo em torno dos

direitos de cidadania associados à identidade de gênero, à diversidade sexual e, de forma ampla, às relações de gênero. Chico Buarque descreve as diversas possibilidades de amar que não se restringem ao par homem-mulher[1]; a letra faz alusão às possibilidades de afeto heterossexuais, homossexuais, bissexuais e, sobretudo, à fluidez e à liberdade que marcariam o amor. Falar em liberdade nesse duro período da história brasileira remete para a resistência criativa de uma geração importante de artistas que lutou pela democracia, pela igualdade de direitos e contra as desigualdades sociais.

Falar em amor e política pode parecer um contrassenso, entretanto, ele é só aparente.

As relações de gênero – entendidas aqui como o resultado dos processos de construção social do masculino, do feminino e d@[2] neutro (se é que el@ existe) que hierarquizam as posições sociais de homens e mulheres em uma determinada sociedade – estão diretamente implicadas nas maneiras como se estruturam, não somente as relações erótico-afetivas[3], mas também as rela-

---

1 Segundo Renata Iacovino (2013), no "... contexto político da época, *Flor da Idade* passou pela censura, como as demais músicas do compositor. (...) O principal problema não residia no conteúdo picante da letra, mas no fato de que, na vertiginosa ciranda apresentada nos versos finais, há a sugestão do amor entre dois homens, Paulo e Juca, como citado no trecho acima. A defesa de Chico baseou-se no dicionário, utilizando-se do seguinte argumento: o verbo "amar" nem sempre tem conteúdo erótico. A música não foi vetada pela censura". Ver artigo em: http://www.revistagarimpocultural.com.br/a--danca-das-palavras/

2 Como não existe neutro na língua portuguesa, uma vez que, o masculino assume supostamente essa função, opto por usar @ para denunciar essa imposição linguística.

3 Cabe aqui lembrar que o amor romântico, produto da modernidade, tem conduzido nossas formas de desejar relações, tanto heterossexuais como homossexuais, em torno do imaginário de um casal idealizado (príncipe e princesa) que é marcado por atributos sociais específicos ligados ao gênero,

ções de trabalho, as políticas públicas de saúde, educação, segurança, justiça, assistência, a educação das crianças, a família, o esporte, o lazer, enfim, todas as relações sociais.

Assim, a partir da perspectiva teórica que toma o gênero e a sexualidade como inseridos em relações de poder, buscarei analisar a forma como homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, intersexuais, transexuais, assexuais, travestis, entre um sem número de identidades possíveis, têm sido produzid@s socialmente e, mais importante, têm ocupado lugares distintos na cultura. Em nossa história, algumas vidas construídas em torno dessas identidades foram enaltecidas, enquanto outras, de forma bem menos lírica e livre que na canção de Chico, foram e têm sido objeto de desprezo[4].

Inicio este capítulo relembrando o percurso da homossexualidade, desde sua invenção, no século XIX, até sua integração no que temos chamado hoje de diversidade sexual. Tomo a homossexualidade como questão central, pois, no senso comum, é ela que condensa as distintas expressões da sexualidade não heterossexual e expressões de gênero discordantes do padrão dicotômico homem-masculino/mulher-feminina.

Breves notas históricas para compreender o presente

Como disse, o ano de composição da música Flor da Idade é um divisor de águas, uma vez que, 1973, também é o ano em que a Associação Psiquiátrica Norte-Americana retira a homos-

ao sexo e à sexualidade, os quais vão abrir possibilidades distintas de gozo de direitos de cidadania.

4 Ver canção "Geni e o Zepelin", também de Chico Buarque, que narra a vida desprezada das travestis.

sexualidade do rol das doenças do DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, um manual para diagnóstico de doenças mentais utilizado no mundo todo).

O termo homossexualidade foi criado por Karl-Maria Kertbeny em 1869; o objetivo do autor era denunciar a injustiça da lei antissodomia prussiana. Entretanto, o conceito foi rapidamente apropriado pela sexologia para designar uma perversão sexual e uma personalidade anormal. Em 1886, Richard Von Krafft-Ebing usou os termos homossexual e heterossexual em seu livro *Psychopathia Sexualis*. O livro tornou-se popular entre leig@s e médic@s, e os termos heterossexual, bissexual e homossexual passaram a designar a orientação sexual. Como afirmou Michel Foucault (1999), é no século XIX que práticas sexuais passam a designar "espécies" de humanos. Ou seja, o que antes eram atos moralmente (e criminalmente em alguns países) condenados, mas que podiam ser realizados por quaisquer pessoas, a partir dessa época, designam personalidades específicas. A sexualidade torna-se então, para o autor, um dispositivo de poder[5] que divide as pessoas entre normais e anormais.

Retomando nossa história, é importante frisar que no Brasil (pós-período colonial) a homossexualidade em si, fora do âmbito do código militar, não era condenada penalmente. Entretanto, as prisões de homossexuais eram frequentes, sendo justificadas por atentado ao pudor ou outros subterfúgios legais. Mesmo que não fizesse parte do código penal, a homossexualidade era objeto de tratados (e tratamentos) médicos, assim como condenada pela Igreja Católica. Nesse contexto, a possibilidade

[5] Não há espaço para realizar uma discussão mais aprofundada aqui, assim sugiro a leitura do livro *História da Sexualidade I* (Foucault, 1999) para uma melhor compreensão da maneira como a sexualidade passa a ser central na definição do que somos.

de viver a homossexualidade em público era inexistente (para além de guetos e espaços clandestinos) e socialmente condenada. Os primeiros sinais da visibilidade urbana de uma sociabilidade homossexual, ainda tímida, surgem nas grandes cidades na década de 1950 (Green, 2000), mas era ainda restrita a espaços vigiados e se constituía em redes de amizade, tratando-se de formas de associação mais festivas que políticas (no senso estrito do termo).

No restante do mundo ocidental, sobretudo nos países industrializados, começam a surgir, na década de 1960, movimentos sociais que buscaram incrementar a margem de liberdade para a expressão da sexualidade e questionar as relações de gênero marcadas pela dominação masculina. A família sustentada na lógica da dominação patriarcal começa a ser repensada. Os movimentos feministas ganham força, emerge o movimento Hippie, o movimento pelos direitos civis se fortalece nos EUA (contra o segregacionismo e a discriminação baseada na cor), maio de 1968 marca a união entre estudantes e operári@s na França e questiona as relações autoritárias em diversas instituições sociais e, finalmente, em 1969, temos a revolta de Stonewall[6], considerada como o acontecimento que marca o surgimento dos movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais) contemporâneos.

É a partir desse período que emerge a reivindicação de direitos plenos de cidadania para a população LGBT e a luta contra todas as formas de discriminação. Assim, como fruto da pressão

[6] A revolta de Stonewall se refere aos embates violentos com a polícia no bar Stonewall Inn, frequentado pela clientela LGBT, em Nova Iorque, como resistência às frequentes investidas policiais. O conflito iniciou em 28 de junho de 1969, durando vários dias. É por essa razão que o dia 28 de junho é comemorado nas chamadas Parada do Orgulho Gay em todo o mundo.

dos movimentos sociais em aliança com pesquisador@s que denunciaram a ausência de bases científicas para a categorização da homossexualidade como doença, é que ela é retirada do rol de patologias pela Associação Psiquiátrica Americana[7]. É nesse mesmo período que George Weiberg (1972) cria o conceito de homofobia, apontando para uma reversão do problema, ou seja, se antes @s homossexuais eram tratados como doentes, a partir desse momento, começa a se tomar o preconceito contra a homossexualidade como um problema. Embora seja equivocado conceitualmente, pois não existe propriamente uma "fobia" contra homossexuais, mas sim um preconceito de origem social, a palavra foi rapidamente assimilada ao senso comum, possuindo derivações como transfobia (relativa a transexuais e travestis) e lesbofobia (relativa à lésbicas), por exemplo.

O termo homofobia também tem sido usado para definir programas e políticas públicas, além de assumir um sentido genérico que designa toda forma de preconceito e discriminação contra a população LGBT. Outros conceitos, mais precisos, surgiram no campo das ciências humanas como, por exemplo: heterossexismo (que se refere à hierarquia social das sexualidades, na qual a heterossexualidade é considerada superior e dá vantagens sociais às/aos heterossexuais); heteronormatividade (que se associa ao conceito anterior e explicita a forma como a heterossexualidade é tida como "a" norma a partir da qual se classificam as sexualidades); e heterossexualidade compulsória (termo que se refere ao modo como tod@s são pensad@s *a priori* como heterossexuais de forma compulsória nas relações sociais, ou seja,

[7] Cabe lembrar que a transexualidade ainda é considerada como disforia de gênero, embora esse diagnóstico seja fruto de intenso debate científico e político, que será discutido em outros capítulos deste livro.

em princípio, a sociedade é organizada como se tod@s fossem heterossexuais).

A partir dos anos 1970, a ação conjunta de movimentos sociais, juristas e pesquisador@s de diversos campos, busca reverter a histórica deslegitimação das sexualidades não heterossexuais, assim, as leis que condenavam a homossexualidade nos países ocidentais foram progressivamente extintas e criaram-se mecanismos para garantir a igualdade de direitos[8].

A epidemia de Aids, a partir dos anos 1980, também é um fator importante para a transformação das relações sociais atravessadas pela sexualidade. Após um primeiro momento de enfrentamento da epidemia que reforçou o estigma e o preconceito, ao utilizar a ideia dos grupos de risco, os movimentos sociais, pesquisador@s e profissionais da saúde se uniram em uma coalizão de solidariedade político-científica e criaram o conceito de vulnerabilidade[9]. A perspectiva da vulnerabilidade mostra como o preconceito, a discriminação, a ausência de igualdade de direitos, a moral sexual rígida marcada pela dominação masculina, as relações de gênero opressoras, a pobreza e a falta de políticas públicas produzem, em conjunto, as condições para que as pessoas, independentemente da sexualidade e da identidade de

---

[8] É importante lembrar que esse é um movimento próprio aos países democráticos ocidentais. Em muitos países onde não existe a separação entre Religião e Estado (particularmente muçulmanos), assim como em países com democracias frágeis ou ditaduras, a homossexualidade continua sendo punida.

[9] O conceito de vulnerabilidade é atribuído a John Mann et al. (1993). Ele foi retomado no Brasil por José Ricardo Ayres et al. (1999), buscando compreender a articulação indivíduo-coletivo nas formas como as pessoas estão mais propensas ou expostas ao risco de infecção. Para o autor, o comportamento individual não pode ser dissociado das condições socioculturais e institucionais que o influenciam/condicionam; ou seja, o preconceito, a discriminação e a ausência de políticas públicas eficazes produzem a vulnerabilidade.

gênero, não utilizem o preservativo e não realizem o tratamento adequado. Assim, as formas de enfrentamento da epidemia mudam nos anos 1990, buscando fortalecer as populações mais vulneráveis, apontando para a necessidade de um debate público sobre a sexualidade, da garantia de igualdade de direitos e da luta contra o preconceito.

Todas essas transformações sociais tiveram impactos diretos nas formas de organização da vida em sociedade e, nessa direção, as relações entre as pessoas do mesmo sexo passaram a ter seus direitos equiparados aos dos casais heterossexuais. Como exemplo, cito os 15 países que já possuem casamento igualitário, são eles: Holanda (2001), Bélgica (2003), Espanha (2005), Canadá (2005), África do Sul (2006), Noruega (2009), Suécia (2009), Portugal (2010), Islândia (2010), Argentina (2010), Dinamarca (2012), Uruguai (2013), Nova Zelândia (2013), França (2013) e Inglaterra (2013). Para além da legislação que equipara o casamento, muitos outros países reconhecem as uniões civis e atribuem direitos equivalentes ao casamento, como é o caso do Brasil, desde 2011, com a decisão do Supremo Tribunal Federal[10].

Voltando para história do Brasil, é importante lembrar que, enquanto os movimentos sociais dos anos 1960 agitavam o mundo, o Brasil vivia a ditadura militar, com liberdade de expressão cerceada e repressão política.

[10] Em 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal, reconheceu, por unanimidade, a união estável entre pessoas do mesmo sexo em todo o território nacional. A decisão consagrou uma interpretação mais ampla ao artigo 226, §3º da Constituição Federal de modo a abranger no conceito de entidade familiar também as uniões entre pessoas do mesmo sexo. O julgamento levou em consideração uma vasta gama de princípios jurídicos consagrados pela Constituição como direitos fundamentais: igualdade, liberdade e a proibição de qualquer forma de discriminação.

Os primeiros movimentos sociais que buscavam a igualdade de direitos e a liberdade de expressão da sexualidade datam do final da década de 1970. O primeiro grupo político, SOMOS – grupo de afirmação homossexual –, é de 1978[11] e o primeiro jornal, Lampião da Esquina, também é de 1978. É nesse período chamado de "Abertura Política" que temos as primeiras greves no ABC Paulista, cujo líder mais destacado foi o ex-presidente Lula, na época, torneiro mecânico. Trata-se de um período rico para a construção de um projeto social de país que irá deixar marcas importantes na Constituição de 1988, a chamada constituição cidadã.

A Constituição vai legitimar juridicamente o princípio de igualdade de direitos e, sobretudo, dará o aval para que se busque garantir o acesso aos direitos sociais a toda população brasileira. Nessa direção, uma série de políticas públicas serão desenhadas buscando reverter a desigualdade social que estruturou historicamente nossa sociedade. A criação do Sistema Único de Saúde (o SUS se configura no modelo para todas as outras políticas públicas) também é fruto desse movimento e, pela primeira vez em nossa história, o Estado brasileiro reconhece que a saúde é um dever do Estado e direito de tod@s. O conceito de saúde que orienta os princípios do SUS se sustenta na ideia de que a saúde é consequência das condições de vida, portanto, uma perspectiva próxima à ideia de vulnerabilidade. Na agenda das políticas posteriores à Constituição de 1988, emergem ações afirmativas que, ao reconhecer as necessidades específicas de parcelas da população que foram submetidas a séculos de exploração e humilhação, irão contemplar programas sociais dirigidos a mulheres, negros e

[11] O SOMOS assume esse nome em 1979, mas já se reunia desde 1978 com a denominação Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais.

negras, índios e índias e, como último item a surgir nessa agenda, o combate à discriminação e ao preconceito associados à identidade de gênero e à diversidade sexual. Uma vez que:

> Foi apenas a partir de 2001, com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), vinculado ao Ministério da Justiça, que as ações dos grupos de ativismo LGBT no Brasil começaram também a priorizar a reivindicação de políticas públicas voltadas à promoção de sua cidadania e direitos humanos, para além da esfera de prevenção da epidemia de HIV/Aids e de apoio a suas vítimas, que já vinham ocorrendo desde meados da década de 1980 (Mello; Avelar & Maroja, 2012, p. 295).

Na esteira desse movimento, em 2004, o governo brasileiro lança o programa "Brasil sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual" do qual fazem parte ações de diversos Ministérios que buscam a afirmação da igualdade de direitos e a proteção das minorias sexuais contra efeitos do preconceito e do estigma. Como parte dessas ações, desde 2006, o Ministério da Educação tem financiado projetos de formação de professor@s e tem apoiado publicações que tratam da temática. Na continuidade desse processo de legitimação da agenda antidiscriminatória, em 2008, o governo Lula convoca a I Conferência GLBT[12] e, em 2009, lança o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos LGBT. Em 2009

[12] Durante a Conferência, as mulheres lésbicas solicitaram a inversão da sigla de GLBT para LGBT, a partir do debate político a respeito da menor visibilidade do movimento lésbico em relação ao movimento gay, a qual reproduz certa forma de dominação masculina.

também é publicado o decreto criando o "Programa Nacional de Direitos Humanos 3" (PNDH-3)[13] e, em 2010, o governo lança o Plano Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Cabe salientar que a afirmação dos direitos sexuais como direitos humanos, iniciada pelo movimento feminista, se constituiu em um passo fundamental para a legitimação de direitos para a população LGBT[14]. Em 2011, entretanto, o cenário político brasileiro se torna mais tenso. Após a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) em equiparar direitos de casais do mesmo sexo aos casais heterossexuais, a presidente Dilma Rousseff, logo após convocar a II Conferência Nacional LGBT, em ato paradoxal e cedendo à pressão da bancada evangélica no Congresso Nacional, suspende a distribuição pelo MEC de material pedagógico destinado ao combate à homofobia nas escolas. Em 2013, um pastor evangélico acusado de fazer pronunciamentos racistas, sexistas e homofóbicos assume a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, uma consequência não prevista de uma aliança entre os partidos da base governista.

Esse cenário político tenso mostra que a liberdade de expressão sexual e de gênero tem uma legitimidade recente e que a reação conservadora sexista, heterossexista e sustentada na dominação masculina está bastante presente em alguns setores da sociedade, sobretudo naqueles que tentam impor valores religiosos ao campo político, ameaçando a democracia duramente conquistada. Cabe lembrar que a democracia só se tornou possível

---

[13] Para uma análise mais detalhada das políticas públicas dirigidas à população LGBT, ver o artigo de Luiz Mello, Rezende Bruno Rezende de Avelar e Daniela Maroja (2012).

[14] Para aprofundar essa questão, ver o artigo de Mario Pecheny e Rafael de La Dehesa (2011).

nas sociedades contemporâneas com a afirmação da laicidade do Estado[15]. Várias pesquisas no mundo e no Brasil, inclusive a pesquisa do IBOPE[16] sobre a opinião d@s brasileir@s em relação à homossexualidade, realizada em 2011, mostram a associação do preconceito com a escolaridade (menor escolaridade, maior preconceito), com a idade (quanto mais velh@, mais preconceituos@), com as religiões monoteístas (quanto mais religios@, mais preconceituos@) e com o fato de homens serem mais preconceituosos que mulheres. Nesse sentido, o papel das políticas públicas, sobretudo, de educação, é fundamental para a superação do preconceito e da discriminação.

Avaliando o contexto atual, pode-se afirmar que, apesar da tensão política, existem programas, planos e investimento governamental que endossam a realização de projetos pedagógicos. A inclusão da temática está prevista em uma série de documentos oficiais, inclusive, nas orientações do Ministério da Educação às escolas (vide Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs). É evidente, entretanto, que a luta é longa, as palavras que desqualificam as sexualidades não heterossexuais e a diversidade das expressões de gênero são usadas cotidianamente e compõem boa parte dos insultos usados no dia a dia, como demonstra o trabalho de Amadeu Roselli-Cruz (2011) em sua análise do uso do palavrão entre estudantes. O autor afirma que 90% da agressividade expressa pelo insulto tem caráter sexual e é dirigida à família, à

[15] Cabe lembrar que a laicidade não implica a proibição da religião, mas sim a liberdade de expressão religiosa e o respeito ao cunho privado da fé. A separação da religião e do Estado afirma a liberdade de credo e a não superioridade de uma crença religiosa sobre a outra. A igualdade de direitos, inclusive na escolha religiosa, nos termos definidos acima, incluindo o ateísmo e agnosticismo, é um dos fundamentos da democracia.

[16] http://www4.ibope.com.br/download/casamentogay.pdf

mãe ou à homossexualidade. Da mesma forma, pesquisas nacionais têm mostrado a presença disseminada da homofobia (preconceito) e do heterossexismo no campo da educação, seja entre estudantes, funcionári@s ou professor@s (Abramovay, Castro, & Silva, 2004; FIPE, 2009; Fundação Perseu Abramo, 2008). A pesquisa pertencente ao projeto "Escola sem Homofobia[17]" mostra, inclusive, que a dificuldade de lidar com as questões relativas à diversidade sexual é maior entre professor@s que entre estudantes. A situação é semelhante em outras políticas sociais como a saúde, a assistência e a segurança. Nessas políticas, existem iniciativas de formação de servidor@s, assim como normativas e portarias afirmando que a garantia de direitos passa pelo tratamento igualitário de tod@ cidadã/ão. Cabe salientar que, mais do que igualdade, trata-se de promover a equidade, a qual implica desenhar projetos e programas atentos à vulnerabilidade e às necessidades específicas das minorias sexuais.

Notas finais: considerações sobre as possibilidades de agir na luta contra o preconceito

Busquei descrever, nesse breve capítulo, alguns aspectos históricos que delineiam as tensões e as conquistas presentes no campo da cidadania no que tange à diversidade sexual e às relações de gênero.

A homossexualidade, hoje integrante do que chamamos de diversidade sexual, foi, desde a invenção do termo até o iní-

[17] Pesquisa realizada pela Reprolatina: "Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras" com financiamento da SECAD e MEC. Disponível em: http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/homofobia.asp

cio dos anos 1970, na maior parte dos países ocidentais, tratada como crime, pecado e doença. Hoje, a compreensão jurídica afirma a igualdade de direitos e a garantia da liberdade de expressão da sexualidade; a ciência, representada principalmente pela psicologia e pela medicina, afirma que a homossexualidade integra a pluralidade de expressões da sexualidade humana e que ela não é doença e, portanto, qualquer forma de tratamento para reversão da orientação sexual deve ser considerada como charlatanismo, além de produzir sofrimento e aumentar o estigma. Nesse sentido, a resolução 001 de 1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP)[18], afirma:

> Art. 1° – Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.
> Art. 2° – Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.
> Art. 3° – Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.
> Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.
> Art. 4° – Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de

[18] http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

> comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Assim como o CFP, outras entidades profissionais, como o Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal do Serviço Social, Associação Brasileira de Antropologia, Ordem dos Advogados do Brasil, entre outras, têm afirmado os efeitos deletérios do preconceito. O preconceito e a discriminação produzem diminuição da autoestima e, como consequência, maiores índices de suicídio e depressão na população LGBT, além de comportamento de risco e uso abusivo de drogas e álcool. O preconceito mata. As denúncias no Disque 100[19], serviço criado para atender situações de violação de direitos e discriminação, indicam em 2011, 6.809 violações de direitos da população LGBT e, em 2012[20], tivemos 9.982 violações[21]. O relatório do Grupo Gay da Bahia[22] afirma que, em 2012, ocorreram 338 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil.

Esses números mostram que a luta contra o preconceito e a discriminação é uma ação necessária no campo das políticas públicas, sobretudo porque muitas vezes as violações de direitos são perpetradas no interior da própria família, espaço onde @s jovens deveriam se sentir mais protegid@s. Cada servid@r públic@ é, assim, responsável pela proteção, sobretudo de crian-

---

19 http://www.sedh.gov.br/brasilsem/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-o-ano-de-2011/Relatorio%20LGBT%20COMPLETO.pdf

20 http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/2013/06/27-jun-13-numero-de-denuncias-de-violencia-homofobica-cresceu-166-em-2012-diz-relatorio

21 Esse aumento indica, sobretudo, que as pessoas têm mais conhecimento dos canais de denúncia, assim como maior consciência de seus direitos.

22 http://www.doistercos.com.br/ggb-divulga-numero-de-assassinatos-de-gay-no-ano-de-2012/

ças e jovens, quando vítimas do preconceito, pois configuram, em muitas situações, seu único recurso. Sabe-se que planos, programas, leis, sistemas governamentais não funcionam se ficam somente no papel, e o Brasil é pródigo em elaborar documentos. Cabe a tod@s enfrentarmos esse legado cultural e histórico marcado pelo preconceito na busca de uma sociedade justa. Uma sociedade justa não é dividida entre um "nós" e um "el@s", mas necessita que tod@s nos sintamos como parte da diversidade e cientes de que somos vulneráveis em algum aspecto ou em algum momento de nossas vidas. Assim, somente garantiremos a proteção de direitos se integrarmos os princípios da solidariedade, do respeito e da admiração pela singularidade d@ outr@ no cotidiano de nossas vidas. A liberdade de expressão é elemento central de nossa diversidade, liricamente descrita por Chico Buarque na canção que inicia este capítulo.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO Mary G. & SILVA, Lorena B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO. 2004

AYRES José Ricardo CM et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: Barbosa Regina e Parker Richard (org.). *Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1999. p. 50-71

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília. 2009a

_____. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília. 2009b

BRASIL.(2004) Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília.

FIPE. Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar. São Paulo/Brasília: MEC/INEP, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13ª Edição. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.* São Paulo: UNESP, 2000.

MANN, John; TARANTOLA DJM, NETTER, T. Como avaliar a vulnerabilidade à infeção pelo HIV e Aids. In: Parker Richard. *A Aids no mundo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, p. 276-300.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Soc. estado*. 2012, 27:2, p. 289-312. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200005&lng=pt&nrm=iso>.acesso em 01 maio 2013. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005.

PECHENY, Mario e de la DEHESA, Rafael. Sexualidades, Política e Estado na América Latina: elementos críticos a partir de um debate Sul-Sul. *Polis e Psique*. 2011, 1:3, p. 19-47. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/31525

PERSEU ABRAMO. *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Rosa Luxemburg Stiftung, 2008.

ROSELLI-CRUZ, Amadeu. Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão: seu uso na educação sexual escolar. *Educ. rev*. [online]. 2011, n.39 [cited 2013-06-25], p. 73-85. acesso <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100006&lng=en&nrm=iso>.ISSN0104-4060. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000100006.

WEINBERG, George. *Society and the Healthy Homosexual*. New York: St. Martin Press, 1972.

SOBRE TRAVESTILIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: COMO SE PRODUZEM OS SUJEITOS DA VULNERABILIDADE

Maria Juracy Filgueiras Toneli
Marília dos Santos Amaral

A matéria publicada em 4 de abril de 2012 pelo jornal *Folha de S.Paulo*, alerta para o fato de que em 2011 o número de assassinatos de homossexuais no Brasil chegou ao seu ápice totalizando 226 casos, segundo o GGB (Grupo Gay da Bahia). Somente nos três primeiros meses de 2012, já haviam ocorrido 106 assassinatos, demonstrando uma curva crescente desses eventos no país. É importante destacar que esses números são baseados em notícias divulgadas pela imprensa e pela internet[1], uma vez que, no Brasil, ainda não se tem um banco de dados oficiais que congregue essas informações como previsto no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II) de 2002. Portanto, é preciso considerar que esse total ainda pode ser maior. Além dos eventos que redundam em morte, deve-se atentar para os diversos tipos de violências e modalidades de discriminação às quais a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) está sujeita.

[1] Não se inicia essa introdução por uma matéria publicada pela imprensa sem algum motivo. A realidade da violência à qual está exposta a população LGBT é fato concreto no Brasil. No entanto, não dispomos de dados "oficiais" acerca de seu exercício, modalidades, motivações e implicações.

Segundo os registros da Organização Não Governamental ADEDH (Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Ênfase na Sexualidade[2]) relativos aos atendimentos jurídicos e psicológicos realizados no período de setembro de 2011 a março de 2012 na cidade de Florianópolis/SC, a maioria absoluta das pessoas que buscam esses serviços traz queixas relacionadas às diversas formas de violência, com prevalência da física. O que se pode depreender a partir dos atendimentos, no entanto, é o que chamamos de invisibilidade de outras formas de violência, especialmente a psicológica que se torna naturalizada, e, por isso, não é percebida e nomeada como tal. Mostra disso é que das pessoas que vivem e convivem com HIV/Aids, no âmbito da ADEDH, 80% afirmam que familiares, amigos, colegas, demais parentes e companheiros desconhecem essa condição, justificando tal situação pelo receio do preconceito.

A partir de trabalhos que temos realizado junto a esta Ong através de ações de pesquisa e de extensão do Núcleo *Margens,* do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, podemos identificar que há um histórico de alijamento desta população das instituições públicas de saúde, escola e trabalho formal, mesmo que algumas resoluções normativas tenham buscado estruturar programas sociais voltados para este grupo em diversas regiões do país.

---

[2] Organização Não Governamental, com sede em Florianópolis, que vem trabalhando, desde sua criação, com populações de travestis e transexuais. O Núcleo *Margens*, do Departamento de Psicologia da UFSC, desde 2010 desenvolve atividades de pesquisa e extensão em parceria com a ADEDH. Projeto de Pesquisa: "Gênero, sexo e corpo: abjeções e devires", com financiamento do CNPq, e Projeto de Extensão: "Gênero, sexo e corpo: apoio psicológico a travestis em Florianópolis".

As violências são diversas e heterogêneas contra este grupo. Como se não bastasse agressões advindas da família, do espaço escolar, do trabalho, da polícia, da escassez de políticas que protejam e garantam a vivência em espaços públicos diversos, sabe-se que, dentre a população geral, o segmento LGBT é uma das parcelas que mais sofre atentados de morte. Desses, a população de travestis e transexuais é a que mais morre assassinada (Carrara & Vianna, 2004). Em um documento recém lançado em 2013 pela *Transgender Europe* (TGEU), Organização Não Governamental europeia que registra o número de assassinatos de transexuais e travestis no mundo, aponta que há mais de 1.100 assassinatos relatados nos últimos cinco anos, em 57 países. O país com o maior número de vítimas é o Brasil: no período de 2008 a 2012, foram assassinadas 452 pessoas. Em segundo lugar está o México com 106 assassinatos. Faz-se patente, pois, a necessidade de intervenção do Estado, bem como de setores diversos da sociedade civil, como a universidade, a fim de reverter tais situações.

Este histórico de exclusão está intimamente relacionado a uma trajetória de violência na experiência de travestis e transexuais vinculada principalmente às famílias e às escolas e, mais tarde, ao acesso ao mercado de trabalho formal. Além disso, o preconceito e a violência contra a identidade de gênero desta população têm ao longo dos anos legitimado práticas transfóbicas de violência e de exclusão, incidindo particularmente sobre o corpo das travestis e transexuais e sobre as possibilidades de acesso delas ao mercado de trabalho formal e à qualificação escolar e profissional.

Seguindo estas pistas, o presente texto origina-se de iniciais reflexões em torno do projeto *"Direitos e violências*

na experiência de travestis e transexuais em Santa Catarina: construção de perfil psicossocial e mapeamento de vulnerabilidades", uma das parcerias entre o Núcleo *Margens* e a Ong ADEDH que têm como foco o desenvolvimento de atividades com a população de travestis e transexuais na cidade de Florianópolis/SC.

Esse projeto baseia-se, principalmente, nas dificuldades de acessibilidade desta população ao se reportarem às políticas públicas, dentre elas a insuficiência de pesquisas e levantamentos que ofereçam dados voltados para esse público. Produz-se assim sua invisibilidade social, que aponta a maneira como as políticas brasileiras têm (re)conhecido a experiência de travestis e transexuais, tornando-as invisíveis e deslegitimando seus direitos com relação à plena cidadania.

Neste contexto, o objetivo central do projeto tornou-se o diagnóstico das situações de vulnerabilidade e acesso a políticas públicas de saúde, educação, segurança pública e assistência social de travestis e transexuais no estado de Santa Catarina. Objetivo no qual "mapear vulnerabilidades" significa partir da ideia de corpo como algo público e desta forma "exposto" desde sua condição humana. Assim sendo, estar exposto denuncia a vulnerabilidade dos corpos à violência, pois implica a compreensão do corpo como uma dimensão não apenas pública, mas também política (Cavarero & Butler, 2007[2005]).

No cenário das políticas públicas e vulnerabilidade da população trans, elegeu-se para este texto dois pontos centrais de discussão: os modos pelos quais as políticas públicas têm (re) conhecido a experiência de travestis e transexuais, e como se produzem os sujeitos legítimos da vulnerabilidade.

Corpos políticos públicos

Não faz muito tempo que as experiências travestis e transexuais tornaram-se temáticas para as pesquisas brasileiras. As minúcias das vidas do "universo trans" ou das Ts como são conhecidas na militância LGBT passaram a ser visitadas com mais frequência por pesquisadores das ciências sociais e da antropologia, a partir de 1990, sendo detalhadas em diários de campo durante suas incursões etnográficas por bairros de periferia, boates, praças, pensões e territórios de prostituição de diferentes capitais brasileiras. Os autores mais citados nos trabalhos acadêmicos sobre travestis, a partir desta década, são Hélio Silva (1993), Don Kulick (1998) e Marcos Benedetti (2000) ao relatarem em suas pesquisas os modos de vida de travestis na Lapa do Rio de Janeiro, no Pelourinho de Salvador e em Porto Alegre, respectivamente. Também na década seguinte, recebe grande destaque a tese de Berenice Bento (2003) na área da sociologia, sobre o contexto das transexualidades. Neste período há um crescente e produtivo interesse de pesquisadores pelo tema, no entanto, é após os anos 2000 que o universo trans passa a ter maior visibilidade e desponta como assunto central de diferentes pesquisas brasileiras, talvez motivadas pela onda dos estudos *queer*, pelas críticas pós-estruturalistas e pela preocupação também crescente entre a militância LGBT em relação às reivindicações das pessoas Ts. Os dados demonstram um expressivo e produtivo interesse acadêmico pelas histórias de vidas de muitas travestis e transexuais, que, nesta última década, passaram cada vez mais a fazer parte das pesquisas de diferentes áreas e campos de estudos científicos.

Tomando como referência uma busca entre os anos de 2001-2010 é possível identificar que o principal tema abordado

quando o assunto é o universo trans é o que corresponde ao binômio "saúde-doença" e seus derivados: saúde, doença, prevenção, Aids, HIV, DST, cuidado, risco e vulnerabilidade. Um grande número de trabalhos (teses, dissertações e artigos) são pesquisas financiadas por agências de saúde, programas de prevenção e/ou redução de danos ligados às drogas e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). O destaque de tais temas relaciona-se à maneira como esses programas têm se mostrado aos pesquisadores: como um fértil campo para pesquisa, principalmente por serem locais de grande circulação de travestis, profissionais do sexo, transexuais e membros de militância LGBT, seja como usuários e/ou agentes de saúde, educadores sociais e/ou participantes desses projetos promovidos pelo governo federal.

Esses são apenas alguns dos motivos que levam a pensar a maneira pela qual o discurso sobre/e das próprias travestis começou a ganhar visibilidade nas políticas públicas e vem se caracterizando desde 2001 até os dias atuais. A atenção a esta população tornou-se majoritariamente voltada a ações preventivas e paliativas de saúde, na maioria das vezes percebida pelos profissionais e governos como sinônimo de uma única doença, a Aids. As demandas governamentais de assistência às travestis continuam diretamente associadas às drogas, à prevenção da criminalidade, ao HIV/Aids e às DSTs.

Ademais, tais dados indicam certo abandono analítico de outras esferas sociais tais como educação, moradia e segurança pública. Se por um lado tanto estudos acadêmicos quanto políticas sociais na área da saúde pública são fundamentais, o exclusivo olhar a partir da questão DST/Aids restringe e enclausura a população das Ts no binômio doença/tratamento, além de parecer reforçar a ideia de "grupos de risco", tão utilizada nas

políticas de saúde no início da epidemia de HIV/Aids e que se mostrou conceitual e politicamente equivocada, uma vez que se criava a ilusão de que a doença estava restrita a determinados grupos sociais.

Deste modo, observa-se que há uma defasagem de estudos acadêmicos que realizem um detalhado levantamento de informações e dados da população de travestis e transexuais femininos no Brasil em geral. No campo da pesquisa há, por exemplo, diversos estudos na área das ciências humanas assim como na saúde que demonstram de forma rica a vivência cotidiana das travestis. Porém, estes estudos têm se concentrado mais em descrições etnográficas do que na mudança social ou na conscientização política da situação de opressão e humilhação, que muitas vezes reflete não só as práticas de abandono das políticas públicas com relação às travestis e transexuais, como também a ausência de pesquisas que construam um perfil psicossocial desta população.

Junto a isso, há dificuldades em se pesquisar uma população que "não existe" em termos burocrático-formais, sobre a qual não constam informações oficiais e que tem sido largamente associada à criminalidade, às drogas e DST/Aids. Assim, a relutância na abordagem crítica e conscienciosa da temática por parte das instituições e da produção acadêmica, vinculada a fatores como a dificuldade de acesso ao universo desconhecido, falta de financiamentos e o preconceito ainda existente, acabam por criar um "círculo vicioso" que perpetua a posição social de travestis e transexuais marcada pela falta de recursos desta população, e impossibilita a criação de estratégias de atuação ou políticas públicas eficazes no combate à violência que atinge o universo travesti e transexual e o gozo de uma cidadania plena por esta população.

Se analisarmos os parcos dados com relação às violências perpetradas contra a população LGBT (Mott, et al. 2000, 2000a, 2001, 2002) e os correlacionarmos com dados de outras pesquisas sobre essa problemática (Carrara & Viana, 2001; Carrara, Ramos & Caetano, 2003; Abramovay, Castro & Silva, 2004), facilmente podemos inferir que historicamente esse cenário de violência alimenta-se dos valores machistas e heterossexistas que negam e estigmatizam qualquer forma de experienciar a sexualidade não heterossexual. Esses valores se estabelecem como hegemônicos, legitimados, construídos e perpetuados nos discursos das mais indistintas áreas – médicos, psicológicos, psicanalíticos, jurídicos, religiosos etc.

Desse modo, as violências – estratégias de silenciamento do "outro" – são acionadas como meio de erradicação das diferenças e da manutenção de uma heterossexualidade como algo já dado, natural e intocável. Dentro deste quadro, é possível verificar que as pessoas que divergem dos modelos socialmente preestabelecidos ou que se encontram historicamente à margem dos processos políticos e das estruturas macro de poder acabam sendo alvo de métodos que visam à anulação e/ou à exclusão do sujeito. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais tornam-se alvos de discriminações e de manifestações frequentemente violentas da intolerância social. Alheios aos seus direitos assegurados constitucionalmente, esses indivíduos se calam diante das injustiças em virtude de um falso consenso a respeito do que é legítimo e do que é ilegítimo. Essas condições diretamente associadas ao universo LGBT, embora possam ser identificadas em outros segmentos populacionais, agravam-se sobremaneira quando relacionadas com os vetores de classe social, raça e grau de escolaridade.

Como apontam os documentos das políticas do governo brasileiro voltadas para a população LGBT[3], bem como a literatura especializada[4], aqueles que vivenciam sexualidades divergentes da heteronorma estão sujeitos a formas diversas e cotidianas de discriminação que incluem humilhações, ofensas, extorsões, exclusão da escola e da família, tratamento inadequado por parte de servidores públicos, problemas no trabalho e nas relações de vizinhança.

Segundo o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT[5] e de Promoção da Cidadania Homossexual – Brasil Sem Homofobia:

> Em que pese a Constituição Federal de 1988 não contemplar a orientação sexual entre as formas de discriminação, diferentes constituições estaduais e legislações municipais vêm contemplando explicitamente esse tipo de discriminação. Atualmente, a proibição de discriminação por orientação sexual consta de três Constituições Estaduais (Mato Grosso, Sergipe e Pará), há legislação específica nesse sentido em mais cinco estados (RJ, SC, MG, SP, RS) e no Distrito Federal e mais de oitenta municípios brasileiros têm algum tipo de lei que contempla

---

3 Dentre outros documentos, citamos: 1) Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, 2) Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH – 3), 3) Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, e 4) Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (Brasil Sem Homofobia).

4 Além dos autores já citados: Peres (2005), Ramos (2005), Carrara & Viana (2006), Nardi (2006), Toneli (2006), Junqueira (2007), Prado & Machado (2008), Pelúcio (2009), Amaral (2012), Díaz (2012) e Kerry (2012).

5 Esse é o nome do programa, assim denominado na época. Posteriormente é que a sigla teve a ordem de suas letras invertidas, por reivindicação das mulheres, passando a LGBT.

> a proteção dos direitos humanos de homossexuais e o combate à discriminação por orientação sexual (Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, 2004).

No entanto, talvez pelo caráter recente dessas iniciativas somado à persistência de valores sexistas que regem a vida societária brasileira, as iniquidades e as violências contra os segmentos LGBT permanecem demonstrando a inexistência de uma verdadeira democracia entre nós. Como mostra pesquisa de opinião pública realizada pelas Fundações Perseu Abramo e Rosa Luxemburg (Fundação Perseu Abramo, 2008), quase a totalidade dos entrevistados disse que existe preconceito contra as pessoas LGBT no Brasil. Os grupos mais atingidos: travestis, lésbicas, gays e transexuais, respectivamente. Porém, quando questionados sobre seus próprios preconceitos, somente 29% se declararam preconceituosos.

Corpos públicos vulneráveis

Não faremos aqui um histórico aprofundado do conceito de vulnerabilidade, uma vez que pode ser encontrado em textos já consagrados (Ayres, França-Júnior, Calazans & Saletti-Filho, 1999; Ayres, 2002; Ayres, França-Júnior, Calazans & Saletti-Filho, 2003). Tomamos o conceito emprestado da área da saúde para entendermos

> o conjunto de aspectos que aumenta a chance de exposição das pessoas ao adoecimento/sofrimento como resultante de vetores de ordem não apenas individual, mas também coletiva, contextual, institucional, e, de

> modo inseparável, a maior ou menor disponibilidade de recursos protetivos (Ayres, França-Júnior, Calazans, Saletti-Filho, 2003, p. 123).

Consideramos os âmbitos de vulnerabilidade *individual/pessoal* (depende do grau e da qualidade da informação sobre o problema de que os indivíduos dispõem, da sua capacidade de elaborar essas informações e incorporá-las ao seu repertório cotidiano e, também, das possibilidades efetivas de transformar suas práticas), *social* (relacionada a aspectos sociais, políticos e culturais combinados como acesso a informações, grau de escolaridade, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidades de enfrentar barreiras culturais) e *programático* (associado à existência – ou ausência – de políticas públicas e ações organizadas para enfrentar o problema) como aqueles que compõem, de forma articulada e indissociável, o cenário sobre o qual nos debruçamos nesse momento. Ou seja, não é possível pensar um âmbito de vulnerabilidade sem a sua devida intersecção com os demais.

Para que seja produzido o sujeito vulnerável, é necessário que esta série de discursos e dispositivos de poderes e preocupações do governo seja acionada, tornando os indivíduos legítimos às políticas públicas e dignos de seus direitos "humanos". Para estas políticas, as experiências travestis e transexuais precisam em um primeiro plano serem (re)conhecidas como humanas e, portanto, como vidas que existem e resistem na seara dos sujeitos de direitos. Admitir que somos humanos equivale a dizer que somos expostos, e deste modo somos também dependentes, vulneráveis e carentes de proteção e de um reconhecimento público (Cavarero e Butler (2007[2005]). Trata-se de uma vulnerabilidade que não é apenas individual, ela é física, política e social. Esta

vulnerabilidade comum a todos nós, no entanto, cria condições de possibilidade para que a economia política permita que determinados corpos sejam vigiados, cuidados e protegidos, enquanto outros permaneçam à mercê das violências que também se produzem física, política e socialmente.

Considerar a exposição do nosso corpo como nossa condição humana de existência, no qual a vida está relacionada a essa exposição, inclusive à violência, demonstra que nossos corpos são aparatos centrais nos quais abriga uma gama de poderes que possibilita vida e morte. Quem pode viver e quem deve morrer. É a suscetibilidade dos corpos expostos ao Outro, seja ele a promessa de saúde (Müller, 2012), a violência do acesso negado nas instituições de educação, saúde, segurança e assistência e até mesmo a invisibilidade demográfica, geográfica, de riscos e da proteção.

Sendo assim, sobre quais corpos as políticas públicas lançam seu olhar? Quais vidas devem ser protegidas ao risco, perigo e vulnerabilidade? O que parece estar em jogo nestas formas de invisibilização de existências, denunciadas pela carência de informações e atenção às travestis e transexuais pelas políticas públicas, é, também, a atuação do imperativo heterossexual que opera como normalizador ao permitir a existência de certas identificações sexuadas, na mesma medida em que exclui e repudia outras (Amaral, 2012).

Este imperativo requer a produção simultânea de seres abjetos, que não são "sujeitos", mas que constituem a condição fundamental para que em oposição existam "sujeitos". São os abjetos, os invivíveis que circunscrevem a esfera do vivível (Butler, 2010[1990]). Essa "não existência" acaba por colocar pessoas como as travestis e transexuais no plano do abjeto, corpos cuja existência parece não importar (Amaral, 2012). De fato, impor-

tam, pois os abjetos precisam estar lá, ainda que numa higiênica distância, para demarcar as fronteiras da normalidade, daqueles que podem viver e são sujeitos dos/de direitos.

Algumas considerações

Quais são os critérios para uma vida valer a pena? Poderíamos dizer que discutir as travestilidades e as políticas públicas converge neste ponto, tendo em vista que dados alarmantes de violências, apresentados no início deste texto, embora tenham progressivamente mobilizado pesquisas acadêmicas, ainda têm efeitos reduzidos com relação a um posicionamento efetivo do Estado.

Sabemos que nossa vulnerabilidade não é apenas física e psicológica, ela também é política e geopolítica. Precisamos recuperar o sentido da vulnerabilidade geopolítica humana e assumir uma responsabilidade coletiva pela vida física dos outros (Butler, 2006). Na luta pelo direito de ser reconhecido é que percebemos que o *status* de sujeito nos ata e nos conduz à vulnerabilidade, à constante exposição ao outro. Porém, ser sujeito também implica ser digno de proteção, educação e assistência. Para isso, precisa "importar" (Butler, 2010[1990]) às políticas, e suas vidas devem valer a pena para serem "contadas" e assim mapeadas suas vulnerabilidades.

Considerando estas questões que envolvem vidas vivíveis, será possível problematizar a dinâmica do preconceito transfóbico, a capacidade dos gestores e profissionais em identificar este tipo de violência e suas formas de enfrentamento que poderiam gerar processos e práticas interventivas no âmbito das políticas públicas. Estas estratégias de não silenciamento da violência possibilitariam mapear as vulnerabilidades a que a população de

travestis e transexuais está exposta, tornando visíveis esses sujeitos e contribuindo com a ampliação e facilitação do acesso aos direitos dessa população.

Referências

AYRES, José Ricardo C. M.; FRANÇA-JÚNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela J.; SALETTI-FILHO, Haroldo C. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: Regina Barbosa; Richard Parker. (Org.). *Sexualidades pelo Avesso:* direitos, identidades e poder. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999, p. 49-72.

_____. Práticas educativas e prevenção de HIV/Aids: lições aprendidas e desafios atuais. *Interface* – Comunicação, saúde, educação, v. 6, n. 11, 2002, p. 11-24.

_____; FRANÇA-JÚNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela J.; SALETTI-FILHO, Haroldo C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia Dina & Carlos M. Freitas. (Org.). *Promoção da saúde*: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, p. 117-139.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G.; SILVA, Lorena B. (2004). *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil.

AMARAL, Marília S. *Essa Boneca Tem Manual*: práticas de si, discursos e legitimidades na experiência de travestis iniciantes. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

BENEDETTI, M. *Toda feita*: o corpo e o gênero das travestis. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BENTO, Berenice. *A Reinvenção do Corpo*: sexualidade e gênero na experiência transexual. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH II)*. 2002. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndhII/Texto%20Integral%20PNDH%20II.pdf

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.* 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. 2009. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf

_____. Secretaria dos Direitos Humanos e Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH-3)*. 2010. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf

_____. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT*. 2010. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Politica_LGBT.pdf

BUTLER, Judith. "*Vida Precaria*: El poder del duelo y la violencia". Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. [1990]. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARRARA, Sergio; VIANNA, Adriana R. B. *Homossexualidade Violência e Justiça: a violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos/MS/UERJ, 2001. Disponível em: http://www.ciudadaniasexual.org/publicaciones/1b.pdf

_____; RAMOS, Sílvia; CAETANO, Marcio. *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBT*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

_____; VIANNA, Adriana R. B. A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais. In: Carlos F. Cárceres et al. (Org.). *Ciudadanía sexual en América Latina: abriendo el debate*. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2004, p. 47-64.

_____; VIANNA, Adriana R. B. 'Tá lá o corpo estendido no chão...': a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis*, v. 16, n.2, 2006, p. 233-249.

CAVARERO, Adriana; BUTLER, Judith [2005]. Condição humana contra "natureza". *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, 2007, p. 650-662.

DÍAZ, Gabriela A. *Sexualidades*. Concepções de psicólogos/as de Unidades Básicas de Saúde de Florianópolis. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Diversidade sexual e homofobia no Brasil, intolerância e respeito às diferenças sexuais*. 2008. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-sexuais-e-reprodutivos/combate-a-homofobia-discriminacao-por-orientacao-sexual/Pesquisa_LGBT_fev09_FUNDPERSEUABRAMO_1.pdf

JUNQUEIRA, Rogério. "Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas". *Bagoas*, v. 1, n. 1, 2007, p. 1-22.

KERRY, Daniel. *Modos de vida e processos de subjetivação na experiência de envelhecimento entre homens homossexuais na cidade de Florianópolis*. Dissertação. Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

KULICK, Don. *Travesti*: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

MOTT, Luiz. Et. al. *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

_____. *Assassinato de homossexuais*: Manual de Coleta de Informações, Sistematização e Mobilização Política contra Crimes Homofóbicos. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, (2000a).

_____. *Causa Mortis: Homofobia*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2001.

_____. *O Crime Anti-Homosexual no Brasil*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.

MÜLLER, Rita F. Violência, Vulnerabilidade e Risco na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. *Revista EPOS,* v.3, n. 2, jul-dez, 2012.

NARDI, Henrique C. A escola e a diversidade sexual. *Boletim do NI-*

PIAC – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e a Adolescência Contemporâneas, Rio de Janeiro, v. 4, p. 01-04, 2006.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e Desejo*: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PERES, Wiliam S. *Subjetividade das Travestis Brasileiras*: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. Tese. Doutorado em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

PRADO, Marco A. M.; MACHADO, Frederico V. *Preconceito contra homossexualidades*: A hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

RAMOS, Silvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: Miriam Grossi et al (Org.). *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*, (p. 31-44). Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

TONELI, Maria Juracy F. Homofobia em contextos jovens urbanos: considerações acerca do lugar da Psicologia nesse debate a partir da contribuição dos estudos de gênero. *Revista Psic*, v. 7, n. 2, 2006, p. 31-38.

TRANSGENDER EUROPE. *Constant rise in murder rates:* more than 1,100 reported murders of trans people in the last five years (Aumento constante nas taxas de homicídio: mais de 1.100 assassinatos relatados de pessoas trans nos últimos cinco anos). 2013. Disponível em: http://www.tgeu.org/More_than_1100_trans_murders_reported_in_5_years_TGEU_Press_Release

SILVA, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

"SENHORA, ESSA IDENTIDADE NÃO É SUA!": REFLEXÕES SOBRE A TRANSNOMEAÇÃO

Camila Guaranha
Eduardo Lomando

A violação de direitos humanos é uma constante nas vidas de travestis, homens e mulheres transexuais e pessoas que destoam das normas de gênero em nosso país. São muitos os exemplos de negação de direitos pelos quais essas pessoas passam, por vezes quase imperceptíveis, assim como são frequentes as violências cotidianas que reafirmam o lugar de exclusão destinado a estas pessoas em nossa sociedade.

A partir das contribuições e reflexões críticas realizadas no campo do gênero e da sexualidade ao longo das últimas décadas, podemos afirmar que o mundo atual é habitado por regras que definem o que é ou não é permitido (tanto num sentido jurídico quanto social), o que é normal, anormal e patológico no campo da sexualidade e das relações de gênero. A sociedade ocidental organiza-se a partir de uma lógica binária de sexo e de gênero, havendo somente duas possibilidades de existência aceitas de acordo com essas mesmas regras: ser homem *ou* ser mulher, existir dentro do masculino *ou* do feminino (Laqueur, 2001; Machado, 2005). Nesse contexto, que espaço é destinado às pessoas que não se enquadram nas normas binárias de sexo/gênero?

O discurso da diferença sexual produz normalizações que diferenciam e hierarquizam os corpos de acordo com o sexo, o gênero e a orientação sexual dos indivíduos. Assim, travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais, gays e todos e todas que confun-

dam essas regras experimentam uma série de violências cotidianas, dando visibilidade ao caráter marginal que essas formas de expressão do gênero e da sexualidade possuem no campo social.

Considerando esse contexto, e partindo do lugar de trabalhadores(as) e pesquisadores(as) do campo da sexualidade e das relações de gênero, o objetivo desse texto será o de apresentar uma reflexão sobre como as normatizações de gênero podem dificultar a circulação pelos espaços públicos e privados no caso de travestis e transexuais, enfocando uma forma de violência cotidiana por elas vivenciadas e que tem grande impacto na qualidade de vida e na sensação de bem-estar dessas pessoas: o não reconhecimento e a não aceitação do uso do nome social. Para tanto, inicialmente traremos uma discussão sobre o conceito de gênero, apontando a trajetória histórica desse conceito e os efeitos de tais concepções sobre os modos de viver considerados legítimos/ilegítimos socialmente e, em seguida, apresentaremos as reflexões sobre a questão da nominação nas identidades trans. Optamos nesse texto por usar tanto os termos travestis, homens e mulheres transexuais e pessoas que destoam das normas de gênero quanto pelo conceito de identidades trans. Esse conceito tem a intenção de metaforizar, de certa forma, alguns aspectos que são comuns nessas experiências e que podem ser pensados em conjunto, como a questão do nome.

Gênero como um conceito histórico, político e identitário

O conceito de identidade de gênero foi utilizado pela primeira vez na década de 1960 por um médico norte-americano chamado Robert Stoller, o qual introduziu no campo científico a ideia de que o sexo biológico (ou a genitália) não seria o que de-

terminaria necessariamente a identidade de gênero de uma pessoa. Assim, para Stoller, o fato de uma criança nascer com um pênis não significava que ela se identificaria obrigatoriamente com traços masculinos, abrindo espaço para se pensar que existia algo para além da biologia na construção da identidade sexual dos indivíduos.

Mais adiante, nos anos de 1970, o conceito de gênero foi apropriado pelas feministas, causando impacto nas produções e formulações das ciências humanas e sociais. A partir desse período, gênero passou a ser utilizado para contestar a naturalização da diferença sexual, evidenciando como homens e mulheres são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo. Assim, gênero era um conceito que buscava dar ênfase ao caráter político colocado nas diferenças entre homens e mulheres, considerando que a opressão não seria apenas dirigida ao sexo feminino, mas a todos aqueles que, de alguma forma, contrariavam a ordem social heterossexual (Piscitelli, 2009).

Nesse período, começaram a surgir as primeiras formulações que permitiram uma aproximação entre o discurso feminista e o campo da diversidade sexual, pois o primeiro, até então, era centrado exclusivamente na diferença entre homens e mulheres. O movimento feminista, que agora questionava a heterossexualidade obrigatória/compulsória (Rich, 1980; Wittig, 1992; Rubin, 1993), e o florescente movimento social LGBT, que começava a tomar corpo nesse momento, começaram a convergir em torno de alguns pontos, o que permitiria o surgimento futuro de alianças estratégicas no campo das disputas políticas e de reconhecimento de direitos.

Durante a década de 1980, reformulações na noção de gênero foram conduzidas pelo movimento feminista, passando a se trabalhar com uma noção mais ampliada de diferenças. A con-

cepção de gênero estaria inserida em um *sistema de diferenças* no qual a feminilidade e a masculinidade estariam atreladas a distinções raciais, de nacionalidade, idade, sexualidade, classe social, entre outras, não existindo um sistema universal de opressão das mulheres, mas diferentes formas de dominação que operariam de maneira fluida de acordo com situações particulares e contingentes (Piscitelli, 2009).

No cenário atual, vemos florescer um debate que desloca a ideia de que o sexo é o representante "biológico" da diferença sexual e o gênero o representante "cultural" da mesma. Nessa perspectiva, o conceito de gênero cria o conceito de sexo, pois o gênero precede a concepção do que é ser homem e mulher. Judith Butler (2010) é uma das autoras que representa essa posição, apontando que a própria construção dicotômica das noções de sexo e gênero é arbitrária e discursivamente construída. Sexo e gênero são "efeitos – e não causas – de instituições, discursos e práticas" (Salih, 2012, p. 21).

> O gênero é estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (Butler, 2003, p. 59).

Butler (2003) descreve o gênero como performatividade, ou seja, é um processo que não tem origem nem fim, é um devir constante. Mais do que algo que somos, é algo que fazemos; é uma sequência de atos que constituem um "fazer", ao invés de um "ser" (Salih, 2012).

Outra formulação de Judith Butler (2003) e que pode contribuir com a nossa reflexão é a de que, para ter inteligibilidade social, os corpos precisam apresentar uma *correlação linear*

entre sexo, gênero e orientação sexual. Assim, um sujeito cujo corpo tenha sido designado ao nascer como pertencendo ao sexo masculino *deve* necessariamente se apresentar socialmente através do gênero masculino e seu objeto de amor *deve* ser um sujeito de sexo e gênero opostos, ou seja, uma mulher com traços femininos.

Dessa forma, em dada sociedade, em dado tempo, existem formas de ser que, quando performatizadas, são compreendidas como sendo parte (ou não) dos espectros da masculinidade e/ou da feminilidade. Quando essas formas de ser contradizem as normas do que é compreendido como socialmente inteligível, podem ser acionadas práticas sociais heterossexistas, misóginas e homofóbicas, patologizando, violentando e criminalizando as sexualidades que rompem com a linearidade instituída pela matriz heterossexual.

A questão do(s) nome(s)

Podemos considerar que o nome de uma pessoa representa o modo como essa se apresenta para a sociedade, sendo signo de fundamental importância tanto individual quanto social. O nome também é uma metáfora que pode evocar as características de alguém, conferindo-lhe *status* ou colocando-o em situações vexatórias, além de apresentar importância jurídica ao salvaguardar bens e atribuir uma noção de existência e verdade ao sujeito.

Ao nascer, ou até mesmo antes disso, todas as pessoas (ao menos na sociedade ocidental) recebem um nome, signo que vem carregado de expectativas em relação ao futuro do sujeito que está sendo apresentado ao mundo. O nome recebido estará diretamente ligado à genitália externa do recém-nascido. Assim, um bebê que nascer com um pênis receberá um nome masculino,

enquanto um bebê que nascer com uma vagina terá um nome feminino. O "sexo/gênero" do nome marcará a construção da identidade de gênero e a sexualidade do sujeito, situando-o no registro linguístico do masculino ou do feminino. A partir disso, temos os conceitos populares de "nome de registro", ou "nome verdadeiro", como apontadores de uma verdade desse sujeito.

Entretanto, nem sempre o nome que a pessoa recebe ao nascer corresponderá à identidade de gênero por ela construída. No caso das identidades trans, o nome designado no nascimento não necessariamente confere com o gênero performatizado no cotidiano, o que pode causar constrangimentos e situações de mal-estar diários.

Para travestis, homens e mulheres transexuais e pessoas que destoam das normas de gênero, o nome social é um elemento central na construção das suas novas identidades. Esse novo nome, que podemos inicialmente compreender como "nome social", é cuidadosamente escolhido e passa a ser utilizado para se relacionar com outras pessoas e se apresentar socialmente. Nossa experiência empírica como pesquisadores(as) e trabalhadores(as) do campo do gênero e da sexualidade mostra que a aceitação do uso do nome social por parte da população e das instituições de forma geral é encarada por essas pessoas como uma forma de respeito à sua construção identitária. Esse fato possibilita a expressão de suas construções de gênero com menos risco de discriminação ou preconceito.

No entanto, de forma muito frequente, quando fora de seu circuito de relações, as pessoas com identidades trans não conseguem ter seu nome social respeitado, e isto gera inúmeras situações vexatórias e constrangedoras. Os exemplos são muitos, podendo-se listar alguns: abrir uma conta em um banco, realizar um atendimento de saúde, fazer ou renovar a carteira de

motorista, ser chamado-a em sala de aula, procurar um emprego etc. Chamar uma travesti ou uma mulher transexual pelo nome masculino ou um homem transexual pelo nome feminino pode ser ofensivo, pois pode evocar experiências do passado que não condizem com quem essa pessoa é na atualidade. Muitos e muitas de nós tivemos apelidos na infância que evocam péssimas memórias, mas que provavelmente não são mais usados. Como nos sentiríamos se alguém que compartilhou do nosso passado revivesse esse apelido e nos chamasse por esse nome? Um apelido pejorativo infantil/adolescente pode remeter uma pessoa a um momento difícil de sua vida e pode fazê-la reviver experiências que não mais condizem com sua construção identitária. Apesar de essa comparação ser muito menos carregada do peso que a falta de reconhecimento das identidades trans representa, o objetivo dessa colocação é criar no leitor um momento empático e de reflexão sobre a condição vivenciada por essas pessoas.

Nesse ponto, é importante lembrar que há questões jurídico-institucionais que auxiliam na não aceitação desse novo nome, já que os documentos que elas e eles portam (carteira de identidade, passaporte, carteira de motorista, cartões de banco, dentre outros) são confeccionados com base no nome designado no nascimento, ou seja, o nome de registro civil. Assim, o nome social é percebido, em algumas situações, como um "nome fantasia", já que o "nome verdadeiro" de uma pessoa seria aquele estampado em sua certidão de nascimento. Como afirma Foucault (2010), ao que tudo parece, a verdade do sujeito está em seu sexo.

Não é incomum vermos nos meios de comunicação como jornais, televisão e internet, seja em fontes formais ou sensacionalistas, o uso do artigo "o" para se referir à travestis e pessoas que destoam das normas de gênero. Num desses vídeos – os

quais podem ser encontrados de forma abundante na página do YouTube[1] –, um repórter que entrevista uma mulher transexual dá a seguinte declaração: "...O fato é o seguinte: aqui *o* Judinei A. P. de 33 anos, mais conhecido como Débora, é um nome de guerra, né?" (AF SA, 2012).

Como já vimos, esse exemplo evidencia o que Foucault denomina de "a verdade do sexo". Nesse caso, o repórter define o nome da pessoa entrevistada a partir do que está registrado em sua carteira de identidade, e não a partir do modo como a pessoa se identifica. Assim que o repórter fala o nome de registro de Débora, ela encara o tal repórter com uma expressão facial que parece denotar susto, espanto e preocupação, indicando de forma evidente a violência dessa situação. Em nenhum momento o repórter identifica o nome Débora como o nome "verdadeiro" dessa pessoa, nem mesmo ao perceber que ela está totalmente vestida com roupas comumente associadas ao feminino e com implantes nos seios e nos lábios. Não estamos afirmando aqui que essas modificações necessariamente impliquem a utilização de um nome feminino, mas, nesse caso, a própria pessoa se apresenta como Débora. Então, qual a razão do repórter anunciar a pessoa a partir de seu nome de registro? Seria o nome Débora mesmo um "nome de guerra"? Ou esta é a suposição do repórter ao compreender o nome "Débora" como uma alegoria?

Reconhecendo as dificuldades de utilização do nome social por travestis e transexuais nos atendimentos públicos de saúde[2], o Ministério da Saúde incorporou ao texto da *Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde* um princípio que garante o uso

[1] http://youtube.com

[2] Que, como já vimos, é mais um dos âmbitos em que há a dificuldade em aceitar o nome social.

do nome social em todos os âmbitos do SUS. O terceiro princípio da Carta afirma que:

> É direito dos cidadãos atendimento acolhedor na rede de serviços de saúde de forma humanizada, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em função de idade, raça, cor, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, características genéticas, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, ser portador de patologia ou pessoa vivendo com deficiência, garantindo-lhes:
> **I.** A identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identificação do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil, não podendo ser tratado por número, nome da doença, códigos, de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso (...) (Brasil, 2007, p. 4).

A Carta dos Direitos dos Usuários, que é de 2006, representou um avanço na busca por atendimentos mais humanizados e livres de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. No entanto, mesmo com o aval institucional do direito ao uso do nome social no SUS, são frequentes os relatos de não reconhecimento da identidade feminina de travestis e transexuais no sistema de saúde (Tagliamento, 2012; Knauth & Muller, 2008), as quais se sentem constrangidas e envergonhadas ao serem chamadas pelo nome masculino no momento do atendimento. O relato de uma situação vivida na recepção de uma unidade de saúde por uma transexual exemplifica esta questão:

> (...) a pessoa simplesmente pegou e falou: 'Me dá seus documentos'. Daí pegou meus documentos, olhou e falou: 'Esse documento é do Fulano de Tal (...)'. Daí eu

> falei: ‘Sim, sou eu. Como você quer que eu te prove? Você não quer que eu tire a minha roupa aqui’. Eu já não tava me sentindo bem, então eu não tava num nível de estresse tão bom. E a pessoa pra me constranger pegou e falou assim: ‘Então tá Beltrano’. Em alto e bom som, pra todo mundo olhar. ‘Você se dirija para aquela sala’. Quando falou o nome Beltrano, todos que estavam na recepção olharam (Tagliamento, 2012, p. 105).

Percebe-se que o desrespeito ao uso do nome social é perpetrado também pelas estruturas institucionais-estatais, pois ao utilizar um nome masculino para se referir a uma pessoa com aparência e atitude femininas atribui-se ao sujeito uma precária existência, ignorando os processos autônomos de construção subjetiva e identitária. Como afirma Kulick (2008), recusar-se a reconhecer o gênero nas identidades trans é um meio de rejeitar seu próprio direito de existir.

A nossa experiência com travestis, homens e mulheres transexuais e pessoas que destoam das normas de gênero aponta que, ao invés de chamar as pessoas pelo nome designado ao nascer, devemos respeitar a forma pela qual elas mesmas gostariam de ser chamadas. Assim, antes de atribuir uma verdade ao sujeito a partir das normas de sexo/gênero vigentes – o que consideramos um ato de violência que ignora o direito de autodeterminação dos sujeitos –, deve-se compreender que o nome e a identidade também podem ser construídos e não somente “herdados”, afirmando o direito de cada sujeito criar sua estética de existência (Foucault, 2010).

Para além dessa discussão, também nos questionamos sobre o próprio conceito de “nome social”. Não seria esse um conceito que diretamente, por oposição, levaria a pensar na existência de um nome anterior, ou “nome biológico”? Qual nome

não é social? Compreendemos que a estratégia do nome social tem o objetivo de tentar resolver esse impasse nos campos da saúde e de outras instituições, mas não seria ele paliativo? Nesse momento, muitas pessoas com identidades trans têm conseguido judicialmente, e sem intervenções cirúrgicas de redesignação sexual, mudar seus registros e trocar seus nomes em suas certidões de nascimento. Desta forma, mudam-se todos os nomes em todos os cartões, certidões, contratos etc. Que nome é esse então? É social, é verdadeiro, é de registro? Além disso, quem disse que todas as pessoas com identidades trans não gostam de falar seus nomes iniciais ou de origem? Muitas(os) transexuais falam desse nome e às vezes se reapropriam do mesmo trocando apenas a letra que confere gênero a esse. Mas essa não é uma questão que pretendemos explorar nesse texto; o que pretendemos enfatizar é o direito que cada pessoa deve ter de exercer sua autonomia, devendo ser respeitada sua capacidade de se *autonomear* e de atribuir a si uma identidade. Ao longo de nosso trabalho, conhecemos pessoas com identidades trans que mudaram completamente seus nomes, outras que somente mudaram o gênero do nome, como acabamos de referir (trocando "a" por "o", por exemplo) e outras que mantiveram seu nome de nascimento quando esse soa unissex. Assim, é preciso que estejamos atentos que a troca do nome faz parte das trajetórias de vida dessas pessoas e que estas devem ser escutadas, compreendidas, respeitadas e, quando necessário, apoiadas no seu processo de "transnomeação".

Referências

BENEDETTI, M. R. B. *Toda feita: gênero e identidade no corpo travesti.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. *O que é transexualidade.* São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.* Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

BAUKJE, P. & COSTERA, I. M. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Carta dos direitos dos usuários da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual.* Brasília, 2004.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber.* Rio de Janeiro: Graal, 2010.

HARAWAY, D. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, v. 22, p. 201-246, 2004.

KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MACHADO, P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu* **(**UNICAMP. Impresso), Campinas, v. 24, p. 249-281, 2005.

MULLER, M & KNAUTH, D. R. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado'!. *Cadernos EBAPE.BR (FGV),* v. 6, p. 01-14, 2008.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. Em: Almeida, H. & Szwako, J. (Orgs.). *Diferenças, Igualdade.* São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura,* v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

RICH, A. Compulsory heterossexuality and lesbian existence. *Signs,* v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980. Disponível em: < http://links.jstor.org/

sici?=0097-9740%28198022%295%3A4%3C631%3ACHALE%E2.0.CO%3B2-2>. Acesso em: 21 de maio de 2012.

RUBIN. G. *Tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo.* Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Correa. Recife: SOS Corpo, 1993.

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

TAGLIAMENTO, G. *(In)visibilidades caleidoscópicas: a perspectiva das mulheres trans sobre o seu acesso à saúde integral.* 2012. 166 p. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AF SA. (2012). TRAVESTI ABUSADO E ADOROU SER ESTUPRADA. [Arquivo de vídeo]. Acesso em 04/06/2013. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=8FY5VY07GYw>.

WITTIG, M. *The straight mind and other essays.* Massachusetts: Beacon Press Books, 1992.

SER TRANS E AS INTERLOCUÇÕES COM A EDUCAÇÃO

Marina Reidel

Gostaria de iniciar este texto com um relato de um momento muito importante no Movimento Trans (travestis e transexuais) brasileiro: a IV ASSEMBLEIA DA ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil).

Maio de 2012. Chego ao Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, na cidade de Maceió, Alagoas, para participar da referida Assembleia como convidada a fazer parte da comissão eleitoral. Ao chegar no aeroporto, encontro duas meninas trans, vindas de Sergipe, que circulavam pelo saguão e de longe já acenavam marcando território, com seus manequins expostos, salto alto e acessórios de dar inveja a qualquer mulher que circulava por ali.

No caminho para o Hotel, conversávamos sobre o evento e sobre a eleição da nova diretoria, diretoria esta formada por travestis e transexuais que, após duas décadas, conquistou vários espaços com representatividade nos cenários mais diversos da nossa sociedade e política dentro de repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como nos processos educacionais, de saúde e de cidadania. No hotel, após acomodação, logo fui me inteirar das coisas e tudo já estava organizado. Dei-me conta neste momento de que estava vivendo mais uma vez um ato político e de cidadania de um grupo que há muito tempo vem buscando direitos e conquistas acerca da identidade que vive,

que, às margens da sociedade, muitas vezes, sofre pelo preconceito e busca sobreviver no dia a dia, em um espaço que ainda não é respeitado.

O primeiro trabalho na Assembleia iniciou com a discussão sobre o estatuto, o qual seria reformulado e aprovado pelas travestis e transexuais ali presentes. As leituras e redações foram ampliando ao longo do dia, sendo aprovados 49 artigos, incluídos alguns parágrafos e emendas. Após este ato, ocorreu a apresentação de uma chapa única, a partir da qual formou-se uma nova diretoria composta por vários membros, tendo ainda conselho fiscal, conselho de ética e articuladoras estaduais. Mais uma vez, o movimento trans (travestis e transexuais) estava reestruturado, organizado e politizado na busca de estratégias e ações a fim de consolidar as reivindicações junto às políticas públicas e a inclusão social desta categoria. Também percebi que a conquista de espaços, antes negados, já era possível e que só através de ações efetivas poderiam alcançar seus objetivos coletivos.

Para Keila Simpson (2011), a construção da identidade social da travesti se dá em torno de seu entendimento como cidadã. Com base nesta construção, as travestis e transexuais buscam respeito. É uma longa caminhada até sentir o gosto da cidadania plena, pois, para se ter o reconhecimento dessa identidade, é preciso continuar em guerra devido à falta de respeito por não se ter os direitos reconhecidos e por ter sempre que brigar por inclusão social. O Movimento Trans avançou em muitos aspectos. No entanto, ainda percorre o caminho da inserção política, social e educacional. Em 2000, foi criada a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), iniciativa discutida no movimento de 1993 durante o Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à Aids (ENTLAIDS). Os trabalhos em rede nacional e as reivindicações começaram a

ser organizados, resultando em políticas públicas, como a inclusão do nome social nas instâncias de saúde (Carta dos direitos dos usuários da saúde), a campanha nacional Travesti e Respeito, marcando um momento importante para a população bem como a inserção deste movimento no Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia da Aids e DSTs. Em 2008, a ANTRA realizou uma campanha nacional para a inclusão do nome social de travestis e transexuais também no âmbito escolar, a exemplo do estado do Pará. Hoje diversos estados já criaram portarias através de Conselhos estaduais e municipais de Educação, sendo que a recomendação partiu do MEC. Também nas esferas federais, bem como algumas estaduais, o nome social de servidores públicos já é garantido.

No campo da educação, alguns elementos podem ser destacados. Conquistamos alguns espaços no que diz respeito ao nome social de pessoas travestis e transexuais, mas ainda buscamos diminuir os altos índices de abandono e evasão das meninas da escola por conta do preconceito e discriminação. Precisamos garantir o acesso e permanência nos bancos escolares, bem como o respeito necessário às diferenças. Ainda devemos pensar com urgência uma maneira de vencer a demanda da falta de escolarização que afeta outras questões de ordem social, como, por exemplo, o acesso ao trabalho formal.

No que diz respeito ao trabalho, quando a trans não consegue vencer a luta pela sobrevivência dentro da escola, acaba saindo antes mesmo de concluir o ensino fundamental. Diversos fatores como a pressão, o estigma, o nome ou até mesmo o não saber lidar com essa pessoa, faz com que a fuga da escola possa acontecer. Hoje temos dados de pesquisas realizadas que mostram, por exemplo, que grande parte da população de travestis e transexuais não chegou ao ensino médio porque a escola as

excluiu antes mesmo de chegarem lá. Sem formação de base para a busca do trabalho formal, encontram na prostituição sua fonte de renda. E fazer o quê? Trabalhar como? A prostituição acaba sendo a única opção, pois, sem estudos e sem qualificações para o mercado de trabalho, as travestis acabam vivendo este mundo e aprendendo uma nova forma de subsistência.

Não quero aqui julgar as profissionais do sexo e nem a profissão em si. Quero ressaltar que, além de histórica, temos exemplos positivos de boas profissionais, que, mesmo vivendo no sofrimento e na luta diária, fazem da prostituição um trabalho com dignidade. Se a escola tradicional não as ensinou, elas aprenderam o resto na escola da vida. Para travestis e transexuais, a prostituição é uma fonte de trabalho, como qualquer outra, porém não há chefe, exceto elas mesmas, e garante muito mais dinheiro do que alguns trabalhos formais. Além disso, a prostituição é a única esfera da sociedade em que travestis e transexuais podem ser admiradas e reconhecidas. Também é nela que muitas se sentem mais atraentes e desenvolvem a autoestima, sabendo que são fonte de desejo para muitos homens. Como diz Indianara Siqueira em um relato durante o Seminário de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, em Brasília, no ano de 2011:

> "*Eu fui expulsa da escola e foi a escola da vida que me ensinou o que é viver. As minhas melhores professoras foram as prostitutas das calçadas, que ensinaram como eu faria tudo para poder sobreviver*."

Diferentemente disso, temos travestis e transexuais que vivem em outros contextos, como é o caso das professoras trans que, ao contrário das profissionais do sexo, constituíram-se como profissionais na educação e vivem nos espaços escolares apesar

de todas as dificuldades que a profissão apresenta, inclusive o preconceito gerado pelos colegas professores e por direções de escolas. A partir de diálogos e encontros realizados com estas profissionais, durante minha pesquisa de dissertação de mestrado, 90% das professoras trans relataram que o maior entrave de subverter a ordem e entrar no espaço da escola, agora como profissional, é o preconceito dos colegas professores, ao contrário dos alunos, que geralmente não recriminam, apoiando as mesmas. Relatos vividos por estas professoras caracterizam o preconceito institucionalizado, para o qual a regra é a heteronormatividade. O relato a seguir, de uma professora transexual, mostra o quanto o olhar dos outros professores, mesmo colegas, têm o preconceito bastante presente:

> "*O olhar de outros colegas professores, pois eu vi que era um olhar diferente ali; a direção, não, porque já me conhecia, mas os colegas professores, sim.*"

O fato de a professora ser transexual caracteriza-se para muitos como motivo de desordem ou de caos instaurado em um ambiente que deveria ser organizado e estrategicamente disciplinador. Já em outros contextos, podem ser utilizados como recurso as leis ou outros argumentos para garantir a presença de todos, inclusive de professoras transexuais e travestis, como no meu caso.

Lembro como se fosse hoje: dia 16 de maio, cheguei à escola com a novidade de que iria fazer a cirurgia de mamoplastia, cirurgia plástica no nariz, retocar a pele e os lábios. Quando conversei com a diretora da escola sobre a cirurgia, ela ficou chocada. Ficou em pânico, questionando como seria a reação da comunidade escolar. Mesmo assim, deu apoio e disse que iria as-

sumir essa decisão junto comigo. Lembro que ela pediu cópia da Lei Estadual 11.872, que trata da discriminação e preconceito em âmbito geral no Estado do Rio Grande do Sul, e a própria Constituição Federal, no artigo 5º, diz que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; É inviolável a liberdade de consciência e de crença; São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas". Após xerocar todas as leis, tratou de espalhar cópias pela escola a fim de mobilizar e situar todos e todas diante da novidade.

A atitude da diretora em buscar certificação de lei e de utilizar recursos para assegurá-la mostra uma preocupação e um movimento no sentido de lidar com estes ditos "diferentes dentro do espaço", agora como profissionais, e com a vigilância atuando sobre estes corpos, já que serão formadores e adultos de referência. É interessante perceber o quanto estas identidades ficam marcadas pela sexualidade, já que a exposição dos corpos dos professores e das professoras está presente e causa um atravessamento nas questões escolares e sexuais dos indivíduos. Também causa estranhamento quando a professora trans adentra o espaço escolar e rompe com os padrões e modelos docentes. Se, além disso, ela ainda põe em pauta as discussões sobre diversidade, gênero e sexualidade, estará provocando uma "revolução" no contexto escolar, pois a escola segue relutante em discutir estes temas da contemporaneidade, talvez para não ter que assumir posicionamentos diante da sociedade.

Diante dessa submissão da escola e do papel ausente dos professores que se recusam a trabalhar determinados assuntos fora seus conteúdos, os temas da diversidade, da sexualidade e das identidades de gênero não são abordados, passando a ser considerados irrelevantes no processo de aprendizagem. Por outro lado, quando temos professores que, independentemente de

suas identidades de gênero, são interessados nestes processos de humanização e conscientes de seu verdadeiro papel enquanto educadores, temos uma garantia de que nem tudo está perdido no que diz respeito ao combate à homofobia nas escolas. Ao mesmo tempo, não poderemos afirmar que professoras transexuais e travestis sejam necessariamente agentes neste processo, porque, às vezes, elas querem viver e assumir suas vidas dentro da escola independentemente do elemento identitário. Também não é possível afirmar que estas professoras estão aptas a estabelecer estas vivências e serem, ao mesmo tempo, ativistas de uma mobilização sem ter sensibilização diante do assunto e de sua relevância.

Em minha pesquisa, problematizo a situação de professoras transexuais e travestis nas escolas, seus papéis enquanto educadoras e suas histórias de vida. Neste estudo, tenho observado aspectos que buscam a inserção das temáticas da sexualidade, diversidade e identidade de gênero em suas realidades como uma das justificativas para a sua presença na escola. As profissionais afirmam que ao entrarem nas escolas trabalham as temáticas para poderem criar regras e respeitabilidade diante do grupo de alunos e alunas e que, muitas vezes, não conseguem ficar de fora dos conflitos que surgem na escola, pois são solicitadas a intervir junto às direções na resolução de conflitos, passando a ser consideradas **adultos de referência.**

Para Seffner (2012), quando as professoras transexuais e travestis vão para frente de uma turma de alunos, dois aspectos importantes ficam evidenciados: um, que elas são professoras, com disciplinas e conteúdos específicos e, outro, o fato de serem adultos de referência. Independentemente de ser professora de matemática, artes ou geografia, por exemplo, o fato da sexualidade estar evidenciada faz com que os alunos provoquem

discussões variadas em torno do tema. Além disso, quanto mais esta professora assume sua identidade de gênero sexual e milita, fica claro que a professora tem gênero, tem sexo e tem uma vida de relações normais, o que faz com que se credencie ainda mais para ser adulto de referência. E referência para quem? Principalmente para alunos gays e lésbicas, mas não exclusivamente, sem dúvida nenhuma. São adultos de referência para todos e todas estudantes. Isso fica evidenciado no relato de uma professora trans que foi escolhida como paraninfa. Ela diz: "Quando os alunos vieram me convidar para ser paraninfa, disseram que tinham me escolhido pela minha coragem de assumir e ser o que sou. Isso me marcou muito".

Uma outra situação interessante relativa a estes temas foi quando fiz uma visita ao Palácio Piratini, sede do governo estadual do Rio Grande do Sul, com um grupo de alunos da sétima série do ensino fundamental da Escoa Estadual Rio de Janeiro – Porto Alegre, em função da assinatura do decreto estadual da carteira social para travestis e transexuais.

Foi um auê! Fomos caminhando da escola até o Palácio. No caminho, muitas perguntas, pois eu não tinha deixado bem claro o que faríamos lá. Ao chegar, fomos recebidos pelo pessoal da recepção e logo fomos colocados sentados em cadeiras de veludo vermelho e com um belo *design*, coisa que eles não vivem no seu cotidiano. Ganhamos um espaço de destaque por ser a única escola naquele evento. Durante esse período, houve muito registro de fotos que marcavam a presença dos alunos e das alunas. Os olhares corriam em direção a todas pessoas que estavam, entre outras, as travestis e transexuais que chegavam e vinham me cumprimentar. Cada menina que chegava próximo a nós, mais perguntas... "Sora! Ela é mulher ou é trans?", perguntavam os meninos encantados com as belezas das transexuais e

travestis que rondavam aquele espaço. Outros comentários do tipo "ela tem gogó então?" também eram feitos. À medida que o tempo foi passando, eles já estavam socializados com aquele espaço e com as pessoas que lá estavam. Durante o protocolo, foi anunciada a nossa presença e eles então vibraram ao ouvir. Sentiram-se importantes por estarem ali. Mesmo que não atuantes, estavam ali. Na saída, o governador veio cumprimentar, o que foi para eles muito importante, já que é uma figura ilustre dentro da política estadual. Ele acariciou uma aluna e agradeceu a nossa presença.

No outro dia, ao retornar à sala e conversar sobre a saída do grupo e a importância daquele ato para a população de trans que vive sendo humilhada no dia a dia pela questão do nome civil X nome social, um aluno questionou por que tínhamos ido lá. Disse ainda que ele não concordava com tudo isso e que, para ele, homem era homem e mulher era mulher, e, se Deus havia feito assim, era para ser assim. Neste momento, os outros alunos começaram a criticá-lo e a chamá-lo de homofóbico. Parei a aula e começamos um debate sobre o assunto. O menino estava irredutível quando uma menina questionou se ele tinha segurança sobre a sua sexualidade e se ele tinha certeza que poderia mandar no seu coração. Outra completou dizendo: "***Se você tem o direito de amar uma menina emo, por que que as pessoas não têm direito de amar outros tipos de pessoas (gênero), hein?".*** Bem, o final foi o silêncio do menino e a gritaria dos outros alunos quando eu interpelei dizendo que essas discussões eram importantes para nosso crescimento e nossa aprendizagem. Apontei que, independentemente das orientações, a única coisa que queremos é o respeito e uma vida de dignidade como qualquer outra pessoa. Deu o sinal de término e todos foram saindo. O menino veio e disse que iria pensar mais sobre o assunto.

Diante deste fato, pode-se levantar várias questões acerca da temática. Uma delas, com certeza, é esse lugar de adulto de referência que é dado às professoras travestis e transexuais. A outra é essa reflexão que poderemos fazer em grupos dispostos a discutir as temáticas de sexualidade, gênero e identidades, mesmo que adolescentes, com suas experiências e conflitos. Buscar exemplos e oportunizar um diálogo que, muitas vezes, não acontece na escola.

Para Ramirez (2011), a escola não pode ser um palco de mentiras no qual não entre em cena uma parte importante da vida: a dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo... É fundamental investir em uma revisão do currículo e nas relações escolares privilegiando a igualdade entre os sexos e as expressões de gênero. Para Junqueira (2009, p. 49), a escola deve ser um espaço onde a sexualidade se manifesta, e onde, além disso, são produzidos comportamentos que instigam ou superam preconceitos, onde se difundem conhecimentos e valores, e, como papel formativo, a escola tem a responsabilidade de superar os preconceitos e de defender de forma irrestrita os direitos humanos. Diante do anseio de construirmos uma sociedade e uma escola mais justas, solidárias, livres de preconceitos e discriminação, é necessário identificar e enfrentar as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos e, especialmente, problematizar, desestabilizar e subverter a homofobia. São dificuldades que se tramam e que se alimentam, radicadas em nossas realidades sociais, culturais, institucionais, históricas e em cada nível da experiência cotidiana.

Referências

BENEDETTI, M. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256 p.

BENTO, B. *O que é Transexualidade?* Editora Brasiliense. 2008. 181p.

BORRILLO, D. *Homofobia.* Barcelona: Bellaterra, 2001.

BORRILLO, D. *Homofobia:* história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000/2010. 144p.

JUNQUEIRA, R.. J. *Diversidade Sexual na Educação:* problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECADI, UNESCO, 2009.

PELÚCIO, L. *Abjeção e desejo*: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexualidades*: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SEFFNER, F. Identidades Culturais. *Revista do professor*, Rio Pardo/RS, v. 21, n. 83, p. 20-24, 2005. In: <www.viavale.com.br/cpoec>. Edição da Revista do Professor de julho/setembro de 2005.

SMIGAY, K. E. VON. (2002). *Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência*: desafios para a psicologia política. In: Psicologia em Revista, 8 (11), p. 32-46, 2002.

TORRES, M. A. *A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola.* Belo Horizonte: Autêntica, 2010. v. 1. 72 p.

VENTURI, G; BOKANY, V.(org). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

DA PATOLOGIA À CIDADANIA

Célio Golin

Questões para reflexão sobre o movimento de gueis[1], lésbicas e trans

Quando surgiu o **nuances**, grupo pela livre expressão sexual, no ano de 1991, muitas pessoas questionavam a validade de se fazer uma luta política com o tema das sexualidades, principalmente se tratando de gueis, lésbicas, travestis e transexuais. Nós, do **nuances**, sabíamos que o processo que excluía esses sujeitos do direito à cidadania tinha e tem razões históricas. A história é algo vivo e passível de mudança que depende do contexto e dos atores políticos envolvidos. O primeiro passo que tomamos foi buscar articulações políticas e propor o debate público, rompendo com a clandestinidade e a marginalidade com que o tema era tratado.

Quando se fala de sexualidade, é comum aparecerem argumentos do tipo: a sexualidade é privada e diz respeito a cada um. Este argumento, apesar de ser real, não explica nem justifica as várias situações onde sujeitos são expostos, na sua intimidade, a situações de violência e de constrangimento moral. Esses fatos nos permitem entender que a sexualidade, apesar de ser de foro íntimo, na nossa cultura, é uma questão moral que é usada para qualificar e desqualificar sujeitos e, por isso, rompe com a ideia do privado, tomando-a como um tema político dos mais relevantes.

[1] O **nuances** usa a palavra guei no lugar de gay.

A sexualidade aparece nas mais variadas situações na vida das pessoas, como no trabalho, na escola, nos espaços públicos e é atravessada por relações de poder. Assim, ela rompe a fronteira do privado e se torna mais uma das questões de interesse público. É por este motivo que existe o movimento organizado. Para denunciar e expor as demandas das pessoas que sempre estiveram, de alguma forma, excluídas do processo democrático em virtude de sua sexualidade.

Para compreendermos os espaços social e político ocupados pelos homossexuais[2], é necessário ter uma noção histórica dos processos que constituíram as relações de poder que a humanidade tem construído. Não podemos deixar de salientar que a sexualidade humana sempre foi alvo de muita disputa, por se tratar de uma das manifestações mais importantes da vida das pessoas e, por consequência, da própria sociedade.

São vários os fatores e momentos históricos nos quais a sexualidade foi tratada pelas instituições de poder, como: a religião, o estado através de leis criminalizando os atos, a política preocupada em "proteger" a família, a ciência, e, particularmente, a psicologia e a psiquiatria tentando explicar o que deu errado no processo de construção de uma sexualidade "normal", e, mais tarde, pelas ciências sociais, como a antropologia e o direito, com uma abordagem de cunho social, que vão descrever práticas e debater a igualdade de direitos sem procurar causas.

Nesse processo histórico, foram muitos os tipos de tratamentos dados aos homossexuais, dependendo da cultura, das relações de poder de cada época e principalmente da moral sobre

[2] Uso o termo homossexual na maioria das vezes para não deixar o texto pesado, pois, sempre que preciso me referir, teria que usar lésbicas, gueis, travestis e transexuais, ou LGBTT, que na minha opinião empobrece o texto.

a sexualidade. Todas essas instituições e poderes, em maior ou menor grau, colocaram, predominantemente, a sexualidade dos homossexuais de forma negativa e sempre associada a um tipo de desvio moral, sexual e de caráter. Estas opiniões permearam nossa cultura ocidental.

As razões para que isso tenha acontecido são muitas, de ordem política e moral. Esse é o caso das religiões de matriz judaico-cristã, da prática médica e da abordagem da ciência, que sempre tentou dar uma explicação sustentada na perspectiva do desvio, sempre tratando como problema. Ainda hoje ouvimos debates e opiniões que tratam a homossexualidade como se fosse um problema subjetivo. Todo essa história contribui decisivamente para alimentar o senso comum que percebe os homossexuais como cidadãos de segunda categoria, legitimando atitudes diárias de exclusão.

A naturalização da sexualidade ligada à reprodução como fim, defendida pela religião católica e fundamentalistas como algo "divino", não corresponde às práticas sexuais vividas pela maioria esmagadora das pessoas. Pergunto: o que tem de natural na sexualidade humana? A sexualidade é só para reprodução? Essas perguntas sugerem o debate cultura *versus* natureza. A sexualidade vai muito além de papéis sexuais predefinidos e rompe totalmente com a reprodução. Jurandir Freire Costa já dizia que *a sexualidade humana é desnaturada* (Costa, 1992).

Uma mudança de paradigma nos mostra que é possível avançar

Hoje há uma mudança no enfoque de como o debate vem se constituindo, mudou o foco, saindo das explicações e condenação para o direito a privacidade, direitos civis e o respeito

à diversidade. A visibilidade conquistada nas últimas décadas rompeu parcialmente com a clandestinidade e com a visão dos homossexuais como pessoas imorais, pervertidas ou desviadas. Reflexo disso pode ser visto na ação de jovens protagonizando sua história, pois já têm outros referenciais da homossexualidade que não aqueles negativos, pejorativos, e assim buscam a afirmação da cidadania e do direito à liberdade e ao prazer.

Temos claro que estamos num outro momento, que requer outras estratégias no debate e nas disputas políticas. O reconhecimento social que temos conquistado provoca reações de setores conservadores da sociedade, que vêm com um discurso mais ideológico, tentando barrar nossas conquistas.

A grande visibilidade política conquistada pelo movimento LGBTT se deve em grande parte às paradas, as quais, apesar das críticas de alguns de serem somente uma festa, para o **nuances**, cuja posição sempre foi muito clara, têm um componente político fundamental neste processo. Em 1997, quando o **nuances** organizou a primeira Parada Livre, sabíamos que as ruas eram um lugar de luta fundamental.

A decisão do STF, de reconhecimento das relações homossexuais, é o reflexo das paradas que acontecem em todo o país. Junto a isso, as paradas também vêm provocando um debate que ultrapassa os locais fechados e tradicionais. A sexualidade exposta nas paradas vem mexendo com os setores conservadores que reagem com um discurso usado em décadas passadas, de atacar os homossexuais, colocando-os como vilões da decadência da moral familiar, associando-os às velhas questões como prostituição, abuso sexual e pedofilia. Este discurso conservador foi proferido pelo advogado representante dos fundamentalistas no julgamento do STF.

Nesse debate, aparecem como porta-vozes desse discurso políticos de partidos de direita, como o Partido Progressista, no qual temos como exemplo o deputado federal Jair Bolsonaro, o pastor Silas Malafaia e o arcebispo de Porto Alegre, Dom Dadeus Grings. Podemos dizer que as agressões que gueis, lésbicas e travestis vêm sofrendo em pleno espaço público, como as que aconteceram na Avenida Paulista e a travesti assassinada em Campina Grande, na Paraíba, encontram justificativas nesses discursos de ódio.

É importante ressaltar que, nesses eventos de violência, a opinião pública, a polícia e a própria mídia, na maioria das vezes, têm se colocado de forma solidária e dando um destaque importante para o tema, coisa que alguns anos atrás não se via. Mas esse é um tema de difícil debate, pois a sexualidade é atravessada pelos marcadores de classe, gênero, etnia e pelos desejos, mas, ao mesmo tempo, o torna mais complexo e rico. Os próprios espaços de sociabilidade formam um mosaico onde valores, crenças, ideologias, desejos, classe social, gênero, cor, fantasias sexuais e preconceitos nos mostram o quanto é complexo, rico e prazeroso o universo da sexualidade. O espaço da marginalidade revela uma riqueza muito grande que move todo um campo da sociedade que encontra neste ambiente "marginal" a possibilidade de realização de desejos fora dos padrões reconhecidos e legitimados socialmente. A prostituição, tanto de travestis quanto de garotos de programa, é um dos tabus mais polêmicos para nossa moral sexual, inclusive para a grande maioria dos grupos de militância que sempre deixaram estes temas dentro do armário por conservadorismo e por estratégias políticas que ficam a reboque de governos e financiadores.

Na verdade, o campo da prostituição traz à tona outros atores sexuais "invisíveis" para o debate, que são os clientes

que usufruem destes serviços. A condenação moral que sofrem travestis e garotos de programa nunca vem acompanhada pelo outro lado da moeda, que são os clientes, e porque os procuram, vejam o caso do Ronaldo Fenômeno.

Para o **nuances**, o debate em torno da sexualidade sempre foi prioritário, pois entendemos que o poder de contestação a partir do que é considerado marginal nos possibilita a desconstrução da moral heterossexista e cria novos paradigmas sobre o uso do corpo e da sexualidade, inclusive questionando a dita normalidade da heterossexualidade.

Uma das questões que o **nuances** sempre pautou no debate em torno da sexualidade foi não ter como referência a heterossexualidade para reivindicação política de direitos. Sempre questionamos a normalidade da heterossexualidade, entendendo como mais uma possibilidade. A grande maioria dos grupos orienta-se politicamente a partir da heterossexualidade como modelo natural.

Uma parcela minoritária do movimento conduz a luta política colocando o debate no campo da sexualidade e direitos humanos como prioritário, posição à qual o **nuances** se filia; outra parte do movimento pauta o debate pela saúde, Aids e pela equiparação dos direitos, com um forte apelo à vitimização como estratégia, e tomando a heterossexualidade como referência. Neste sentido, podemos salientar a intromissão do Programa Nacional de Aids, que condiciona os editais das paradas as suas demandas, como teste rápido. Reconhecemos que o **nuances**, através de diversos programas de financiamento para enfrentamento da epidemia de Aids, teve grande inserção social, mas nunca ficou refém desse financiamento, pois os temas marginais e tabus sempre foram seu cardápio preferido. Sabíamos que a sexualidade era e é uma arma poderosa para combater a hipocrisia da socie-

dade, tanto que nas paradas sempre usamos temas ligados ao uso do corpo como carro-chefe. Por isso sofremos muitas críticas de militantes e de outros homossexuais que achavam que estávamos nos menosprezando. Temas como "É dando que se recebe"; "Quinhentos anos de quatro" foram usados como *slogan* de paradas. Mais recentemente, quando o **nuances** completou 20 anos, o *slogan* foi: "20 anos gozando com você". Em nossos materiais, como cartilhas e *folders*, e no *Jornal do Nuances*, sempre demos destaque para uma linguagem direta, usando inclusive os termos bicha, veado e imagens fortes com apelo à sexualidade.

O **nuances**, na década de 1990, já pressionava para que a questão dos homossexuais fosse tema da política de Direitos Humanos associada aos ministérios da Educação, Cultura e, principalmente, o da Justiça. Na época, a ABGLT não dava importância, pois o financiamento estava com a Aids e, como sempre se movimentavam pelo dinheiro, ignoravam esse debate. A sexualidade nunca foi mote para a ABGLT, mas sim a vitimização e a política tradicional dentro dos corredores de poder. Pensar que a questão da *bichice* (homossexualidade) entrou na cena política brasileira pela questão da saúde, e não dos direitos, é fundamental para uma compreensão desse processo. Mesmo que saibamos que a Aids teve papel fundamental na estigmatização dos homossexuais, a exclusão desses sujeitos era anterior. No Brasil já tínhamos acúmulo de movimento organizado bem antes da Aids, com os grupos Somos de São Paulo, Triângulo Rosa do Rio de Janeiro e o GGB na Bahia já no início da década de 1980.

No campo do direito, também existem formas próprias de entender a questão. O termo **homoafetivo**, muito em voga hoje, defendido a partir da ideia de que, para garantir direitos, a afetividade é o elemento central nas justificativas, empobrece o debate. Outra linha de abordagem na qual o **nuances** acredita e pela qual

luta, é que a conquista de direitos deve se dar pelo princípio da dignidade humana, onde o debate não fica refém da afetividade. Pergunto: como ficam as práticas sexuais que não têm a afetividade como eixo central?

Na esteira do termo homoafetivo, hoje temos um movimento conservador, pois os temas que são pautados são casamento, adoção, beijaço como forma de protesto, além disso os militantes ficam disputando na mídia quem casou e adotou uma criança primeiro. Defensores de Direitos Humanos e a mídia caíram na armadilha da afetividade. Mas mesmo com esse conservadorismo, o debate ultrapassa o próprio movimento e vem sendo pautado de outras formas rompendo paradigmas seculares.

Nessa direção, Fernando Pocahy (2010, p. 11) fala

> num giro vertiginoso, nos idos dos anos 80, que reordena não somente a pauta da agenda do movimento homossexual mundial e o recém-estruturado movimento brasileiro. A Aids passa a funcionar como uma marca nova e central na ação do dispositivo da sexualidade reformatando as culturas sexuais mundiais, figurando como uma questão que dizia (diz) respeito às vidas marginais e como um castigo ou presunção do adoecer como signo de morte. Deparamo-nos com uma virada política no movimento de liberação homossexual, cuja palavra de ordem "sair do armário" passa a ecoar como sinal de exposição ao risco da violência e de um isolamento social ainda mais perverso, produzindo uma nova mobilização e exigindo cada vez mais a afirmação de uma identidade social, como estratégia política.
>
> Vimos aqui em Porto Alegre, em 1995, quando da primeira intervenção dirigida à população "hsh", o quão refratários eram os frequentadores de bares e boates, bem como os proprietários, pois as campanhas e a dis-

> ponibilização de preservativos evidenciavam uma associação terrível: Aids = homossexualidade. Figurando o gueto então, nos primeiros anos de intervenções com a população de homossexuais, como um campo de disputa de significados sobre a sexualidade e a política.

Assim, uma das questões mais significativas para o movimento social e para a vida dos homossexuais é a forma de como vem se travando o debate. Há poucos anos girava em torno de explicar as causas da homossexualidade. Mas, depois que o tema foi pautado pelos próprios homossexuais através de seus movimentos e da visibilidade social adquirida pelas paradas, bem como pelas decisões judiciais reconhecendo direitos e, mais tarde, pelas políticas públicas por parte do Estado reconhecendo a cidadania dos mesmos, nos transferimos para outro cenário. Hoje é comum o debate nos mais variados espaços, sendo associado não mais à ideia de doença e desvio, mas a direitos ligados à dignidade humana, diversidade e democracia. Isso tem uma importância política do mais alto valor, talvez mais importante do que as próprias conquistas objetivas do dia a dia.

Para exemplificar essa mudança de paradigma, podemos citar como exemplo o incidente que aconteceu com o jogador de vôlei Michael Pinto dos Santos, da equipe do Vôlei Futuro, que foi xingado e humilhado por centenas de torcedores em um jogo da Superliga de Vôlei em Minas Gerais ao assumir publicamente sua condição sexual de ser guei. Em princípio, podemos achar que é só mais um caso, mas não é só isso. O apoio que o jogador recebeu de seus companheiros de equipe e principalmente da direção do clube, que se posicionaram publicamente a favor do jogador através de nota, nos mostra que houve uma mudança de paradigma. Se isso acontecesse dez ou quinze anos atrás, é bem provável que o jogador ficaria sozinho e inclusive poderia sofrer

represália por parte de seus colegas e direção. Num lugar como o esporte, que é permeado pelo machismo, esse evento demonstra que estamos vivendo outra conjuntura.

Outro fato que vale a pena ressaltar é a eleição de gueis e lésbicas assumidas para direções do DCE, como no caso da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL (Universidade Federal de Pelotas) e do Diretório Acadêmico do curso de medicina da UFCSPA (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre). Mesmo que no caso da UFCSPA tenha havido uma reação homofóbica por parte de alguns colegas e da direção da universidade, o fato é que anos atrás, a eleição seria muito mais complicada e talvez impensável.

Ainda mais significativa foi a aprovação por unanimidade pelo Superior Tribunal Federal (STF) do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, a qual tem um peso histórico na luta do movimento social brasileiro. Esta conquista não está restrita aos homossexuais, mas aponta para pensarmos a democracia enquanto um valor fundamental. Além das questões práticas envolvidas nesta decisão, ela tem um significado político e simbólico que sinaliza outro momento histórico. Associado a essa vitória, se situa o debate importante sobre a separação do Estado e da religião. A decisão fortalece o reconhecimento de que o Estado é laico e de que não pode ficar refém de crenças religiosas, muito menos ser pautado por elas.

A Parada Livre: um caso emblemático na relação com governos e políticos

É, o tempo passa e as coisas parecem que não mudam tanto. Para deixar mais claro o que estou dizendo, cito o caso da Parada Livre de Porto Alegre, evento legítimo e que foi constru-

ído exclusivamente por iniciativa do movimento social em 1997. Quando falo em legitimidade, me refiro a um evento oriundo de organizações que trabalham diretamente com o tema das bichas, sapatas e trans, que estão no seio da sociedade civil.

A Parada Livre é um exemplo muito rico neste sentido. Foram vários os momentos, onde partidos, ou seus representantes, grupos internos de partidos e secretarias de governos e até da iniciativa privada através de seus agentes vêm tentando a toda prova interferir na autonomia e nos destinos da Parada. Usam o falso argumento de que a Parada é um evento da cidade, que tem verba pública e que, por estas razões, todos poderiam interferir. Isto é pura desculpa de quem é "*despolitizado*". No mundo inteiro os papéis políticos de Estado e sociedade civil são diferenciados. *A autonomia de papéis é essencial na dinâmica política que sustenta a democracia. Do contrário, estaríamos abrindo espaço para governos autoritários e descomprometidos com o que é público.*

Por que a Parada apesar de ser um evento que toma a cidade não pode e não deve ser organizada por qualquer setor? A Parada como outros eventos do movimento social só podem ser representativos e democráticos quando o Estado e os partidos políticos (e isto já é bem consolidado no debate político) respeitarem esta autonomia. Estes setores quando interferem na autonomia trazem para dentro do evento suas questões particulares que necessariamente não representam aquele setor social, e que no caso da Parada representa as *bichas, sapatas e trans*. A interferência, na academia, se chama de aparelhamento e clientelismo, ou seja, quando o Estado se apropria da sociedade civil. Uma inversão total de conceitos e valores.

É importante ressaltar que esta perda de autonomia seria um retrocesso político no processo de construção da democracia

dentro da sociedade. A democracia não é algo consolidado, ela reflete a dinâmica política que norteia a sociedade e está sempre em disputa. Chama a atenção que setores que nas décadas de 70 e 80 defendiam com todas as letras a autonomia do movimento social frente ao Estado vêm, de forma inequívoca e sistemática, tentando se apropriar da Parada para fins políticos particulares e, pior, muitas vezes para uso pessoal. Esta tentativa de utilização via Estado, da Parada Livre, revela uma atitude de quem quer se valer do Estado e, por meio dele, abocanhar um ato político coletivo, que é a Parada Livre. Em algumas cidades como Pelotas isto já acontece. O financiamento público muitas vezes condiciona o perfil da Parada colocando suas demandas como critérios para obter o financiamento.

Outra polêmica em torno da Parada é a crítica de partidos que se dizem socialistas, de que a Parada Livre esta cooptada pelo governo, pois tem financiamento do mesmo. O fato de a Parada ter financiamento público não significa necessariamente a perda de sua autonomia, nem a interferência do Estado em sua organização. O que aconteceu em 2012 durante a organização da 16ª Parada Livre foi um exemplo muito claro disto. Esses partidos "socialistas" são os mesmos que organizam uma *Míni Parada* e não questionam o fato de um evento do movimento social ser organizado por partidos. ***Partidos não são e nunca serão movimentos sociais e não podem falar por eles***. ***Representantes destes partidos ainda insistem na tese de que a homofobia é produto do capitalismo***. *Acordem,* bem antes do capitalismo já havia preconceito com as bichas em geral. Esses partidos são os mesmos que há vinte, trinta anos diziam que o tema das bichas, mulheres e negros era questão menor e que a ***viadagem era um desvio burguês***. São os mesmos que se interessaram pelo tema depois que o **nuances** botou as bichas na rua.

Outra crítica que sofremos é de que a Parada é uma festa despolitizada onde só se vê peito, bunda e *close*. Essa crítica é feita, inclusive, por muitas bichas e sapatas do meio. É claro que na tradição política de se fazer mobilização da esquerda, politizar o movimento é pegar meia dúzia de políticos e "representantes" e fazer aqueles discursos raivosos, descontextualizados e sem conteúdo, até porque, geralmente, não tem acúmulo no debate sobre a questão, ou, simplesmente, usam o palco para bater no governo e culpá-lo pela homofobia, transfobia e lesbofobia.

Pergunto: *o que é mais impactante politicamente: uma trava*[3] *de peito de fora, bichas montadas dando o* close *em plena avenida, sendo olhadas, odiadas, admiradas por milhares de pessoas, crianças, bofes com olhar comprometedor agarrados em suas "amapoas" (mulheres), velhos e velhas curiosos, umas com inveja do corpo das bichas, ou um político em cima do palco fazendo aquele discurso chato e cansativo?* O que está por trás destas posições é um conservadorismo moral, que muitos políticos, militantes e outras pessoas reproduzem, tentando justificar seus conservadorismos sexuais.

A questão central no tema das bichas, travas, sapatas e assemelhados é exatamente a ***SEXUALIDADE***, é ela que deve ser a arma para atacar os setores moralistas e reacionários de nossa sociedade. É lamentável que uma grande parte dos militantes de direitos humanos ainda não se convenceu disso e fica por aí tentando a todo o custo vender um "produto de bicha" que não existe e nem vai existir. Acreditam na afetividade como valor, e na *normalidade dos heteros*[4].

---

3 Travesti

4 Heterossexuais

A Parada é um evento que tem que questionar essa moralidade e normalidade, para assim possibilitar que outras formas de sexualidade possam ser respeitadas a partir de um *status* de igualdade e não como cidadãos de segunda categoria. Para finalizar, cabe dizer que o que falta é uma reflexão do poder simbólico e político que a Parada representa. São raros os movimentos que conseguem reunir milhares de pessoas, onde a sexualidade é a tônica, e esse deve ser nosso poder de barganha política na hora de estabelecer parcerias, seja com quem for. Um dos motivos pelos quais a Parada chegou até aqui foi exatamente por ter resistido aos vários ataques que sofreu, principalmente depois que botou o povo na rua. O **nuances** desde sempre teve esta consciência, e talvez este seja o motivo do porquê temos tantos desafetos pela volta.

Referências

COSTA, J. F. Da Inocência ao Vício: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.

POCAHY, F. A. Apresentação. In: _____(org.) *Políticas de Enfrentamento ao Heterossexismo*: corpo e prazer. Porto Alegre, nuances, 2010, p. 11-12.

NUANCES DE UMA IN(TER)VENÇÃO INDISCIPLINADA COM GÊNERO E SEXUALIDADE: VERTIGENS DE UM MODO DE FAZER POLÍTICA

Fernando Pocahy

Este texto se constitui muito mais como uma homenagem do que propriamente uma reflexão sobre algo que eu esteja fazendo hoje em termos de enfrentamento ao heterossexismo. Embora tenha algumas notícias desde a minha atuação e coordenação de um laboratório de estudos, pesquisas e intervenções em Fortaleza, como professor junto a um Programa de Pós-Graduação em Psicologia, através de desdobramentos de uma relação de pesquisa e ativismo que se misturam com este texto, não é propriamente sobre o que estou fazendo no momento o que apresento aqui.

Aproveito este espaço para fazer outra coisa. Ouso um breve e até "impreciso" passeio sobre alguns momentos e estratégias políticas que foram traçadas em Porto Alegre e que, acredito, colaboraram para as condições de possibilidade para estarmos reunidos aqui hoje neste seminário.

Minha imprecisa e impertinente "genealogia" desta produção se mistura a algumas das coisas que eu tive a chance de viver durante minha vinculação junto ao **nuances** – grupo pela livre expressão sexual. Eu trago para o espaço-tempo deste capítulo algumas ações que o grupo fez e, dentre estas, algumas das quais eu tive a oportunidade de colaborar, de estar junto. Portanto, a reflexão aqui não é unicamente de testemunha ocular, mas desde a posição de estar também mais um nesta "história da bichice" no Rio Grande do Sul (uma expressão nuanceira).

Nós precisamos sempre lembrar o que nos permite estar aqui. Não como obrigação, mas como compromisso com a história que nos permite dizer e fazer algo neste terreno de enfrentamentos e disputas de significados sobre o que se constitui como humanamente possível em nossa sociedade; para que possamos refletir sobre o que pensamos que somos, o que estamos tentando fazer de nós mesmos e de nós mesmas, além daquilo que tentamos fazer com os outros e as outras (Foucault, 2001 [1984]).

Mas, sobre o que posso testemunhar? Talvez alguns movimentos, pequenas agitações, algumas rápidas insurreições, [entre-]atos políticos contra as arbitrariedades e hierarquias violentas que estabelecem as condições para que o dispositivo da sexualidade defina-nos enquanto uma população LGBTI. E, desde esta interpelação, os movimentos que, ao nos reconhecermos como LGBTI, realizamos – no sentido de contestar os destinos que desejaram para nós e reinventarmos no jogo da cultura da diversidade movimentos para uma sociedade mais democrática e menos desigual.

Assim, o que tenho a escrever não tem muito de novidade, mas é importante destacar a trajetória de um grupo de mulheres e homens que construíram e ainda estão firmes na luta para que possamos estar todas e todos aqui – desafiado as normas e os estabelecidos.

O **nuances** tem o seu lugar nesta cidade, neste estado, é reconhecido nacionalmente pela sua "indisciplina", pelo seu anarquismo e pela sua posição firme diante dos assujeitamentos do aparelhamento estatal.

Recolho para este texto lembranças de algumas dentre as muitas ações e articulações de grupo de pessoas que, em um momento muito vertiginoso da política das minorias e da insuportável interpelação da Aids, trouxeram um pouco de possível

para esta cidade e, pretensões à parte, para o nosso Estado e para o Brasil.

O **nuances** completou a sua "maioridade" e chegou aos 21 anos de idade mais ácido e mais jovem ainda. Dentre as muitas fotografias deste grupo, estão aquelas de pessoas que mexeram e sacudiram as moralidades canônicas e os desejos de norma – entre elas, a homonormatividade, a "boa" representação da homossexualidade e o desejo do desejo do Estado, parafraseando Judith Butler (2006 [2004]).

As insuportáveis, sarcásticas, fechativas e loucas nuanceiras não abriram caminho nenhum. Fizeram mais. Fizeram melhor: elas nos desviaram dos caminhos pavimentados e confortáveis da política de representações. Minhas companheiras e companheiros do **nuances** rasgaram a cortina da política careta que pedia e ainda pede licença pra existir, sedenta de norma e, por que não, de financiamento e até patrão.

Sem dinheiro, sem tostão, muitas e muitas vezes, fez da gestão anarquista (se é que podemos usar esta metáfora) a expressão de sua institucionalidade e a potência de sua vida no movimento social.

O preço disto, claro, muito aperto, correria, mudanças de sede, miséria generalizada e uma luta pelo recurso público. Em meio a isso, equilibrando-se na corda bamba, produziu muita criatividade, muita invenção e muitos abalos, nos fez rir, chorar e nos ajudou muito a gozar. "21 anos gozando com você", celebra a campanha de aniversário do grupo...

Em 1997, a Parada Livre brota como a primavera colorida de Porto Alegre. Suave e forte. Foi inventando o caminho, traçando novas rotas para a cidadania, para liberdade de expressão e para os modos de luta. Entre caminhos, manifestações públicas, como o caso da discriminação no Edifício Edel ou da GM, entre

tantas e tantas outras. Tantos e tantos agitos na cidade... Campanhas de prevenção, promoção da cidadania, enfrentamento às violências e violações de direitos. Diálolos e gritos na cidade.

Em 2001, o **nuances** se associa à Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, para uma formação intitulada Curso de Multiplicadores em Cidadania**,** promovendo um espaço de formação a 90 pessoas ligadas a universidades, segurança pública, escolas e prefeituras, com o objetivo de construir novas propostas para o acesso à justiça e a efetivação dos direitos humanos.

No rastro deste compromisso e entendimento de que a saúde, a justiça e a segurança são frentes e caminhos, o grupo ainda deu aulas de Direitos Humanos para Policiais (novos agentes da segurança pública) em 2000, 2001 e 2002. Sob iniciativa do governo estadual, através da Secretaria de Justiça e Segurança, o **nuances** foi convidado a facilitar a discussão sobre direitos humanos e homossexualidades para os novos agentes de segurança em formação da polícia militar, polícia civil e agentes penitenciários do Rio Grande do Sul. Foram atingidos nos três anos mais de 2.000 mil policiais.

Em parceira com a Liga Brasileira de Lésbicas Região Sul, o **nuances** promoveu o Projeto Olhares (2004), com o objetivo de criar espaços para construção da visibilidade, reforçando as identidades e autonomia das mulheres lésbicas. Através de reuniões programadas a cada quinze dias, lésbicas se encontram no Mercado Público de Porto Alegre, na sala do CONDIM, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, entidade apoiadora do projeto.

Através do projeto Difundindo os Direitos Sexuais no Âmbito do Cone Sul, financiado pela Fundação Ford e coordenado pelo Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS/UFRGS), o grupo **nuances** contribuiu ainda para a discussão dos direitos sexuais e reprodutivos, problematizando

a igualdade de direitos e a autonomia sobre o próprio corpo. O **nuances** se ocupou, neste projeto, além da participação nos seminários de discussão sobre temas da abrangência da ação, em organizar e discutir os dados dos casos de homicídios cometidos contra homossexuais, até então não solucionados pela Polícia e Poder Judiciário.

No plano das ações de parceria com as Universidades, colaboramos com a Pesquisa Políticas, Violência, Direitos e Homossexualidade, em parceria com o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (IMS/UERJ), Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESEC (Universidade Cândido Mendes), NUPACS/UFRGS – Núcleo de Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde, durante a 8ª Parada Livre de Porto Alegre.

Em meio a isso, o POA Noite Homens, projeto desenvolvido de 1995 a 2001, se constituiu em um elo importante com os espaços de sociabilidade de gays e HSH, promovendo a cidadania e ações de prevenção às DST, HIV e Aids.

Com o projeto de Fortalecimento das Ações Preventivas e o Projeto Comunicação e Prevenção, produziu-se o *Jornal do nuances*, periódico bimestral com doze páginas, tiragem de 10.000 exemplares distribuídos nos locais onde lésbicas, gueis e transgêneros frequentam, bem como em locais públicos da cidade, universidades, sindicatos, espaços culturais e no interior do Estado.

O **nuances** colaborou também na organização do evento EI/PSI International GLBT Fórum, realizado entres os dias 19 e 21 de julho de 2004, que reuniu diversos sindicalistas na área da educação e educadores para discutir as questões relacionadas à igualdade, equidade e diversidade sexual e de gênero. (www.ei-ie.org/congresso2004.html)

Na linha das ações de diálogo com a educação, promoveu duas edições do Educando para a Diversidade, com o objetivo de contribuir para a efetivação de políticas educacionais na promoção dos direitos humanos e da diversidade sexual no âmbito da educação infantil, ensino médio e fundamental. Visando à desconstrução de paradigmas naturalizados e construindo um espaço de discussão e de multiplicação de informações na articulação de outras possibilidades de vida vivida tendo como base o respeito à diferença, o projeto teve apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Ministério da Educação. Temos ainda o apoio da Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre e do PPG em Psicologia Social e Institucional e do PPG em Educação da UFRGS, através do GEERGE (Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero).

Na perspectiva das intervenções sobre as formas de regulação das idades, o **nuances** propôs a Cartilha Satisfação entre Adolescentes Gays e o Gurizada do Barulho: projeto desenvolvido em 2001 para jovens que se reuniam na Casa de Cultura Mário Quintana, com o apoio da Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, um importante espaço cultural da cidade, para debater questões pertinentes às juventudes e às sexualidades. Encerrado após 8 meses, prazo previsto para sua duração, teve continuidade através do Gurizada, Saindo do Armário e Entrando em Cena, projeto que trabalhou com jovens lésbicas, travestis e transexuais, gueis, heterossexuais e bissexuais, com o objetivo de promover a adoção de práticas sexuais mais seguras na prevenção das DST e Aids e na promoção dos direitos humanos. As atividades eram desenvolvidas semanalmente através de temas ligados à comunicação, saúde, sexualidade, trabalho, família, escola, cultura e direitos humanos por meio de oficinas.

Esta ação teve financiamento do Programa Estadual de DST/Aids e UNESCO e apoio do Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Ong ALICE – Agência Livre para a Infância, Cidadania e Educação e parceria com o GAPA/RS, de julho de 2004 a 2008.

Na linha do enfrentamento às moralidades sobre o trabalho sexual, o **nuances** realizou em parceria com o GAPA/RS o Projeto Prazer também tem preço, com o objetivo de trabalhar temas relacionados à prostituição, saúde e cidadania, projeto que tem como objetivo trabalhar temas relacionados à prostituição, saúde e cidadania junto a garotos de programa e seus clientes, em Porto Alegre e Região Metropolitana. Estas ações foram realizadas desde 2004 e 2006 e contaram também com a colaboração do PPG Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

O grupo trabalhou ainda com Bate-Papo com Surdos, uma ação quinzenal tendo como objetivo promover a cidadania plena através da visibilidade da língua brasileira de sinais e da cultura criada por homossexuais surdos.

O Projeto Rompa o Silêncio, Centro de Referência em Direitos Humanos, foi outra entre as ações do grupo que ofereceu grande impacto no enfrentamento à homo-lesbo-transfobia, acompanhando casos de discriminação e outras violências e formas de violação de direitos. O projeto foi apoiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal e teve em seu plano de metas, além da assessoria jurídica gratuita em caráter interdisciplinar (Direito, Psicologia e Serviço Social), capacitação em Direitos Humanos, com ênfase na diversidade sexual, para a segurança pública municipal e operadores e operadoras do direito, e se constituiu como um dos primeiros Centros de Referência em DH no combate à homofobia, tendo

atuado de 2006 a 2009, embora o **nuances** viesse realizando o trabalho de acesso à justica desde a sua fundação.

Dentre as mais recentes ações, e dentre as quais ainda estive contemporâneo, é importante citar o projeto Homossexualidades de Porto Alegre em Cena, onde se produziu o documentário "Meu tempo não parou", e o seminário Corpo e Prazer: políticas de enfrentamento ao heterossexismo, que levou à Faculdade de Educação da UFRGS uma mostra celebrando os 25 anos do *Jornal Lampião da Esquina*, causando *frisson* na Faculdade de Educação/UFRGS, especialmente com a foto do nosso ex-presidente, Lula, de calçãozinho bem curtinho... sendo interpelado pelas bichas sobre o machismo da esquerda da época das grandes articulações do movimento sindical no ABC Paulista.

Neste modo vertiginoso e ácido de fazer política, o **nuances** teceu uma rede que hoje está aí, uma rede que articulou distintas alianças nos movimentos sociais, acionou pessoas e instituições no campo da gestão pública, desafiando e convocando o Estado a respostas efetivas e radicais com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais. Entre seus parceiros sindicatos, Ongs, gestores e gestoras públicos, pesquisadoras e pesquisadores e tantas e tantos outros militantes, mas sobretudo com as bases, com a população, com as cidadãs e cidadãos da capital e do interior do Estado.

Além disso, não se dobrou ao mercado, mas não deslegitimou a força que os estabelecimentos comerciais ditos LGBT tinham na capacidade de agregar pessoas, e foi nestes lugares, na porta da boate, na calçada dos bares, em qualquer lugar onde houvesse um burburinho do babado, no interior de uma sauna, entre vapores, sussurros e gemidos, ou entre a poesia de saraus, exposições, mostras de cinema. E, sobretudo, com a Parada Li-

vre, o **nuances** acionou a todas e todos aqueles que se viam asfixiados com as coleiras da normalidade, personagens da cultura e da vida da nossa cidade. A frase que deu nome à exposição com fotos da Parada Livre, feitas por Adriana Franciosi, não deixa dúvidas sobre o tom da política ruidosa das nuanceiras: "A rua derruba o armário".

É neste sentido que vejo a marca de um grupo que fez da rua a política, do privado também como experiência política, da sexualidade como política. Daí que não posso deixar de pensar em Guy Hocquenghem, ativista e intelectual francês que detonou com as moralidades e os assujeitamentos normativos das LGBT (na época ou homossexuais, travestis e lésbicas), através da política de assimilação, propondo o que muitos hoje ensaiam copiosamente chamar de *queer*. Dizia Hocquenghem (1980): "*Patchwork* de rua, arte, preciosismo e vulgaridade que formavam a trama complexa de um modo de apreensão do mundo, desprovido de monotonia e bom-senso". Isso definia as bichas, as sapatas e as travas loucas...

Este argumento, para concluir, talvez nos aponte para a necessidade de uma reflexão contínua (mas nem por isso monótona ou cansativa) sobre o avesso dos bons costumes e da boa representação LGBT – que, tão desejosa de norma, ainda aguenta com algumas moralidades acadêmicas e/ou estatais, atrapalhadas nos jogos das disciplinas, bem guardadas no armário das epistemologias modernas.

Estou quase certo de que estamos construindo uma sorte de experimentação epistemológica e cultural que pode nos apontar para caminhos mais eficazes na ampliação e efetivação de políticas públicas para todas e todos e para aquelas que ainda não têm nome no jogo dos regramentos sociais. Mas, para isso, é

preciso reconhecer a existência daquelas a quem se pode apenas e talvez apreender somente suas nuances.

Referências

BUTLER, Judith. *Défaire le genre.* [2004]. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de l´indentité. [1984]. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et* écrits *II, 1976-1988.* Paris: Gallimard, 2001.

HOCQUENGHEM, Guy. *A contestação homossexual.* São Paulo: Brasiliense, 1980.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES E A LEI MARIA DA PENHA: UMA DISCUSSÃO QUE EXIGE REFLEXÃO E FORMAÇÃO PERMANENTES

Raquel da Silva Silveira
Henrique Caetano Nardi

A violência doméstica[1] contra as mulheres é um problema social grave que, apesar dos avanços jurídicos de proteção às mulheres, ainda exige muitos esforços. Segundo o Mapa da Violência de 2012, os homicídios de mulheres tiveram um aumento de 217,6% nos últimos 30 anos (Waiselfisz, 2012). Recentemente, tem-se trabalhado com o termo femicídios, justamente para salientar a especificidade da violência que acomete as mulheres. Segundo esse estudo sobre a violência no Brasil, ainda que a maior parte dos homicídios aconteça contra homens jovens, negros (pardos e pretos), pobres, envolvidos com o tráfico de drogas, quando se analisa os assassinatos de mulheres, existem especificidades que remetem à violência doméstica. A maior parte das mulheres é assassinada com armas brancas (fa-

[1] Utilizaremos o termo violência doméstica contra as mulheres em virtude da disseminação dessa denominação para compreensão do fenômeno da violência de gênero contra as mulheres nas relações de intimidade. Fazemos essa ressalva, pois existe uma discussão teórica importante sobre a necessidade de explicitar o quanto a violência doméstica contra as mulheres está inscrita nos arranjos sociopolíticos da organização patriarcal e racista da sociedade brasileira, sendo fundamental que os textos que discutem essa problemática explicitem a sua inscrição no campo político das relações de dominação masculina.

cas, paus, objetos cortantes), no ambiente doméstico, tendo como assassinos homens com os quais mantiveram relacionamentos de intimidade. No Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2012 o número de homicídios teve um aumento vertiginoso, apesar do endurecimento jurídico que a Lei Maria da Penha provocou no cenário brasileiro. Em 2011, no estado do Rio Grande do Sul, foram constatados 46 femicídios em situação de "violência doméstica", sendo que, até novembro de 2012, já contabilizávamos 84 femicídios desse tipo. Diante desse contexto, recentemente foi implantado um projeto piloto da Brigada Militar intitulado Patrulha Maria da Penha[2], com intuito de fortalecer as medidas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Na cidade de Porto Alegre, durante o ano de 2012 circularam 55 mil e 842 processos no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, tendo o ano finalizado com 18 mil e 127 processos em andamento judicial. Essas são informações que demonstram a dimensão do problema, sendo que muitas mulheres nem chegam a acessar a Justiça.

Nesse contexto, este capítulo pretende contribuir para a reflexão dos/as profissionais que atuam em serviços com atendimento ao público, principalmente os serviços da Assistência

[2] Salientamos a informação de que esse projeto definiu como área de atuação os quatro Territórios da Paz de Porto Alegre, que contemplam os bairros Rubem Berta, Restinga, Lomba do Pinheiro, Vila Cruzeiro (Santa Tereza). Esses são bairros com maior prevalência de população negra, mais vulneráveis ao tráfico e à violência, e que corroboram os estudos de geografia urbana na sua dinâmica segregacionista do ponto de vista econômico e racial. Para aprofundamento na temática da geografia urbana moderna, indicamos, por exemplo, os estudos de Milton Santos, *O Espaço do Cidadão.* São Paulo: Nobel, 1987, e de Antonia Garcia, *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, Cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum.* Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Ambos são estudos de geografia urbana na sua dinâmica segregacionista do ponto de vista econômico e racial.

Social, da Saúde, da Educação e da Segurança Pública. As discussões teórico-práticas que constituem essa escrita estão embasadas num trabalho interdisciplinar (Psicologia e Direito) de pesquisa e extensão universitária, envolvendo o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e o de Direitos da Mulher do Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER/Laureate International Universities). Durante o período de maio de 2010 a setembro de 2012, foi realizado um trabalho de campo na Delegacia da Mulher e no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher na cidade de Porto Alegre, no qual foram atendidas e entrevistadas 290 mulheres que acessaram esses órgãos públicos em busca de ajuda para cessarem as situações de violência doméstica. Constatamos que 96,9% dos agressores eram seus companheiros, maridos ou namorados, reforçando os estudos[3] que apontam os relacionamentos conjugais como o espaço de maior vulnerabilidade para as mulheres em idade "reprodutiva", com uma concentração, na nossa amostra, na faixa de idades entre 20 e 40 anos.

Como essa temática tem sido exaustivamente discutida nas sociedades contemporâneas, justamente por estarmos vivendo um momento de transformação cultural, em que a mulher alcançou o estatuto da igualdade formal com os homens, decidimos salientar aspectos do problema social da violência doméstica contra as mulheres que nem sempre aparecem nesses estudos. Assim, trataremos da necessidade de que os/as agentes sociais incluam um olhar atento aos marcadores sociais que constituem trajetórias de violação de direitos diferenciadas, como a questão

[3] Soares, 1999; Machado, 2009; Meneguel e Hirakata, 2011.

da classe e da raça, salientando a importância da construção de redes de apoio às mulheres vítimas em seus ambientes de trabalho. Além disso, as questões da discriminação racial, tanto em sua dimensão direta quanto indireta, pois esse é um tema importante na sociedade brasileira, mas que muitas vezes é silenciado.

Violência doméstica e a necessidade de redes de proteção: a vulnerabilidade no local de trabalho da mulher

A Lei 11.340 de 2006, mais conhecida como a Lei Maria da Penha, foi promulgada num ambiente internacional de reconhecimento de que as violências vividas pelas mulheres em seus lares e em suas relações de intimidade eram violação de Direitos Humanos, portanto diziam respeito aos Estados. Um dos lemas importantes dos movimentos feministas era de que "o privado é político", tendo sido acolhido pelas Nações do mundo democrático, nas quais a noção de "sujeito de direitos" é tida como universal. Entretanto, devido à histórica formação desigual e hierárquica das sociedades, em que os homens, brancos e ricos foram tidos como o "universal", a partir dos anos de 1948 (Declaração Universal dos Direitos Humanos), sentiu-se necessidade de instrumentos jurídicos de proteção e de promoção da igualdade para lutar contra as práticas sociais de desigualdade e de violação de direitos. Houve, juridicamente, o reconhecimento de que alguns marcadores sociais produziam maior vulnerabilidade, como o sexo, a idade, a raça, a religião, a sexualidade e a classe. Dentre esses marcadores, a questão de classe como marcador econômico e cultural logo se consolidou como um dos pontos centrais. Por isso, a Lei Maria da Penha afirma que a mulher trabalhadora tem o direito de não perder o seu emprego. Para as funcionárias

públicas em situações de risco de vida, essa legislação afirma a possibilidade da transferência para outra cidade. Contudo, esse "direito" assegurado pela Lei Maria da Penha tem sido pouco divulgado, além de a prática legal não ter recebido um tratamento adequado, visto não haver legislação específica para sua regulamentação. Ou seja, como devem proceder os/as empregadores/as? Quem pagará o salário da mulher vítima enquanto necessitar ficar afastada? Pode o/a empregador/a contratar temporariamente outra pessoa?

Além dessas perguntas operacionais no plano econômico que interessam aos/às empregadores/as, como se pode construir redes de proteção às mulheres no ambiente de trabalho? Como informar às pessoas que trabalham junto às mulheres com medida protetiva de urgência, concedidas pelo Poder Judiciário, quanto aos comportamentos sociais esperados para lhes assegurar proteção? Como proporcionar um ambiente de trabalho em que as mulheres vítimas de violência doméstica não se sintam envergonhadas e intimidadas em compartilhar com colegas e chefias a situação de risco que vivenciam?

A relevância desses questionamentos emergiu do nosso percurso de pesquisa-extensão, principalmente pelo contato com policiais que atuam diretamente na Delegacia da Mulher de Porto Alegre. Recentemente, a capital gaúcha testemunhou a recorrência de femicídios e tentativas de femicídios ocorridos no ambiente de trabalho das vítimas, mesmo após a concessão judicial da medida protetiva de urgência (a qual pode culminar com a prisão preventiva do agressor). Aqui cabe ressaltar que o alerta sobre a falta de cuidado com a questão do trabalho foi feito por uma das delegadas da Delegacia da Mulher de Porto Alegre, a qual lida em seu cotidiano com a face dramática do circuito da violência doméstica contra as mulheres. É à delegacia que as mu-

lheres chegam no ápice da violência física. Sangramentos, partes dos corpos inchados, hematomas à vista. É lá que os homens chegam algemados. São esses/as profissionais que recolhem os corpos das mulheres mortas, dos homens que se suicidam, dos/as filhos e filhas assassinados/as junto com as mães. É no saguão da delegacia que muitas mulheres aguardam noites inteiras para poderem ser encaminhadas às casas abrigos, pois Porto Alegre não tem uma casa de passagem que funcione para recebimento das mulheres depois das 18 horas.

Para ilustrar a preocupação da referida delegada com a falta de atitude do Poder Judiciário quanto à necessidade de garantia ao trabalho, ela aponta dois casos emblemáticos que aconteceram no ano de 2012. O primeiro foi o assassinato de uma mulher, durante o seu turno de trabalho, numa lavanderia de um shopping de Porto Alegre. Essa vítima tinha a medida protetiva e estava abrigada na Casa Viva Maria[4], em virtude das fortes ameaças que recebia de seu ex-namorado. No dia do femicídio, ele ligou avisando que ia até a lavanderia para matá-la. Essa mesma ameaça consta em todos os boletins de ocorrência registrados na delegacia, e foi cumprida. Essa delegada compartilhou conosco o profundo desassossego, tristeza e sentimento de incompetência quando as ameaças de homicídio se concretizam. Em relação ao femicídio acima referido, ela afirmou: "*No BO (boletim de ocorrência) estava tudo registrado, ela (a vítima) relatou as ameaças e a forma como ele dizia que iria matá-la. Foi exatamente o que ele fez. Estava tudo lá, e não conseguimos proteger essa mulher"*.

[4] A Casa Viva Maria é uma instituição que abriga mulheres vítimas de violência em situação de risco na cidade de Porto Alegre, sendo seu endereço sigiloso, como forma de garantir proteção às suas usuárias.

O segundo caso relatado pela delegada é de uma jovem que foi esfaqueada em seu ambiente de trabalho pelo ex-namorado. Ela também tinha medida protetiva, e felizmente sobreviveu à tentativa de homicídio. Quando escutada na Delegacia da Mulher sobre o porquê de não ter pedido ajuda, de por que não acionou os seus direitos e conversou com seus/as empregadores/as, ela respondeu que, certamente, seria demitida se contasse da sua situação, e que precisava trabalhar para sustentar seu filho. Esses dois casos explicitam a necessidade de discussão coletiva sobre a vulnerabilidade da mulher vítima de violência doméstica nos locais de trabalho.

Destacamos aqui a dramaticidade do fenômeno social do femicídio, mas, quando falamos em violência doméstica contra as mulheres, não estamos lidando apenas com os casos mais graves, pois a Lei Maria da Penha aponta cinco tipos de violência: a física, a moral, a psicológica, a sexual e a patrimonial. De um modo geral, esses tipos de violência acontecem simultaneamente, mas, mesmo que a violência doméstica não deixe marcas no físico da mulher, ela é considerada um problema sério para a saúde feminina, podendo causar formas de adoecimento, sobretudo mental, que nem sempre aparecerão imediatamente como sintomas da violência doméstica. Por isso, em 2003, a Lei 10.778, instituiu a obrigatoriedade da notificação compulsória para os casos de violência contra a mulher em todos os serviços de saúde públicos ou privados, no território nacional (Brasil, 2011). Em virtude disso, o Ministério da Saúde sugere formação para os/as profissionais da saúde, da educação e da assistência social para que possam identificar casos de violência doméstica contra as mulheres, fazendo as notificações específicas, a fim de que possamos enfrentar esse problema.

Retornando às informações que produzimos nesta pesquisa-extensão, na amostra das 290 mulheres entrevistadas, encontramos explicitamente a preocupação e a necessidade de proteção no local de trabalho. Todavia, muitas mulheres têm vergonha de expor sua situação com receio de demissão. Elas desconhecem a previsão de proteção legal contra a possível represália por parte do/a empregador/a. Desta forma, muitas mulheres mantêm sua rotina de trabalho, ficando expostas a novas violências, como tão bem salientado nos depoimentos da delegada acima referida. Assim, percebemos a necessidade de que a sociedade passe a incluir o suporte econômico às mulheres como um fator fundamental na discussão da Lei Maria da Penha, pois qual cidadã pode prescindir do seu trabalho, da sua renda?

A "universalidade" como o sujeito mulher é tomado no campo jurídico não leva em conta a vulnerabilidade das mulheres de acordo com sua classe econômica. Ou seja, as mulheres que exercem trabalhos em condições precárias e aquelas com os melhores rendimentos e postos de chefia têm possibilidades diferentes para o enfrentamento da violência doméstica. No tema aqui abordado, os serviços judiciais e de segurança pública garantem acesso universal, todavia são as mulheres mais vulneráveis que vão acessar a Delegacia da Mulher e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) com mais frequência. De um modo geral, essas mulheres apresentam poucos recursos, subjetivos e econômicos, para acionar outras instituições e profissionais a fim de enfrentar as situações de violência.

Nesse sentido, analisamos como a questão da variável "renda própria" apareceu nos nossos 290 atendimentos. Acreditamos que discutir a renda da mulher é uma informação significa-

tiva para avaliar a dependência econômica das mulheres vítimas de violência doméstica em relação a seus agressores. Os estudos sobre essa temática apontam ser este um fator de risco importante, pois a necessidade de sobrevivência, muitas vezes, obriga a permanência nos relacionamentos, ainda que violentos (Soares, 1999; Narvaz e Koller, 2006; Galvão e Andrade, 2004). Para a elaboração das nossas análises, consideramos o salário mínimo regional, que era de R$ 700,00 em 2012. Dentre as mulheres que informaram a renda própria, encontramos que 79,4% delas possuíam renda própria de até R$ 1.399,99. Todavia, o maior percentual de mulheres que declararam receber até um salário mínimo (R$ 699,99) configurava 47,9% desta amostra. Essas informações refletem o baixo rendimento da maioria da população brasileira. Segundo informações do IBGE/Censo 2010, 75% da população tem rendimento domiciliar *per capita* mensal inferior à média nacional de R$ 668,00. Também constatamos que a maioria das mulheres tinha filhos/as, assim, se considerados apenas os rendimentos próprios das mulheres, a renda *per capita* diminui consideravelmente. Ainda que os pais sejam obrigados, em caso de separação conjugal, a contribuírem com as despesas dos/as filhos/as (pensão alimentícia), nem sempre essa obrigação jurídica é cumprida na prática.

Num dos percursos desta pesquisa-extensão, em que realizávamos uma atividade na Ong Maria Mulher, depois de uma palestra sobre a Lei Maria da Penha, fomos interpelados/as por uma jovem negra, com idade ao redor dos 20 anos e que tinha dois filhos. Ela queria saber se conhecíamos algum programa social que pudesse lhe oferecer uma casa, pois vivia uma relação conjugal muito violenta. Já tinha registrado alguns boletins de ocorrência, mas sempre voltava atrás, pois não tinha trabalho,

tampouco condições de sustentar os filhos. Diante da situação e da juventude daquela mulher, lhe perguntamos se ela não tinha amparo da sua família de origem, uma vez que ainda não temos uma política pública de habitação específica para esse caso. Imediatamente, ela respondeu da seguinte forma: "*Doutora, na minha casa era muito pior"*.

Esse depoimento nos marcou profundamente, pois escancarava o fosso entre nossas trajetórias de vida. O discurso feminista tradicional nos ensinara que todas as mulheres são iguais em vulnerabilidade de gênero, mas, de fato, outros vetores de subjetivação tanto de classe quanto de raça nos colocaram em posições muito distantes com relação às nossas vulnerabilidades.

Outro registro emblemático sobre as dificuldades que enfrentam as mulheres para saírem das situações de violência doméstica foi de uma mulher muito pobre, que nos contava sobre a necessidade de ter um homem dentro de casa. Em virtude do lugar da sua moradia, em um bairro violento e com forte presença do tráfico, ser uma mulher "casada" permitia que se fosse vítima de apenas um agressor. Caso contrário, tornava-se vulnerável à violência de todos os outros homens. Esses são apenas dois dentre tantos exemplos que demonstram a complexidade das situações que envolvem o enfrentamento desse tipo de violência.

Ainda que a questão financeira seja crucial na possibilidade de rompimento de uma relação violenta, nem sempre é o fator determinante. Segundo o depoimento de um dos juízes entrevistados por nossa equipe, a realidade do JVDFM mostrava que muitas mulheres não apresentavam dependência econômica, inclusive havia casos em que elas sustentavam financeiramente seus maridos/companheiros. Para esse juiz, a dependência afetiva e os padrões tradicionais de gênero ganhavam relevância para

muitos casos atendidos, uma vez que grande parte das mulheres possuem rendimentos próprios. Em 2011, de acordo com o IPEA[5], nos lares brasileiros chefiados pelos homens, 66,3% das mulheres contribuíam com os rendimentos da casa.

Além da questão econômica, cabe destacar que, historicamente, os padrões de relacionamento familiar, tradicionalmente hierarquizados, patriarcais e racistas, pautaram-se em práticas violentas, seja para educação dos filhos/as, seja para correção das esposas e escravos/as. Assim, quando tematizamos a violência doméstica contra as mulheres, não podemos esquecer que o recurso a comportamentos agressivos, sejam físicos e/ou verbais, nem sempre é classificado como "violência", dificultando o reconhecimento do que deve ou não ser categorizado como violência doméstica.

Nesse contexto sociocultural, uma das experiências mais traumáticas para nossa equipe aconteceu durante uma palestra na Ong Maria Mulher direcionada a um grupo de 50 mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família. Durante nossa fala, debatíamos a Lei Maria da Penha e os modos tradicionais como educamos nossos filhos e nossas filhas, de forma machista, dando margens para a reprodução de comportamentos que produzem e reproduzem a violência contra as mulheres. No meio da discussão, fomos interpelados/as por várias mulheres indignadas com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois, como agora não podiam mais bater nos seus filhos e nas suas filhas, estavam sem saber como dar limites e tinham perdido a autoridade. Além disso, sentiam-se fiscalizadas pelo Conselho Tutelar. Naquele momento, nos demos conta das posições daquelas mulheres que

[5] Comunicado do IPEA nº 157, tendências demográficas mostradas pelo PNAD 2011.

se opunham à noção de sujeito de direitos sob uma perspectiva crítica, feminista e embasada nos enunciados dos Direitos Humanos. Corroborando essa visão, em nossa experiência de sala de aula do curso de direito encontramos a permanência vigorosa do enunciado de que os pais e as mães devem usar de recursos violentos na educação dos/as filhos/as. Entretanto, em ambas situações não se produziu nenhuma reflexão sobre a relação desses comportamentos violentos na família com a violência doméstica contra as mulheres.

Segundo o Mapa da Violência de 2012, o recurso da violência física contra as crianças está muito presente nas famílias brasileiras. "Os pais são os principais responsáveis pelos incidentes violentos até os 14 anos de idade das vítimas. Nas idades iniciais, até os 4 anos, destaca-se sensivelmente a mãe. A partir dos 10 anos, prepondera a figura paterna" (Waiselfisz, 2012, p. 15). Percebe-se, portanto, um modo de operar das famílias que tem a violência como uma forma de relacionamento, pois a mulher não aparece apenas na situação de vítima, mas também como uma mãe que usa da violência como forma de poder sobre sua prole. Posteriormente, esse estudo aponta que as mulheres serão vitimizadas por seus maridos e filhos.

O silenciamento sobre as formas indiretas de racismo e seus impactos no acesso aos serviços públicos

Quando discutimos a violência doméstica contra as mulheres, é importante conectá-la com outras práticas violentas que constituem as relações sociais, assim podemos compreender a complexidade de fatores que fazem com que esse tipo de violência continue existindo nos lares brasileiros e nos relacionamentos

de intimidade. Em nossa trajetória de pesquisa e extensão nesse campo desde 2005, sempre nos perguntamos sobre os motivos que dificultam o enfrentamento da violência. É frequente que a sociedade se mostre indignada quando assiste a casos dramáticos como o do jovem Lindemberg que assassinou a jovem Eloá, de apenas 15 anos, no ano de 2008, na frente da polícia e da mídia. Ou quando um jogador de futebol arquiteta o "sumiço" da mulher que lhe "incomodava", culminando com o femicídio de Eliza Samudio, em 2010. Coletivamente somos capazes de classificar esses homens de loucos, doentios, psicopatas, mas dificilmente reconhecemos que as práticas cotidianas de desvalorização das mulheres, o desrespeito em relação a sua sexualidade, a mercadorização constante do corpo feminino na publicidade, sua responsabilização quase que isolada para com os afazeres domésticos e cuidados com os/as filhos/as continuam pautando as hierarquias de gênero e as famílias "normais". A permanência dessas práticas sociais é o campo fértil para a produção de comportamentos individuais em que a mulher é tida como propriedade do homem, assim como um ser que necessita de controle constante para se comportar como uma mulher honesta e cumpridora de seu papel social de mãe e cuidadora do lar.

Aliado a esse padrão patriarcal das famílias brasileiras, o Brasil é marcado pela história da escravidão africana e indígena, em que a violência sexual contra as índias e as escravas negras foi parte estruturante na construção da nação. Nesse contexto, construímos uma forma singular de relações étnico-raciais, em que o estupro das mulheres negras e indígenas se converteu em valorização da mestiçagem do povo brasileiro, silenciando sobre a violência de gênero dos homens brancos. Esse é um dos elementos que constitui a dificuldade em reconhecermos o racismo da sociedade brasileira. Lilia Schwarcz (1998) identificou que os

brasileiros afirmam existir racismo, mas ao mesmo tempo não se consideram racistas. "Todo brasileiro parece se sentir uma 'ilha de democracia racial', cercado de racistas por todos os lados" (Schwarcz, 2001, p. 76). Segundo essa autora, temos no Brasil um racismo particular, "um racismo sem cara, que se esconde por trás de uma suposta garantia de universalidade das leis e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação" (Schwarcz, 2001, p. 78).

Nesse contexto, produzimos o mito da democracia racial, pois como algumas relações de proximidade entre brancos/as, negros/as e mestiços/as apresentam características de cordialidade e simpatia, negamos a história de dominação e de escravização que fundaram as relações raciais e étnicas brasileiras. Mesmo que os movimentos negros tenham lutado para o desmascaramento da discriminação racial no Brasil, desde a abolição da escravidão, será o século XXI que permitirá a emergência de políticas públicas para o seu enfrentamento. Esse movimento só foi possível em razão da redemocratização do país da pressão política e das evidências estatísticas que demonstram a permanência das piores condições de vida, de trabalho, de educação e de saúde da população negra (compreendida como o somatório das pessoas autodeclaradas pretas e pardas). Em virtude da prevalência da discriminação contra a população negra no Brasil, decidimos abordar com maior atenção o problema racial, tomando a categoria raça como um marcador social de diferenciação, e não como um conceito ligado a questões biológicas.

No campo da saúde, José Laguardia (2004) destaca a importância de inclusão efetiva de análise da variável raça, pois existem desigualdades de saúde na população que são atravessadas pelos racismos institucionais. Ele aponta a necessidade de que os/as pesquisadores/as acolham o conceito "raça" para além

do tradicional individualismo biomédico, passando a apropriar-se dos conhecimentos científicos sobre os fatores e os processos sociais que estão subjacentes às desvantagens sociais, as quais foram produzidas historicamente e que produzem uma vulnerabilidade específica. Esse autor ressalta como as restrições de ordem macroestrutural impostas às pessoas acabam por condicionar comportamentos em saúde.

> Devemos ter em mente que os efeitos da "raça" na saúde não são devidos à classificação racial, mas às noções de superioridade inerentes ao racismo, e que as consequências psicossociais e econômicas decorrentes do preconceito e da discriminação racial são causas fundamentais da desigualdade em saúde (Laguardia, 2004, p. 223).

Para Simone Monteiro (2004), os estudos epidemiológicos que identificam maior prevalência de alguns padrões de adoecimento na população negra (preta + parda) também utilizam a categoria raça em sua dimensão de marcador social. Dentre os fatores que identificam a maior frequência de algumas patologias em pessoas negras estão o estresse psicológico e a baixa autoestima. Esses são sintomas relacionados a fatores sociais de desigualdade e discriminação, que acabam gerando a "falta de equidade social, inclusive na saúde" (Monteiro, 2004, p. 48). Além disso, ela destaca que a questão racial interfere no acesso e nas formas de interação da população negra com os serviços de saúde, produzindo maior vulnerabilidade para alguns adoecimentos.

Num estudo sobre a mortalidade de mulheres em idade fértil na cidade de Porto Alegre, no período de 2001 a 2008, houve redução no percentual das mulheres brancas, com uma taxa, em 2008, que ficou em 36,0/10.000. Contudo, houve um

aumento significativo na mortalidade entre as mulheres negras, passando de 57,4/10.000 para 74,7/10.000. Esse estudo também apresenta informações de outras pesquisas que se relacionam com o período da gravidez:

> No relatório Saúde Brasil 2005 do Ministério da Saúde, uma análise da situação de saúde apresentou dados e análises segundo raça/cor. No caso da assistência pré-natal, verificou-se que 62% das mães de nascidos brancos referiram ter passado por sete ou mais consultas de pré-natal, e somente 37% das mães de nascidos negros referiram esta oportunidade[6].

Cabe lembrar que em recente decisão internacional do Comitê das Nações Unidas para Eliminação da Discriminação contra Mulheres (CEDAW – 49ª sessão, julho/2011), o Estado brasileiro foi considerado responsável pela morte de Alyne da Silva Pimentel Teixeira, 28 anos, grávida de 6 meses. Ela faleceu devido à negligência e a demora no atendimento médico-hospitalar diante das complicações de sua gravidez. Houve a compreensão de que se tratou de um caso de violação de direitos da mulher, no qual a discriminação racial e econômica contribuiu para o desfecho fatal, pois se tratava de uma mulher negra e pobre. Esse foi o primeiro caso de mortalidade materna analisado internacionalmente, além disso visibilizou a importância de articularmos análises que levem em conta a articulação entre diferentes marcadores sociais na luta pela efetivação dos Direitos Humanos.[7]

---

[6] Boletim Epidemiológico. Edição Especial – População Negra. PMPOA, 2010, p. 03.

[7] A decisão completa pode ser acessada em: http://reproductiverights.org/sites/crr.civicactions.net/files/documents/Alyne%20v.%20Brazil%20Decision.pdf

Em seu estudo sobre as interfaces entre violência racial e violência de gênero, Maria Moura (2009) aponta a maior vulnerabilidade da mulher negra em situações de violência de gênero nas relações de intimidade, pois essas mulheres têm menos acesso aos equipamentos sociais e de saúde, bem como carregam a forte marca do racismo nas hierarquias sociais que constituem seus processos de subjetivação. Ao analisar os sentidos produzidos por profissionais que atendem mulheres em situação de violência de gênero, essa autora identificou que, apesar da maioria dos órgãos de assistência identificar em seus prontuários o quesito raça/cor, essa informação não tem sido tomada como uma questão. Com relação aos profissionais da psicologia que atuam nessa área, as singularidades da questão racial ficaram invisibilizadas, demonstrando falta de informação e de comprometimento dos/as técnicos/as com os efeitos do racismo.

Na questão da violência de gênero contra as mulheres, quando fizemos o cruzamento da variável renda com a variável raça na nossa amostra de 290 mulheres, percebemos que as mulheres brancas tinham uma renda maior. Esse resultado demonstra o que os estudos de desigualdade racial já apontam, isto é, que os rendimentos maiores são privilégio da população branca (Garcia, 2009; Jaccoud e Begin, 2002; Madalozzo, Martins e Shiratori, 2010).

Apesar da melhora nas condições de vida da população brasileira nos últimos anos, as análises estatísticas atuais continuam apontando a permanência de diferenças econômicas entre brancos/as e negros/as. De acordo com o IBGE[8], na cidade de Porto Alegre, em 2010, a população branca apresentava um

[8] Informações extraídas dos gráficos 22 e 23 dos Indicadores Sociais Municipais/ IBGE/Censo/2010.

rendimento de 2,3 vezes maior do que a população de pessoas autodeclaradas pardas. Em relação às pessoas que se declararam pretas, a diferença era de 2,6 vezes. Essas informações reforçam o racismo estrutural da sociedade brasileira, visível em expressões como "quanto mais branco melhor" (Schwarcz, 1998).

Quando se agrega o recorte de gênero/sexo, as análises do PNAD 2009 sobre a renda domiciliar *per capita* média das famílias brasileiras demonstram que, quando a família é chefiada por um homem branco, a renda era de R$ 997,00. No caso de ser chefiada por uma mulher negra, a renda caía para R$ 491,00. Sendo que 69% das famílias chefiadas por mulheres negras apresentam rendimentos de até 1 salário mínimo. Quando a família é chefiada por um homem branco, o percentual das famílias que possuem rendimentos de até um salário mínimo cai para 41%. Assim sendo, permanecem os indicadores que apontam a mulher negra como mais vulnerável do ponto de vista econômico. Essa situação demonstra os impactos que o marcador social da raça negra produz quando a articulação gênero-raça configura as experiências de vida das mulheres brasileiras.

Reflexões finais

Temáticas complexas como a violência doméstica contra as mulheres exigem aprofundamento teórico e sensibilidade por parte daqueles/as que irão atuar no atendimento ao público. A nossa experiência demonstra que as mulheres que procuram auxílio do Poder Judiciário e da segurança pública para cessar as situações de violência na privacidade de suas vidas, normalmente já percorreram outros caminhos na busca de solução, mas com dificuldades de concretizar as mudanças desejadas. Além disso, a

dimensão do problema social da violência doméstica nem sempre aparece ou é reconhecido como fator importante na determinação das dificuldades que se apresentam em outras dimensões sociais, como no campo da saúde, da educação e da assistência social.

Nesse sentido, é fundamental estarmos aptos/as a compreender que as vivências de submissão feminina foram gestadas na longa trajetória das relações sociais, sendo a igualdade formal entre homens e mulheres algo que nem sempre se efetiva nas experiências de intimidade. Além disso, agregar o marcador racial e econômico na compreensão das múltiplas violações de direitos é imprescindível para reverter a forma como a desigualdade material dificulta o acesso à justiça e aos diversos serviços públicos. O famoso jargão jurídico de que "cada caso é um caso" pode, de fato, se beneficiar desse articulação teórica para produzir um olhar atento às desigualdades que constituem as experiências singulares de cada mulher. Num país constituído pela escravidão, pela discriminação racial e pela desigualdade econômica, é fundamental transcendermos o silenciamento dos racismos institucionais da maior parte dos serviços públicos, com o consequente reconhecimento de que as mulheres negras e as mulheres trabalhadoras vivenciam diferentes formas de acessar os órgãos que devem garantir seus direitos fundamentais.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. *Viva: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências* / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 72 p.: il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

COROSSACZ, Valéria. *O Corpo da Nação: classificação racial e gestão social da reprodução em hospitais da rede pública do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

GALVÃO, Elaine Ferreira e ANDRADE Selma Maffei de. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. *Saúde e Sociedade.* v.13, n.2, p. 89-99, maio-ago 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/09.pdf, acessado em 30/03/2013.

GARCIA, Antonia. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, Cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum.* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

JACCOUD, Luciana e BEGIN, Nathalie. *Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.* Brasília: IPEA, 2002.

LAGUARDIA, José. O uso da variável "raça" na pesquisa em saúde. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva,* Rio de Janeiro, 14(2): 197-234, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. Onde não há Igualdade. IN: MORAES, Aparecida Fonseca e SORJ, Bila. *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

MADALOZZO, Regina, MARTINS, Sérgio, SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? *Estudos Feministas.* V.18, n.2/2010. Florianópolis: UFSC.

MENEGHEL, Stela e HIRAKATA, Vânia. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. *Revista de Saúde Pública,* vol. 45, nº 3. São Paulo, jun. 2011. Disponível em: SITE SCIELO, acessado em 24/06/2011.

MONTEIRO. Simone. Desigualdades em Saúde, Raça e Etnicidade: questões e desafios. IN: MONTEIRO, Simone e SANSONE, Livio (Orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

NARVAZ Martha Giudice e KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *PSICO,* Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, p. 7-13, jan./abr. 2006. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1405/1105, acessado em 30/03/2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org). *História da vida privada do Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4.

SOARES, Bárbara. M. *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012 – Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil.* São Paulo: CEBELA – CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS/FLASCO, 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf, acessado em 23/08/2012

A MULHER-MÃE E O HOMEM-AUSENTE: NOTAS SOBRE FEMINILIDADES E MASCULINIDADES NOS DOCUMENTOS DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Priscila Pavan Detoni
Lucas Aguiar Goulart

A Política Pública de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2004) completa nove anos no Brasil, e ainda se encontra em um momento de implantação no que diz respeito à organização e às constantes (re)formulações de como devem acontecer as práticas socioassistenciais nas diferentes regiões do país. Entre essas reformulações, consta a organização dos serviços em diferentes complexidades[1], constituindo assim as atribuições específicas delegadas aos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializados em Assistência Social). A população-foco dessas políticas de assistências são indivíduos, famílias e coletivos[2] inseridos em situações de

[1] Os casos na assistência social são atendidos de acordo com a sua complexidade – ou seja, o grau de vulnerabilidade social associado às famílias. Casos de complexidade básica, como acesso a direitos como viabilização do CAD-Único, inscrição ao PBF ou a isenção de taxa de documentos, por exemplo, fazem parte da Assistência Básica, que tem como referência o CRAS. Casos de violação de direitos, como violência, exploração sexual ou negligência podem ser encaminhados aos CREAS, caso se avalie que a família tem possibilidade de superar essa vulnerabilidade com auxílio da equipe, ou aos atendimentos de alta complexidade (abrigos, casas de passagem) caso se avalie que a manutenção do vínculo familiar seria prejudicial aos sujeitos.

[2] O texto da PNAS tem como foco de atendimento dos centros de referência a família – entendida por uma unidade nuclear de pessoas ligadas por parentesco ou afinidade, que formam um grupo doméstico e dividem o mesmo teto.

vulnerabilidade social[3], bem como os territórios ocupados por essas populações vulneráveis. Essas políticas têm como foco populações e territórios que se encontram em faixas socioeconômicas configuradas dentro das condições definidas como "pobreza" (entre 70 a 140 reais *per capita*) e "extrema pobreza" (abaixo de 70 reais *per capita*).

Esses processos de aplicação das políticas públicas visando à garantia de direitos para populações que apresentam maior vulnerabilidade estão atrelados à produção de subjetividades e possibilidades de modos de existência. Verdades legitimadas nas regulamentações do SUAS (Serviço Único de Assistência Social) dizem sobre as formas de ser homem, mulher, criança, idoso/a, adolescente, e de que forma deveríamos abordar esses sujeitos (Dias, 2009). Dessa maneira, se mostra importante pensar nas relações de gênero dessas políticas, por entendermos que essas definem, constroem e constituem sujeitos – e o acesso desses às políticas – em suas feminilidades e masculinidades. Embora pautemos nossas discussões puramente em documentos construídos sobre a política, entendemos que essas construções não afetam os sujeitos apenas subjetiva e discursivamente, mas acabam por organizar o trabalho e a sociedade materialmente (Jackson, 2003). Dessa maneira, essas marcações simbólicas de gênero também marcam a divisão sexual do trabalho, (re)produzindo, assim, o fenômeno conhecido como feminilização da pobreza (Carloto e Mariano, 2008). Vislumbramos as relações de gênero como um dos marcadores sociais que deveriam ser pensados para contemplar e flexionar quem são os seus sujeitos e como eles estão imbricados com as questões sociais.

[3] Entendemos "vulnerabilidade social" como condições sociais que exponham sujeitos, famílias ou coletivos à violência, ou dificultem o acesso (material e simbólico) a direitos e/ou recursos.

A principal questão relacionada ao gênero dentro da política da assistência se encontra dentro do Programa Bolsa Família (PBF), programa de distribuição de renda que atende 13 milhões de famílias no Brasil (MDS, 2012). O PBF é o principal programa que está dentro da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), que preconiza a transferência de renda para familiar em situação de pobreza e vulnerabilidade social, e a condição para o recebimento deste benefício em dinheiro está atrelada a cuidados da família em relação às políticas públicas de saúde e educacionais.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2012) solicitou, em um recente edital, o resgate de pesquisas que abordavam questões relacionadas ao gênero através da modalidade do produto. Esses escritos teriam como centro de seus objetivos o estudo das mulheres dentro das relações que reafirmariam que a condição de pobreza, a qual também seria fruto da desigualdade nas formas como a sociedade estabeleceu a divisão dos sexos, gêneros, corpos, raças, etnias.

Este edital propôs:

> Analisar, sob a perspectiva de gênero (...), os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida das mulheres e as relações de gênero. Avaliar a pertinência e a abordagem da temática de gênero nas pesquisas realizadas pela SAGI e propor estratégias de pesquisa para avaliação dos impactos do Programa Bolsa Família no que diz respeito à temática de gênero (MDS, 2012, p. 3 e 4).

Existem, também, duas pesquisas já concluídas que vão auxiliar nessa busca: O Programa Bolsa Família e o Enfrenta-

mento das Desigualdades de Gênero (Suarez et al., 2006) e a Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (1ª e 2ª rodadas).

> Os principais impactos do Programa [Bolsa Família] na condição social das mulheres se refletem: (1) na visibilidade das beneficiárias como consumidoras, já que o benefício lhes confere maior poder de compra; (2) na afirmação da autoridade dessas mulheres no espaço doméstico, decorrente muito mais da capacidade de compra suscitada pelo benefício do que, necessariamente, de uma mudança nas relações de gênero tradicionais; e, (3) na mudança de percepção das beneficiárias sobre si próprias como cidadãs, o que se tornou possível, especialmente, após o momento em que foram obrigadas a lavrarem documentos, tais como a certidão de nascimento e a carteira de identidade, para o cadastro no Programa. Não se pode afirmar que o Programa mudou as relações de gênero tradicionais, algo que de forma alguma poderia ter acontecido no curto tempo transcorrido desde sua implantação, mesmo que esse objetivo tivesse existido. Sob a perspectiva da diminuição das desigualdades de gênero, o maior acerto do Programa reside em transferir a renda preferencialmente às mulheres visto que são elas que reproduzem a vida (O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero, MDS, 2006, p. 2).

É possível pensar, tendo em mãos esses documentos, alguns delineamentos acerca das feminilidades que se constituem, se naturalizam e se solidificam dentro das políticas de assistência social. Embora com ressalvas, tais documentos deixam transparecer um projeto de diminuição de desigualdades sociais de gênero focado na reorganização da distribuição de renda, onde preferencialmente cabe às mulheres essa responsabilidade, uma

vez que a política fundamenta que essas têm prioridade como titulares dentro do PBF. Entendemos que essas políticas, quando acabam por definir gênero puramente em um âmbito binário, acabam por delimitar as possibilidades de se pensar em masculinidades e feminilidades enunciáveis. Assim, podemos pensar em termos do que a filósofa feminista Judith Butler (2003) chama de "performatividade", ou seja, que o gênero (e as sexualidades) não provém naturalmente do sujeito sexuado, mas é mantido enquanto ato – ou seja, são as feminilidades e masculinidades que mantêm um corpo enquanto masculino ou feminino, e não o contrário. Esses traços ditos "masculinos" ou "femininos" seriam naturalizados na medida em que o são repetidos à exaustão, se apresentando então como se fossem inerentes a homens ou mulheres. Assim, a repetição dessas identidades gendradas se torna vital para uma definição do que é a "natureza masculina-feminina".

Dessa forma, o documento traz a questão de que cabe às mulheres "reproduzirem a vida" – termos que remetem a um reducionismo biologicista e potencialmente naturalizante da posição feminina do gerenciamento e cuidado de seus filhos. As condições socioeconômicas de grande parte dos sujeitos atendidos pelos CRAS e CREAS são de baixa ou nenhuma escolaridade, fazendo com que as atividades laborais das mulheres nesses territórios – principalmente o trabalho doméstico – não sejam reconhecidas ou remuneradas, se encontrando dentro do âmbito familiar. Dessa forma, pensa-se que o PBF as colocaria em outro lugar, uma vez que existe uma fragilização no exercício de cidadania e na precarização do trabalho, em especial para as mulheres. Contudo, essa medida acaba por manter os padrões de normatividade no que constam às práticas e ao mercado de trabalho, que reafirmam papéis tradicionais das mulheres, mantendo a

invisibilização do trabalho doméstico. Esse lugar dado dentro da PNAS, em especial consolidado pela transferência de renda para as mulheres, reiteraria o papel da mulher como cuidadora das atividades domésticas e das crianças, uma vez que recebem este dinheiro com a incumbência de manterem as crianças na escola e com os tratamentos de saúde que vão desde a vacinação em dia até mesmo longe das situações de trabalho infantil. Dessa maneira, mantém-se uma visão de uma mulher como mãe e cuidadora, tão natural e intrínseca em nossa cultura, enquanto o cuidado paterno se mostra novamente desconsiderado, ignorado – ou, ao menos diminuído, estimulado como "algo a mais", distante da "natureza maternal necessária" da mulher.[4]

Dessa maneira, a normatização dessas feminilidades e masculinidades como se apresentam pela política invisibiliza outros modos de ser mulher e homem, dificultando o acesso aos direitos de outros sujeitos inseridos em contextos de vulnerabilidade social. O investimento unicamente nessa visão de uma "dominação masculina" – ou seja, de uma estrutura de gênero binária e hierárquica onde as mulheres teriam menos acesso a direitos e recursos do que os homens – não é suficiente para compreendermos toda a complexidade das relações entre gênero e sexualidade. Podemos dar como exemplo a violência contra homens, que é muito comum na vida de homens homossexuais, especialmente negros e de baixa renda (Brasil, 2012), e costuma ser completamente desconsiderada. Cynthia Sarti (2009), em um estudo com profissionais da saúde, demonstrou que a violência contra homens não tem inteligibilidade, uma vez que não se

[4] Tal discurso encontra eco também nos próprios afazeres domésticos, onde se pensa em um papel do homem como coadjuvante – sendo assim, esse trabalho uma responsabilidade inerente à mulher, e não ao casal.

reconhece este lugar do homem enquanto vítima da violência – apenas como agressor[5].

Essas visibilizações e invisibilizações da masculinidade como se ela fosse única serve como uma das justificativas para que os homens não sejam considerados responsáveis pela/s família/s e nem tidos como foco das práticas tradicionais da assistência social que nasceram no assistencialismo. Nessa perspectiva, os homens ficaram visualizados como sujeitos que atravancam o desenvolvimento das famílias e até mesmo da sociedade por estarem mais envolvidos como protagonistas das violências domésticas e urbanas, e vistos, na maioria das vezes, como responsáveis por sua condição de agressividade, vulnerabilidade, e até mesmo da dependência do álcool e de substâncias psicoativas. Em nossa cultura, é considerado que a construção das masculinidades se dá no embate da força (Fraga, 2000; Checcetto, 2004), de que é preciso virilidade como estratégia de defesa para aguentar a dureza do trabalho (Dejours, 2007; Detoni, 2010) e, mais, as masculinidades se interpelam dentro de um modelo esperado de homem: o forte, o corajoso e o sexualmente insaciável (Medrado, 2004).

Assim, os estudos voltam-se a pensar a subordinação das mulheres, como se estivesse no corpo (físico e simbólico) dos homens essa responsabilidade – ou seja, como se as mulheres fossem vítimas passivas dessa relação, enquanto os homens são os agentes ativos. Contudo, entendemos que na verdade eles também são produtos das relações de poder que se tem estabelecido, e acabam moldando as possibilidades sociais encontradas por homens e mulheres em seus cotidianos. Essas duas construções

[5] Nesses casos, grande parte das vezes, o agredido e o agressor são homens. Assim, é interessante notar como essas agressões acabam não sendo consideradas como relacionadas ao gênero por não existirem mulheres nessas relações.

a respeito dos gêneros – de uma mulher naturalmente capacitada ao cuidado, e de um homem invisível ligado, muitas vezes, a violências – acabam tendo como condicionalidade os campos da saúde e da educação (MDS, 2004), priorizando, responsabilizando e sobrecarregando as mulheres no que tange a vigilância do seu corpo reprodutivo e do corpo das crianças, que vai desde os aspectos nutricionais até o aprendizado. Naturalizando, assim, o lugar da mulher como a que cabe gerir o que está na ordem do privado, doméstico. Dessa forma, podemos problematizar como de certa forma se marginaliza o acesso do próprio cuidado do homem com a sua saúde que vem sendo pauta das discussões em torno da Política Nacional de Saúde do Homem – PNSH (Brasil, 2009). Dessa maneira, as mulheres são sobrecarregadas com as questões de saúde – tanto dos filhos quanto a sua própria saúde reprodutiva –, enquanto os homens são convocados para essas questões apenas quando se pensam as questões relativas à segurança pública ou, mais contemporaneamente, câncer de próstata (Carrara, Russo e Faro, 2009).

Assim, entendemos que as políticas assistenciais deveriam possibilitar os acessos e a autonomia dos sujeitos, conforme preconizam a expansão dos serviços. Contudo, reproduz-se, por vezes, um papel paternalista e de tutela sobre os sujeitos, estigmatizando e reafirmando papéis já estabelecidos e esperados dentro de performances estereotípicas de gênero que instituem masculinidades e feminilidades. A relação dos gêneros e atribuições às mulheres e homens não podem se tornar só texto de uma política pública, quando na verdade ela é produzida por várias instituições e dispositivos tecnológicos. Práticas higienistas e normalizadoras ainda compõem o tecido da política pública de assistência social, não só pelo que se escreve e regula, mas também pelo resquício das práticas que se mantêm, o que con-

fere a organização social em torno da sexualidade e modelos de relação que foram se construindo. Por isso, as normas são reiteradas, uma vez que precisamos de identidade para revindicar e ser sujeito de políticas públicas. É preciso abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas que não se centrem apenas no modelo de dominação masculina.

Não estamos aqui negando a inexistência do machismo e misoginia, de que não haveria níveis de acesso simbólico e material diferenciados para homens e mulheres, ou mesmo ignorando as alarmantes taxas de violência contra a mulher e feminicídios em nosso país. Estamos, contudo, problematizando o nível de engessamento que esse modelo calcado apenas no entendimento do gênero enquanto binário e da dominação masculina nos traz como método de estudos e construção de políticas públicas, visto que por vezes tal estrutura dificulta a visibilização de toda complexidade do processo de constituição de relações de gênero e sexualidade nos coletivos. A manutenção do binarismo sexual como modelo operacional de pensar políticas públicas esconde agressões e dificuldades de acesso a políticas básicas por conta de populações LGBT (principalmente transexual), trabalhadores(as) do sexo, membros de comunidades tradicionais[6], sujeitos ligados a religiões de matriz africana, entre outros contextos também construídos dentro das relações de gênero.

Como destacam Benedito Medrado (2004) e Cynthia Sarti (2009), ao invés de procurar os culpados, é preciso identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero na tensão entre os espaços públicos e privados. O que

[6] São consideradas "comunidades tradicionais" as comunidades indígenas, quilombolas, vilas de pescadores artesanais.

não implica um não investimento das responsabilidades individuais como o reconhecimento das identidades gendradas e violências de gênero, o que permite reconhecer que a dinâmica social perpassa não só as relações entre homens e mulheres, mas entre mulheres e mulheres, entre homens e homens, que são diferenciadas e contingentes a partir dos distintos contextos onde acontecem.

Reconhecemos que a própria política de assistência social não é homogênea ou finalizada, se mantendo em constante transformação, oferecendo assim ferramentas para se pensar o gênero de forma mais ampla. Como fenômeno muito recente, acompanhamos, por exemplo, experiências como o PRONATEC[7], cuja inscrição é majoritariamente feminina (cerca de 70%[8]), chegando a essa margem exatamente pela centralidade das mulheres nas políticas sociais. Também não negamos que essa prioridade feminina para receber a renda do PBF ajuda realmente as mulheres em um nível material, podendo sim ser pensada como instrumento para superações pontuais de submissão e violência de gênero. Contudo, essa qualificação profissional feminina pode acabar funcionando na manutenção do fenômeno conhecido como "dupla jornada de trabalho" das mulheres – ou seja, das mulheres que têm de trabalhar como geradoras de renda e, ao mesmo tempo, gerenciar as questões relativas aos cuidados domésticos, educacionais e de saúde dos filhos, além de manter essas funções como intrinsecamente femininas. Além disso, os técnicos sociais dos CRAS e CREAS raramente têm formações específicas ou acesso a essas discussões de cunho feminista para inserirem esses focos

[7] O PRONATEC é o Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego, que oferece cursos de aperfeiçoamento profissional para usuários(as) do CAD Único.

[8] Fonte: http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/noticia/index/institucional/id/1842.

no cotidiano das políticas, ou ainda auxiliarem usuárias(os) em uma organização tendo presente as relações de gênero.

Acreditamos, assim, na necessidade de constituir saberes teóricos que discorram sobre estes/as usuários/as e estes serviços de Assistência Social a partir dos documentos elaborados e pelas práticas produzidas dentro do SUAS, visto que esses delineiam materialmente os fazeres e práticas cotidianos. Pensando no que (im)possibilita formas de existir e marcar as feminilidades e masculinidades dentro das performances de gênero, os Estudos Queer têm apontado que nem todos os corpos cabem dentro da possibilidade das identidades de que dispomos, ao mesmo tempo em que a própria constituição de uma identidade não é fixa. Como se constituem esses sujeitos considerados vulneráveis, que necessitam desses atendimentos ou prioridade no serviço de assistência? A princípio, os homens são considerados sujeitos com maior força física e social, os quais não dependeriam da mesma proteção que o Estado vem estabelecendo com os grupos entendidos como vulneráveis; uma vez que a sociedade é marcada pelas relações de gênero que trazem no seu cerne a hierarquia do masculino sobre o feminino, o heterossexismo, o patriarcado, a dominação masculina. Precisa-se problematizar como se constituem e se executam as políticas públicas, o que se articula nas políticas que visam às garantias propostas pelo Estado de Seguridade Social, Saúde e Previdência Social.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – (PNAS, 2004) aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15/10/04, e publicada no *Diário Oficial da União* em 28/10/04; disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes Acesso: 18 de setembro de 2011.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_nacional_homem.pdf Acesso: 8 de abril de 2013.

BRASIL. Secretaria Federal de Direitos Humanos. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011. CALAF, P. P., CARVALHO, G., ROCHA, G. S. (organizadores) – Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio; RUSSO, Jane A.; FARO, Livi. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. *Physis,* Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312009000300006&lng=en&nrm=iso Acesso em 26 de maio de 2011.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana. A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 14 (2):153-168, jul,-dez/2008.

CECCHETTO, Fátima Regina. Corpo, masculinidade e violência. Em: _____. *Violência e estilos de masculinidade.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p. 73-84.

DIAS, Daniela Duarte. *Política pública de assistência social, entre o controle e a autonomia.* Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DEJOURS, Christophe. *A Banalização da Injustiça Social.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DETONI, Priscila Pavan. *"Seguir Barragem": (Re - Des) Construções das Masculinidades num Canteiro de Obras de uma Usina Hidrelétrica.* Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política.* Michel Foucault; organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitá, 2006.

FRAGA, Alex Branco. Anatomias de consumo: investimentos na musculatura masculina. Em: *Educação & Realidade,* v. 25 nº 2 Julho Dezembro 2000, p. 135-150.

JACKSON, Stevi. Why a Materialist Feminism is (Still) Possible – And Necessary. *Women's Studies Internacional Forum*, vol. 34, no. ¾, p. 283-293.

MEDRADO, Benedito. Sexualidades e socialização masculina: Por uma ética da diversidade. Em: MEDRADO, Benedido; FRANCH, Mônica; LYRA, Jorge e BRITO, Maíra. (orgs.) *Homens: tempos, práticas e vozes.* Recife: Instituto PAPAI/Fages/Nepo/Pagacapá, 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Edital 2012. Brasília: MDS, 2012. http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoesecontratos/organismos-internacionais-pessoa-fisica/editais-disponiveis/edital-131-tr-42b-sagi.pdf. Acessado em 16 abril de 2012.

SARTI, Cynthia A. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. *Rev. Sexualidad, Salud y Sociedad,* n. 1, 2009, p. 89-103.

PARTE II

DIVERSIDADE SEXUAL E DISCRIMINAÇÃO: ÉTICA E ESTÉTICA

Cristina Gross Moraes

No decorrer do ano de 2012, como bolsistas do "Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade" realizamos variadas atividades, entre reuniões, debates, mapeamentos da rede de políticas públicas (envolvida em direitos humanos e combate à violência e à discriminação de gênero ou orientação sexual) e projetos educativos.

Este texto visa a relatar a experiência educativa (focando no uso de imagens provenientes da História da Arte para se trabalhar com as temáticas de gênero e sexualidade) de uma das oficinas propostas pelo grupo, ocorrida no XIII Salão de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A proposta da oficina foi desenhada, inicialmente, para um público de estudantes de ensino fundamental e médio, porém o público que participou da oficina se constituiu de estudantes universitários. As atividades de educação, propostas no Salão de Extensão, consistiram em oficinas envolvendo o grupo e os participantes em apenas um único encontro.

A oficina "Diversidade Sexual e Discriminação: Ética e Estética" tinha por objetivo trabalhar com as noções de diversidade sexual e de discriminação, criando um espaço para se pensar a relação entre a ética e a estética que nos constitui enquanto sujeitos sociais. Dentro do planejamento das oficinas ministradas foi utilizada a dinâmica de trocas de experiências entre os/as

participantes, utilizando como recursos imagens de obras de arte exibidas em tela e impressas. Através dessas imagens[1], propusemos pensar o corpo tal como é formado e construído socialmente, apontando para marcadores sociais como raça/etnia e para diferentes padrões estéticos associados às relações de gênero e de sexualidade.

Entendemos que ao discutirmos a temática das diversidades estamos também apontando para as discussões políticas em torno do termo "minorias". Essas ditas "minorias" não são assim designadas por se referirem a uma parcela menor da população, nem, tampouco, correspondem somente a grupos que não se adéquam à matriz hegemônica das regras sociais que regulam as relações de gênero e a sexualidade em um espaço geográfico e em uma época específicos. Uma minoria implica uma reflexão política associada a uma relação de contraste com o que tende a homogeneizar o mapa de uma determinada situação ou conjuntura, nesse caso, a matriz estética que regula as formas de expressão do gênero e da sexualidade e os padrões corporais.

Frente às figuras hegemônicas que funcionam como tipos idealizados, algumas minorias são invisibilizadas, ou melhor, são visibilizadas como marginais e abjetas, sendo privadas de direitos ou, ainda, alvo de violências simbólicas e físicas. Quando nos referimos à hegemonia, o que está em jogo, fundamentalmente, é a tentativa de universalização dos corpos através do modelo padrão que os hierarquiza, colocando no topo da pirâmide o homem e a mulher brancos, heterossexuais, de classe média e magros/as e com traços caucasianos e forma de se vestir ocidentalizada.

[1] Os artistas que foram utilizados estão na parte final do texto e as fichas técnicas das obras em anexo.

Em primeiro lugar, precisamos ter a compreensão de que nossa sociedade, através de políticas cotidianas[2], sistemáticas ou não, busca homogeneizar e organizar os corpos numa lógica binária homem-mulher, na qual as categorias de gênero, sexo e de orientação sexual são violentamente articuladas, produzindo uma aparência fixa que se encontra difusa no corpo social. Nesse processo, o que é produzido socialmente é historicamente apagado, acarretando na naturalização do que, de fato, é efeito de relações de poder que submetem aqueles/as mais abaixo na pirâmide (não brancos/as, não heterossexuais, expressões de gênero discordantes, obesos/as, não ocidentais, pobres, entre outros marcadores de inferiorização).

Como dissemos, esse processo se dá nas situações cotidianas, sempre que o corpo é olhado ele é tomado e hierarquizado a partir de um modelo fechado de um corpo-biológico dotado de masculinidades e feminilidades inatas, no qual o conjunto corpo-homem-masculinidade deve ser o complemento do corpo-mulher-feminilidade. Incorpora-se como natural uma construção que é histórica.

Assim, a matriz binária homem-mulher, quando pretende fundar e explicar a heterossexualidade como norma, naturaliza a relação da divisão entre os sexos e tudo aquilo que entendemos conceitualmente como sexualidade, erotismo e sensualidade. Percebemos, então, o quanto se perde de experiência e de vivência humana e social a partir do instante em que estas formatações passam a guiar nosso entendimento e a iluminar a realidade que nos cerca.

---

[2] O termo política aqui se refere às micropolíticas, horizontais, exercidas através de relações de poder entre indivíduos, e não a noção política institucional, verticais (pública, administrativa, judiciária)

A percepção desse fato não necessariamente está associada à investigação e à pesquisa científica. A experiência cotidiana pode fornecer-nos tal tipo de compreensão, a qual se torna ainda mais concreta quando é vivida por grupos sociais minoritários (nesse caso, a população LGBT) que diretamente sofrem as consequências mais dramáticas de tais políticas de hierarquização da vida, muitas vezes aparentes apenas sob a forma de hábitos (marcadores como fala, vestimenta, expressões corporais, locais – públicos e privados – frequentados) ou de comportamentos considerados socialmente neutros.

Assim, as formas de constituição do binômio masculinidade/feminilidade se associam a práticas que classificam, hierarquizam e excluem, implicando, desta maneira, uma série extensa de relações de poder[3], assim como em diversos modos de exclusão social e, mesmo, de eliminação de partes inteiras da vida social do mapa que tenta moldar nossa percepção e inserção na vida nos padrões da vida em comum.

A naturalização desta construção social binária homem-mulher desdobra-se também sobre e no interior dos corpos, constituindo-nos como sujeitos a partir da reiteração dos modelos hegemônicos por meio de mecanismos como a linguagem (e, de modo menos sensível, pela imagem visual).

---

[3] O conceito de poder aqui tem como referência as discussões e proposições foucaultianas de poder, focadas num poder que está nas relações, cujos sujeitos não podem deter para si, ter posse do poder, mas que está numa situação de relação entre sujeitos e forças de poder, diferentemente de uma concepção mais clássica que o considera como algo que se possa possuir e que se exerce de forma vertical, nas instituições, cargos etc. O poder é, de forma sucinta, o que visibiliza, invisibiliza, mantém e determina formas de viver (Foucault, 1979).

Sabemos que aprendemos a ver e a interpretar através de discursos[4], de práticas e de enunciados (históricos e, portanto, arbitrários). Discursos que não refletem uma realidade, mas produzem verdades sobre e no interior dos sujeitos. Discursos que aparecem cotidianamente nas imagens que nos chegam através de jornais, revistas, pela televisão, além de outras instituições propriamente culturais como, por exemplo, museus, instituições culturais e de ensino, do mundo do esporte e da publicidade.

Mais do que através do ato racional e consciente de ver e de interpretar a realidade, constituímo-nos através de imagens que moldam nosso modo de ver e de refletir acerca da vida, antes mesmo que delas tenhamos consciência ou, mesmo, tempo para uma simples reflexão. As imagens estão situadas no interior de um contexto simbólico e econômico amplo e difuso.

Podemos, então, perceber que vivemos numa cultura visual cujas imagens são constituídas como e através de representações das relações políticas, ideológicas e sociais vigentes; da mesma forma que ajudam a constituir identidades e, sendo assim, a criar suas fronteiras. Não estando desassociadas dos significantes encontrados em nossa sociedade, podemos pensar como o sexo, gênero e sexualidade são ofertados cotidianamente através de imagens aos nossos sentidos.

---

[4] Discursos aqui também compreendidos em um sentido foucaultiano que os consideram como uma rede de enunciados que se conecta a outras redes e discursos, sendo um sistema aberto, produzindo e reproduzindo não tão somente significados esperados no interior de um sistema de dominação, como forma de perpetuação dos valores da sociedade, mas também como possibilidades de luta e de recriação das relações de poder (Foucault, 1996).

Em propagandas publicitárias, jornais, telenovelas e livros didáticos, vemos corpos estereotipados, olhamos para uma quantidade imensa de imagens que nos vendem padrões que reafirmam, entre outras, categorias de raça/etnia, gênero, sexualidade, idade, religião e peso corpóreo. Tais clichês promovem uma falsa transparência do olhar, o qual munido de imagens preconcebidas, pretende elucidar o real sem passar pela gênese da experiência e do atrito social. Estamos acostumados a ver muitas imagens, sobre as quais não realizamos maiores relações e reflexões, porém elas atravessam nossos corpos criando preconceitos imagéticos.

Se lançarmos um olhar crítico sobre a história da arte, focando na produção de obras na cultura e na civilização ocidentais, verificaremos que a apresentação (representação) dos corpos em tais obras segue as mesmas lógicas já mencionadas de divisão binária no que diz respeito às relações de gênero e sexualidade. Conforme demonstraram algumas teóricas ativistas feministas e artistas, ao longo da história da arte, a mulher foi predominantemente representada em obras como objeto de contemplação, sendo retratada nua, maternal ou em atividades passivas[5].

Os espaços do chamado "mundo da arte", tais como museus e galerias, eram frequentados em sua maioria por um público masculino. Nos livros da história da arte, verificamos o registro de diversos artistas homens, porém, como denunciado nas últimas décadas, as artistas mulheres foram excluídas desta história (tal como o foram nos livros da história das ciências e

[5] Como exemplos, podemos pensar na obra "The toilet of Venus" de Diego Velásquez, ou na imensa quantidade de pinturas de Madonas do período do renascimento.

da filosofia). A negação da presença de mulheres na produção de arte e do conhecimento gera uma enorme falta de referenciais sobre as mulheres artistas[6].

Somente a partir da década de 1960, as temáticas de gênero e sexualidade adentram explicitamente e criticamente o campo da arte. Artistas passam a realizar uma série de produções críticas às construções de identidades fixas homem/mulher, à heteronormatividade, à violência contra as mulheres. Surgem assim diferentes temáticas transversais cujo resultado tem sido o questionamento e a superação de padrões estabelecidos e reafirmados por uma longa tradição.

Partindo do pressuposto de que nosso corpo e nossa subjetividade estão localizados numa historicidade constituída através e na cultura visual de nosso tempo, a proposta da oficina foi a de oportunizar uma vivência que possibilitasse o exercício do olhar na direção de imagens passíveis de produzirem um estranhamento frente a imagens normativas pertencentes à lógica binária. Dessa maneira, a oficina teve como foco uma atividade reflexiva a respeito das imagens e a construção de corpos no cotidiano, não se propondo a apresentar análises prontas de um modo fechado, ou argumentos concludentes para tais questões. Para tal, foram escolhidas algumas imagens de artistas contemporâneos cujo trabalho apresenta outra perspectiva, a qual permite a emergência de uma sensibilidade diferente para com tais experiências.

---

[6] Como referências para tais questões, ver os escritos da Historiadora de Arte Griselda Pollock ("Vision and difference" ou "differencing the canon: feminist desire and the writting of Art's Histories"); assim como nos trabalhos do grupo de artistas americanas "Guerrilla Girls".

As/os artistas escolhidas/os exploram em suas poéticas um realismo, não necessariamente formal, no que tange à exposição de corpos, mas cuja imagem permite denunciar a normatização dos modos de viver, buscando um acesso a realidades não idealizadas dos corpos femininos ou masculinos.

Elizabeth Payton (1965), pintora americana, realiza retratos de jovens com características andróginas. A pintora busca gerar, assim, uma imagem ambígua em seus trabalhos, possibilitando o rompimento com os imperativos do *ser homem ou o ser mulher* e introduzindo uma série de elementos visuais que possibilitam um olhar flutuante e atento, em contraste com certa solidez e gravidade características de nossa cultura de massas.

Lucien Freud (1922-2011), por sua vez, pintou uma série de quadros retratando modelos nus com corpos obesos ou idosos em evidente contraste com as imagens e os ideais predominantes no mundo das revistas da mídia hegemônica (dentre outros meios de comunicação) e da estética instituída como padrão, as quais nos oferecem modelos com corpos magros e jovens.

Frida Kahlo (1907-1954), importante artista mexicana, pintou autorretratos em que sua trajetória pessoal aparece traçada sobre um corpo com cicatrizes, o qual permite um olhar para uma vida com memória e, de modo crítico, para as próprias políticas de "corpos saudáveis e dóceis". Do mesmo modo, ela também pintou retratos em que "brinca" com o ser mulher e o ser homem.

Já o artista Robert Mapplethorpe (1946-1989), destacado fotógrafo norte-americano, inclui em suas fotografias a temática do homoerotismo ao lado de um apurado senso estético baseado no uso quase clássico da luz e das tonalidades.

Outro exemplo, a artista estadunidense Nan Goldin (1953) transporta, através de seus retratos realistas de travestis, a vida

noturna em Boston, um mundo noturno marcado pela depressão, pelo adoecimento e pelo isolamento social. Ela se retratou após ter sofrido violência doméstica, da mesma maneira que fotografava outras pessoas com marcas corporais ocasionadas pelas mesmas violências, colocando-se, assim, dentro do próprio universo que pretende figurar. A utilização destas imagens polêmicas permite nos levar à reflexão sobre a violência sofrida por mulheres, fruto das relações sociais de gênero e, mesmo, de seus aspectos mais desesperados e niilistas característicos de nosso tempo.

Após a visualização de algumas das obras desses artistas, uma conversa sobre o que chamava atenção nestas imagens desenvolvia a compreensão dos mecanismos de percepção e o modo como cada participante assimila as imagens.

Num segundo momento, foi proposto aos participantes da oficina que escolhessem uma ou mais de uma das imagens mostradas e que realizassem então um desenho. Mais do que a análise das imagens obtidas, a importância estava na troca das narrativas e motivações pessoais em cada desenho e nas escolhas de imagens. Este momento revelou as vivências e as percepções de cada participante em suas relações com as imagens propostas escolhidas. Além de certo autoconhecimento, este saber pode também ser compartilhado, possibilitando um espaço de escuta do outro.

Através dessa proposta no campo da educação, realizamos um exercício crítico (político) que abarca as discussões em direitos humanos, assim como coloca em prática e submete ao crivo da troca e da livre colaboração tanto nossos grandes ideais e utopias, quanto nossas percepções, nossos desafios e nossas perplexidades mais ordinárias diante da injustiça e do desrespeito à diversidade e à alteridade.

Acreditamos que, para que a experiência das oficinas seja efetiva na problematização da violência, da discriminação e do preconceito, é necessário termos sempre em mente que a escuta do outro é o princípio de toda e qualquer possibilidade de compreensão da vida social, na medida em que o conhecimento não autoritário se alimenta dos frutos do diálogo, da colocação em questão dos valores que nos guiam e da defesa da liberdade em uma comunidade democrática.

Referências

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* São Paulo, Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

POLLOCK, Griselda. *Vision and Difference*: Femininity, Feminism, and Histories of Art. London Routledge and New York Methuen, 1987.

POLLOCK, Griselda. *Differencing the Canon*: Feminism and the Histories of Art, London, Routledge, 1999.

Fichas técnicas Artistas/Obras

Elizabeth Payton

"Live to ride" – Self-portrait. Óleo sobre tela. 2003. Museu Whitney de Arte Americana, Nova Iorque.

Frida Kahlo

"Autorretrato com cabelo cortado". Óleo sobre tela. 1940. 40 x 28cm. Museu de Arte Moderna de Nova Iorque.

Lucien Freud

Imagem 1: "Benefits Supervisor Sleeping". Óleo sobre tela. 1995. Coleção Particular.

Imagem 2: "Naked Man with his Friend". Óleo sobre tela. 1980. Coleção Particular.

Nan Goldin

Imagem 1: “Self portrait after being battered”. Fotografia. 39.4 x 58.7 cm. 1984. Museu de Arte Moderna de Nova Iorque

Imagem 2: “Misty and Jimmy Paulette in a taxi”. Fotografia 30 x 40 cm. 1991. Coleção TATE Museu de Arte Moderna e Contemporânea Britânico

Imagem 3: “Jimmy Paulette and Tabboo! in the bathroom”. Fotografia. 69.5 x 101.6 cm. 1991. Galeria de Arte Matthew Marks, Nova Iorque.

Robert Mapplethorpe

Imagem 1: “Ken Moody and Robert Sherman”. Fotografia. 1984. Museu Guggenheim de Nova Iorque.

Imagem 2: “Embrace”. Fotografia. 1982. Fundação Robert Mapplethorpe.

HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR: VIVÊNCIAS DE UMA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Rodrigo O. Peroni
Julia Rombaldi

"Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso" (Louro, 1997, p. 57). Foi a essa conclusão que, assim como a autora, chegamos após dez anos de vivências enquanto alunos do Ensino Básico, finalizadas há três e quatro anos, e, mais recentemente, nas observações realizadas em duas escolas da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Iniciada no primeiro semestre de 2011 e ainda em curso, a pesquisa "Formas de enfrentamento da homofobia nas escolas: análise de projetos em andamento na Região Metropolitana de Porto Alegre" tem como primeiro objetivo mapear e observar iniciativas de intervenção no combate à homofobia e à promoção do respeito à diversidade sexual nos ambientes escolares da região metropolitana gaúcha. Nesses primeiros dois anos de pesquisa, foram visitadas duas escolas, indicadas pela Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul: a primeira (escola 1) de ensino fundamental e médio, localizada na zona norte da cidade, em uma região de classe média, mas com área de favela em seu espaço de abrangência; a segunda (escola 2) de ensino fundamental, localizada na zona central da cidade.

Foram realizadas observações participantes por quatro meses em cada escola, tanto do projeto realizado pela institui-

ção, como dos espaços de interação de alunas/os, professoras/es e funcionárias/os no tempo do recreio, além da movimentação nos corredores entre as aulas. As duas instituições observadas vivem realidades bastante distintas: enquanto a primeira escola se caracteriza por sua estabilidade, visível tanto no corpo docente quanto no discente; a segunda, menor e mais instável, conta com um fluxo intenso de alunas/os e professoras/es, em razão de sua localização na região central na cidade. Apresentamos a seguir, um quadro comparativo das diferenças institucionais e dos projetos observados:

Escola 1	**Escola 2**
~700 alunos	~400 alunos
Ensino Fundamental e Médio	Ensino Fundamental
Bairro – inserção comunitária	Central – escola de "passagem"
Projeto isolado/piloto com uma turma de ensino médio	Ação longitudinal e abrangente – abordagem transversal
Uso de pedagogias ativas – busca na internet – apresentação dos trabalhos, debate	Uso de pedagogias ativas – tecnologias variadas, arte, filmes, redações, projeto de documentário
Corpo de professoras/es estável	Corpo instável de professoras/es (rotatividade alta)
Professor responsável sem formação prévia no campo da sexualidade/ diversidade sexual	Professora transexual (fez a transição após seu ingresso na escola) responsável pelos projetos com formação na área (parte da equipe da escola também recebeu formação quando da transição)
Abertura para projetos em parceria com associações (Ongs e Ogs) em várias áreas	Abertura para projetos em parceria com associações (Ongs e Ogs) em várias áreas

Inserção no campo

Ao começarmos as observações, adentramos naquele terreno por um lado já conhecido, e, por outro, totalmente novo: familiar, por termos saído da escola há pouco tempo, e distante, por se tratar de dois estabelecimentos públicos[1]. Baseados nos relatos de conhecidas/os e da imagem retratada pelos meios de comunicação, esperávamos encontrar escolas com pouca ou nenhuma estrutura, salas cheias de alunas/os, das/os quais poucas/os comprometidas/s com o conteúdo, além de professoras/es desestimuladas/os com seu trabalho mal remunerado e sobrecarregado. Na verdade, o que encontramos foi, no caso da primeira escola, um ambiente de mobilização para a construção conjunta da escola e de apropriação dos espaços, e, no caso da segunda, um espaço mais acolhedor que o esperado, além de alunas/os aplicadas/os aos estudos em ambas instituições.

Sabendo do impacto que um "corpo estranho" causa, sempre apresentamos nossa participação com o intuito de *acompanhar*, seja "o projeto do professor F." (escola 1) ou "o trabalho da professora L." (escola 2), já que acreditamos que o termo *observar* pode causar uma mudança e um controle nos comportamentos e até reforçar a imagem estereotipada da Psicologia como a profissão que analisa as pessoas e, como se tivesse uma bola de cristal, descobrisse em instantes segredos íntimos dos outros. O início do trabalho de campo foi marcado pela aproximação da instituição, na forma do "trabalho prescrito"[2], observando as

[1] Pesquisadora e pesquisador frequentaram unicamente escolas particulares.

[2] Entendemos o trabalho prescrito como a tarefa proposta, como aquela dimensão do trabalho que passa pela expectativa de quem o propõe/delega e se diferencia do trabalho real, entendido como aquilo que de fato é produzido e se atualiza das infinitas possibilidades de realizá-lo.

dinâmicas. Num segundo momento, após a descrição densa em diários de campo individuais, discussões coletivas com o orientador e demais membros da equipe de pesquisa, estávamos mais habilitadas/os para fazermos intervenções mais específicas e precisas a fim de entender melhor o que a observação distanciada não poderia informar. Algo que nos serviu de material foi a análise das nossas inserções no campo: desde o modo que fomos recebidos até os olhares e comentários. Não que esses detalhes – e, por falar em detalhes, não o dizemos no sentido de diminuir sua importância, pelo contrário – signifiquem por si algo mirabolantemente revelador, mas constituem informações que podem compor uma análise mais sutil e precisa das interações que estabelecemos.

Com nossos corpos vibrantes[3] nos posicionamos nas salas de aula, nos corredores, nos pátios... Na escola 1, Rodrigo foi motivo de comentários das meninas quando se apresentou a uma turma, e, ao final da observação na escola 2, uma menina disse ter se apaixonado por ele. Ou seja, nossa presença mais longa no campo permitiu uma interação próxima com as/os alunas/os. Quanto à aceitação institucional do projeto, houve certa confusão na escola 2, que, por estar saturada de projetos advindos da Universidade e de Ongs, além de estagiárias/os docentes, apenas conseguiu nos reconhecer como pesquisadora e pesquisador depois de quase dois meses de iniciadas as observações, apesar do uso de crachá de identificação. Nas escolas, fomos tomados/as, na maior parte do tempo, como estagiárias/os, talvez pela presença rara de *pesquisadoras/es* nesses ambientes. Importante ressal-

[3] Usamos esse conceito para esclarecer que nos colocamos no campo assumindo a não neutralidade e atenta/o não só aos aspectos perceptíveis, mas também sensíveis aos nossos sentimentos.

tar que, no caso da escola 1, fomos introduzidos nas discussões sempre com uma expectativa de que teríamos a resposta de todas as dúvidas sobre a temática da sexualidade e de que seríamos a solução dos problemas mais difíceis de resolver. Já na escola 2, pela saturação de pessoas externas à comunidade escolar e pela forte aproximação já existente com a Universidade, ficamos em segundo plano. Podemos pensar, também, que a Universidade e a Ciência não são aceitas como as únicas produtoras de saber e de conhecimento, uma vez que a experiência de vida da professora L., transexual, era encarada como um saber legítimo, sendo respeitado e valorizado em suas aulas.[4]

Os modos de fazer do campo

As metodologias utilizadas pelos projetos observados foram diversas. Primou-se pelas discussões abertas ao invés do modelo padrão de fluxo de informações da sala de aula (a/o professor(a), que sabe, ensina as/os alunas/os, que não sabem). Embora houvesse, como aponta a literatura (Nardi; Quartiero, 2012; Rohden, 2009; Borges; Meyer, 2008), a demanda por profissionais especialistas no tema, as/os professoras/es se autorizaram a conduzir os debates. Questões polêmicas, como o kit anti-homofobia, diferenças entre os sexos e o mito da promiscuidade homossexual, foram levantadas, e as/os professoras/es se preocuparam mais em promover a problematização do tema, do que conduzir a discussão para a "resposta certa" ou em impor uma opinião própria, embora essa fosse comumente expressada. Em uma outra proposta, em que as/os alunas/os pesquisaram na

[4] L. reúne as duas pontas da experiência (acadêmica e vivencial), pois também é aluna de mestrado.

internet material para construir uma apresentação sobre o tema, que resultou em um seminário finalizador do projeto (escola 1), não houve participação considerável das/os professoras/es no decorrer da atividade, apenas no seminário. Pensamos que uma maior intervenção das/os educadoras/es nesse processo – ao considerar a atualidade e validade das informações obtidas – poderia ter resultado em conclusões mais alinhadas ao contexto da escola. De qualquer maneira, produtos culturais, como filmes e revistas, com os quais as/os estudantes tiveram contato foram eficazes no sentido de sensibilizar as/os alunas/os ao aproximá-las/os do cotidiano das minorias sexuais[5].

Finalmente, concluímos que a presença assumida e intencionalmente política dessas minorias no ambiente escolar também poderia ser considerada uma ferramenta pedagógica na direção da redução do preconceito e da discriminação, sendo decisiva para a criação de uma postura de respeito e compreensão, desde a infância, como propõe a clássica hipótese do contato social. Essa situação pôde ser observada na escola 2, onde a presença de uma professora transexual no cotidiano do colégio colaborou para o seu reconhecimento enquanto uma pessoa como qualquer outra, desmistificando o estereótipo da/o transexual a partir do contato cotidiano com essas crianças e adolescentes.

Cenas de uma observação participante e suas problematizações

> Na escola 1, ouço uma conversa do professor com um grupo de estudantes. Um dos estudantes diz que 'aceita, contanto que eles (homossexuais) fiquem na deles,

[5] Aqui pensado no sentido político do termo e não estatístico.

> senão dá vontade de dar um pau neles', o relato vem imediatamente após contado que foi flertado por um menino. O professor também diz que aceita a homossexualidade, mas não a entende, justificando o estranhamento do comportamento homossexual em razão deste não ser natural, uma vez que 'existem homens e mulheres, e pronto. Deus fez assim'.

Nesta passagem, extraída do diário de campo das observações realizadas na primeira escola, percebemos uma manifestação de homofobia explícita no ambiente escolar, sendo a agressão e a violência cogitadas como forma de lidar com essa diferença no caso de uma aproximação. Além disso, a reação do professor contribui para reforçar estereótipos e a hierarquia das sexualidades, além de utilizar o argumento da natureza para justificar seu ponto de vista, remetendo para o campo moral uma discussão que, no campo da ciência, não é mais objeto de controvérsia, pois a homossexualidade não é considerada patológica ou antinatural, mas integra a diversidade das expressões da sexualidade de acordo com a Organização Mundial da Saúde e todas as associações profissionais do campo da Psiquiatria e Psicologia. A fala do professor remete para a ausência de formação das/dos professoras/es para lidar com essa temática, assim como à questão moral que está densamente presente nesse campo. É também importante considerar que nesta escola houve certa resistência de parte do corpo docente com relação ao projeto pedagógico para debate da temática da diversidade sexual. Assim, podemos pensar que "ao não ser apenas consentida, mas também ensinada, a homofobia adquire nítidos contornos institucionais" (Junqueira, 2009, p. 16).

Nesse sentido, a maneira como iniciativas que promovem a diversidade sexual são interpretadas pelo corpo docente e pela

coordenação da escola pode ser determinante para o andamento das mesmas. Educadoras/es que decidem se capacitar para lidar com o tema da sexualidade em sala de aula seguidamente têm de lidar com o estranhamento e a resistência por parte das/os seus colegas (Borges; Meyer, 2008; Irineu; Froemming, 2012; Nardi; Quartiero, 2012) e até da família (Nardi; Quartiero, 2012), que muitas vezes fazem pressão para o abandono do curso. Essa situação foi encontrada em alguns artigos que relatam experiências de formação de professoras/es, como descrevem Borges e Meyer (2008): "Muitas vezes paira sobre ele/a certa desconfiança sobre seu interesse pelo curso, como se o próprio fato de participar da formação fosse um sinal de uma conduta sexual reprovável ou imoral" (p. 72).

Nardi e Quartiero (2012) também relatam que as/os professoras/es demonstraram um receio de que "intervir no combate à homofobia imediatamente produza um contágio (elas/es passarem a ser identificadas/os como homossexuais)" (p. 78). Ou seja, um dos desafios ao se propor um projeto de combate à homofobia na escola é a questão do estigma e, para tanto, a literatura indica que é mais eficaz a descentralização do debate e a criação de um ambiente escolar mais coerente e acolhedor, tal como encontramos na escola 2. O projeto inglês *No Outsiders* e o programa *Out For Equity*, nos EUA, são exemplo de iniciativas institucionais que propõem a construção de um clima escolar mais inclusivo a partir de projetos em parceria entre estudantes e professoras/es (Depalma; Atkinson, 2009; Horowitz; Hansen, 2008).

Essa reflexão nos leva à segunda cena da observação participante, que nos faz pensar sobre a melhor forma de inserir o debate da sexualidade e da diversidade no âmbito escolar: "Decidimos voltar à escola e assistir à aula de Ética e Cidadania, da professora B., que também ensina português. A proposta é

escrever uma carta a qualquer colega sobre a vida, os objetivos, as expectativas... As cartas são misturadas e cada aluna/o pega uma e a lê para a turma. As duas que mais me chamam a atenção são as de estudantes que, por algum motivo, imagino que seja um menino, que se mostra muito revoltado com a violência da cidade e com a suposta impunidade do sistema penal, e outra, muito bem escrita, sobre diferentes formas de amor, que faz menção a gays e lésbicas. Nenhum(a) das/os outras/os alunas/os parece estranhar a referência ao amor entre pessoas do mesmo sexo".

Essa observação evidencia que, quando existe um trabalho de longo prazo assumido pela escola como um todo, o tema da diversidade sexual aparece espontaneamente para discussão, sem mediadores ou atividades direcionadas. É importante que esse assunto possa ser abordado assim, sem um cronograma específico, surgindo durante qualquer aula e quando houver oportunidade, no que formalmente se chamaria "transversalmente", ou como "tema transversal", como é descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Fazendo parte do cotidiano das relações e sendo visível aos membros da comunidade escolar – como nos saltou aos olhos os cartazes contrários a práticas homofóbicas na escola 2 –, a sexualidade pode sair do campo do "problema" e passar a significar "energia", "vida" e "descoberta" e integrar o cotidiano das escolas.

É também importante para a efetividade das ações pedagógicas que, assim como observado em ambas as escolas, a discussão passe por diferentes disciplinas, como Biologia, História, Sociologia, Português etc. Dessa maneira, o debate não fica relacionado a uma só disciplina ou campo do saber, nem atrelado a um "especialista" na temática, pluralizando e potencializando esse tipo de projeto e inserindo-o no cotidiano das/os alunas/os, além de proteger as/os professoras/es contra o estigma.

Após essa primeira experiência de observação nas escolas de Porto Alegre, acreditamos que, ainda que os projetos observados tenham encontrado diversos obstáculos, o interesse em efetivar uma iniciativa desse tipo já demonstra engajamento e vontade de contribuir para uma educação para a pluralidade, que abarque a diversidade da vida e da cidadania. Além disso, percebemos que uma educação mais atenta à diversidade sexual não passa apenas pela garantia de direitos e pelo esforço em coibir a violência e os insultos, mas na liberdade de expressão da sexualidade e na possibilidade de construção de novos modos de vivê-la.

Referências

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio*: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, 2008.

DEPALMA, R.; ATKINSON, E. (Ed.) *Interrogating heteronormativity in primary schools*: The work of The No Outsiders Project. Trentham Books: Stoke on Trent, 2009. 186 p.

HOROWITZ, A.; HANSEN, A. Out for Equity: School-Based Support for LGBTQA Youth. *Journal of LGBT Youth*, v. 5, n. 2, p. 73-86, 2008.

IRINEU, B. A.; FROEMMING, C., N. Homofobia, Sexismo e Educação Notas sobre as possibilidades de enfrentamento a violência a partir de um projeto de extensão universitária *Advir*, p. 75-91, Julho de 2012.

JUNQUEIRA, R. D. Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. In. JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual e educação*: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/ Unesco, 2009, p. 13-51

LOURO, G. L. A construção escolar das diferenças In: LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e Educação:* uma perspectiva pós-estruturalista. 1. ed. São Paulo:Vozes, 1997, p. 57-87

MAIA, A. C. B.; PASTANA, M.; PEREIRA, P. C.; SPAZIANI, R. B. Projeto de intervenção em educação sexual com educadoras e alunos de uma pré-escola. *Revista Ciência em Extensão,* v. 7, n. 2, p. 115-129, 2011.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. T. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad,* v. 11, p. 59-87, 2012.

ROHDEN, F. Gênero, Sexualidade e Raça/Etnia: Desafios transversais na formação do professor. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p. 157-174, jan./abr. 2009.

MAPEAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Priscila Pavan Detoni
Daniela Fontana Bassanesi
Vinicius Serafini Roglio

O Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade (CRDH) é um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vinculado ao Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde (CIPAS) e financiado pelos editais PROEXT 2011 e 2012. Foi desenvolvido nos anos de 2012 e 2013 pela equipe do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), em parceria com a rede de políticas públicas do município de Porto Alegre e de Organizações Não Governamentais (Ongs) que defendem os direitos da população LGBT e o enfrentamento da violência contra as mulheres.

O CRDH foi criado com o intuito de identificar, analisar e acolher demandas de mulheres vítimas de violência doméstica e da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transexuais) vítimas de discriminação, violências e/ou preconceitos relacionados à identidade de gênero[1] e orientação sexual[2].

[1] A identidade de gênero se refere ao gênero com o qual a pessoa se identifica, o que geralmente, na nossa sociedade, ocupa os polos feminino e/ou masculino.

[2] Orientação sexual de uma pessoa indica por que sexos ela se sente atraída, seja física, romântica e/ou emocionalmente, descrita usualmente como he-

Nessa direção, a equipe do CRDH concretizou as seguintes ações: 1) Produção e sistematização de estudos sobre violência doméstica contra a mulher e sobre discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero, desde uma perspectiva dos Direitos Humanos; 2) Qualificação de docentes e estudantes para o trabalho interdisciplinar através de seminários, oficinas e ações promovidas; 3) Potencialização de espaços de trocas de saberes entre as Universidades – em especial entre UFRGS, UNIRITTER e UFCSPA – e também entre as instituições públicas – sobretudo as ligadas aos serviços de saúde, educação, segurança e assistência – e as organizações da sociedade civil, assim como a comunidade envolvida. Propõe-se a dar continuidade ao mapeamento e ao estabelecimento de conexões entre os órgãos da rede de políticas públicas.

Além disso, o CRDH é um espaço de acolhimento de demandas e de promoção de oficinas dirigidas às escolas e aos profissionais da rede de serviços, particularmente educação, saúde, assistência e segurança. Para tanto, um dos primeiros passos foi pensar sobre o espaço de atuação, e fez-se necessário realizar o mapeamento dos serviços oferecidos para a população LGBT e para as mulheres vítimas de violência em Porto Alegre.

Tal mapeamento foi e ainda é essencial para a realização do acolhimento dentro do CRDH, bem como do contato informativo sobre a temática através de oficinas e espaços acadêmicos de divulgação. Entretanto, apresenta o desafio de descrever uma rede, de lugares e referências que se modificam constantemente, de modo que é preciso pensá-la de uma forma cartográfica. Um dos aspectos que marcaram os primeiros passos do mapeamento

terossexual (por pessoas de sexo diferente), homossexual (por pessoas do mesmo sexo) e bissexual (por pessoas de ambos os sexos).

foi identificar que na formação de rede e contatos, muitos serviços e organizações se caracterizavam pela centralização em uma pessoa. Ou seja, parte da rede é pessoalizada, assim, a organização de um fluxo de serviços é frágil, pois não está incorporada de fato na estrutura dos serviços. Ao nos darmos conta que a rede é frágil e os fluxos de serviços estão sempre em processo, usamos a cartografia como referência para pensar a rede.

Cartografar é acompanhar processos e pressupõe dar conta da diversidade que vai compondo as redes (Barros e Kastrup, 2012). Como já dito, esse é o caso das políticas públicas e da rede de proteção para a população LGBT e mulheres vítima de violência em Porto Alegre. A cartografia se utiliza geralmente do diário de campo. Então, por que foi utilizada uma tabela? Pode ser uma forma de desenhar a rede para o grupo de estudantes que trabalha no CRDH, e de possibilitar que a própria rede se aproprie do ali disposto. Segue, assim, uma planilha de referências identificadas até o momento, que pode auxiliar no compilamento das informações de quem trabalha com o tema, ou de quem precisa de informações para fazer encaminhamentos dentro da rede.

Inicialmente, o mapeamento foi norteado pelas seguintes questões, referentes a cada local: endereço e telefone; coordenação; vínculo (nível municipal, estadual, federal, Ong...); como contatar; equipe; horário de funcionamento; que população atende efetivamente e em que situações; atividades em funcionamento (grupos de discussão, acolhimento...); quais parcerias estão sendo estabelecidas (rede). Contudo, no decorrer do trabalho percebeu-se que nem todos os locais conseguiam respondiam plenamente a essas questões – alguns por não serem de fato de locais, mas sim organizações sem endereço ou sem vínculos;

outros por estarem com suas atividades e projetos congelados devido à falta de verbas e investimentos governamentais. Enfim, a rede existente é frágil e as políticas que visam garantir os direitos ligados às relações de gênero e sexualidade são recentes, em construção e dependentes da vontade política dos governos. Esses aspectos se revelaram na dificuldade de identificação e localização de vários locais, e principalmente na busca de contato com eles. Mesmo assim, faz-se necessário destacar a boa receptividade de cada local e a sua disponibilidade em facilitar o acesso às informações.

É importante notar que a inclusão de CTAs (Centro de Testagem e Aconselhamento) e SAEs (Serviço de Atendimento Especializado) DST/Aids nesse mapeamento não se dá pela ideia de que há uma relação direta das doenças que eles testam e/ou tratam com o público que nós visamos a acolher. Muito pelo contrário, nossa prática busca desmistificar a crença no senso comum de que a Aids é uma patologia restrita à população LGBT, embora saibamos que as DSTs/Aids são marcadas pelo estigma e preconceito associados à sexualidade. Além disso, não ignoramos as estatísticas que indicam que a infecção por HIV permanece alta entre homens jovens homossexuais e na população de TRAVESTI/TRANSEXUAL e que esse fato se associa à vulnerabilidade decorrente tanto do preconceito como da falta de investimento em políticas específicas dirigidas a essas populações. Ainda, os serviços com enfoque nas DSTs/Aids desenvolveram competências específicas para lidar com a diversidade sexual em decorrência do histórico da epidemia da Aids.

Portanto, a inclusão dos referidos serviços de saúde se dá porque, infelizmente, esses são os poucos locais da rede de saúde cujos/as servidores/as têm preparo para acolher a população

LGBT. Apesar disso, já que incluímos aqui esse tipo de informação, é válido mencionar que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) também realizam a testagem rápida para DSTs e Aids desde a metade do ano de 2012.

O acolhimento da população LGBT e mulheres, sejam ou não vítimas de violência sexual ou de gênero, deve contar com uma posição de fortalecimento e legitimidade para dar conta das violências sutis diárias e buscar justiça; é também necessária a integração com os movimentos sociais, a fim de construir um lugar de permanente reflexão sobre a constituição heteronormativa e sexista da sociedade em que vivemos. Para tanto, é preciso consolidar a rede entre os locais de atendimento e os movimentos sociais, uma vez que a extensão universitária constitui um espaço de formação de estudantes, de modo a possibilitar que a construção do conhecimento esteja imbricada com as realidades sociais, mas ela não pode ser confundida com ou substituir a rede de serviços e os movimentos sociais.

O CRDH realizou reuniões com a equipe da Delegacia da Mulher e com a Ong Maria Mulher e discussões coletivas sobre a temática do projeto; atendimentos interdisciplinares a mulheres em situação de violência doméstica; reuniões com a equipe técnica; construção de espaços de trocas interinstitucionais (UFRGS/UNIRITTER) e interdisciplinares (psicologia/direito) sobre o desenvolvimento de projetos extensionistas na luta contra a violência doméstica e a todas as formas de discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero; assistência e acolhimento no Centro de Referência em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos; formação e assessoria pelo Centro de Referência à rede de saúde, assistência social, de assistência jurídica, e aos profissionais da educação.

Finalmente, antes de apresentar o mapeamento, ressaltamos que o CRDH tem buscado contribuir para o entendimento das relações de gênero e da diversidade sexual na sua articulação com as políticas públicas, sobretudo no que tange aos encaminhamentos e acompanhamentos nos serviços de saúde, educação, segurança, assistência social e justiça. O CRDH busca permanentemente uma articulação da formação de estudantes e profissionais ao promover a experiência da intersecção com os movimentos sociais e com o Estado, assim como com os espaços de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos pela Universidade.

Referências

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virginia. Cartografar é acompanhar processos. Em: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre, Sulina, 2012. p. 52-75.

ACOLHIMENTO DE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA			
Instituição	**Central de Atendimento à Mulher**	**Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado – CRM-RS**	**Centro de Referência e Atendimento à Mulher – CRAM**
Endereço	–	Rua Miguel Teixeira, 86 – Cidade Baixa	Rua Siqueira Campos, 1184, 16º andar – Centro Histórico
Telefone	Ligue 180	Escuta Lilás 0800 541 0803	(51) 3289-5110
E-mail	–	centrodereferenciadamulher@spm.rs.gov.br	–
Site	–	http://www.spm.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=4	www.portoalegre.rs.gov.br (>Secretaria>Direitos Humanos> Serviços)
Serviços Oferecidos	Recebe denúncias ou relatos de violência e reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher. Orienta as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para os serviços da rede quando necessário.	Serviço público de acolhimento às mulheres em situação de violência, que atende as vítimas com o apoio dos vários órgãos que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado do RS.	Atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero. Possui equipe com psicóloga, assistente social e advogada. Caso necessário, faz encaminhamento para a rede de atendimento da prefeitura nas áreas de saúde, segurança e assistência social.

Horário de atendimento	Todos os dias, 24h	De 2ª a 6ª, das 8h30min, às 18 horas	De 2ª a 6ª das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h
Observações	É um serviço ofertado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM).	Não atendem trans, fazem encaminhamento para o CRVV. Vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres do RS.	Preferível agendamento por telefone para o atendimento, porém não obrigatório.

ACOLHIMENTO DE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA			
Instituição	**Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência - Patrícia Esber**	**Centro de Referência às Vítimas de Violência – CRVV**	**Centro de Referência no Atendimento Infanto-Juvenil – CRAI**
Endereço	Rua Siqueira Campos, 321 - Centro – Canoas	Rua Siqueira Campos, 1180, 3º andar (mesmo prédio do CAR Centro)	Av. Independência, 661, 6º andar, Bloco C, Sala 619
Telefone	(51) 3464-0706	Disque-Denúncia: 08006420100 (51) 3289-7092 e (51) 3289-7093	(51) 3289-3367
E-mail	–	atendimento-crvv@sdhsu.prefpoa.com.br	–
Site	–	www.portoalegre.rs.gov.br (>Secretaria>DireitosHumanos>Serviços)	–

Serviços Oferecidos	Oferece às mulheres em situação de violência de gênero informações, orientação e encaminhamentos para a rede de atendimento. Equipe de advogadas, psicólogas e assistentes sociais. Atendimento individual e em grupos, cuja prioridade é fazer cessar a violência e criar condições de segurança para o retorno à casa.	Presta informações e orientações às vítimas de violações de direitos, abuso de autoridade, exploração sexual e qualquer tipo de discriminação – casos de racismo, violência contra o idoso, violência urbana, violência sexual.	Presta às vítimas de abuso sexual infantil e a seus familiares do atendimento médico e psicológico ao registro de ocorrência policial, exame de corpo de delito e procedimentos para que a Justiça se encarregue da punição ao agressor. Depois do acolhimento inicial, é feito encaminhamento para assistência na rede municipal de Saúde.
Horário de atendimento	De 2ª a 6ª, das 9h às 17h	Disque-Denúncia de 2ª a 6ª, das 8h30 às 18h; Atendimento das 9h às 12h e das 13h30 às 18h	Atendimento: segunda a sexta-feira, das 8h às 18h
Observações	É um serviço da Prefeitura de Canoas, Coordenadoria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Desenvolvimento Social, que conta com a parceria da Ong Coletivo Feminino Plural.	NÃO ATENDE MAIS AS MULHERES, que agora devem contatar o CRAM. Pertence à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana.	Atendimentos fora do horário podem ser encaminhados ao setor de Emergência do Hospital, para avaliação. Faz parte do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas. Para denúncias de abuso infantil, utilizar o Disque 100.

ACOLHIMENTO DE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA		
Instituição	**Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes – DECA**	**Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos**
Endereço	Av. Augusto de Carvalho, 2000 – Praia de Belas	–
Telefone	Plantão 24h: (51) 2131-5700 Secretaria: (51) 2131-5711	Disque 100
E-mail	deca@pc.rs.gov.br	disquedenuncia@sdh.gov.br
Site	–	www.disque100.gov.br
Serviços Oferecidos	Engloba a delegacia do infrator e a delegacia da vítima menores de idade. Dá encaminhamento para denúncias e registros de ocorrência, que podem ser feitos pessoalmente ou através do plantão telefônico. Oferece atendimento psicológico às crianças e adolescentes.	Exerce as funções de Ouvidoria Geral da cidadania, de LGBT, da criança, do adolescente, da pessoa com deficiência, do idoso etc. Atenta às críticas, denúncias, reclamações e sugestões dos cidadãos e dá consequência a elas. Instrumento ágil, direto, de conhecimento da realidade de vida das pessoas, como os direitos humanos estão sendo ameaçados, violados ou negligenciados e, sobretudo, do que deve ser feito para garanti-los, preventivamente.
Horário de atendimento	De 2ª a 6ª, das 9h às 17h.	Todos os dias, 24h
Observações	Para denúncias anônimas, utilizar o Disque 100.	–

SERVIÇOS DE SAÚDE			
Instituição	**Ambulatório de Atendimento Especializado em DST/Aids – SAE**	**CTA Municipal Paulo César Bonfim**	**CTA do Ambulatório de Dermatologia Sanitária**
Endereço	Rua Professor Manoel Lobato, 151 Centro de Saúde Vila dos Comerciários	Rua Professor Manoel Lobato, 151 Centro de Saúde Vila dos Comerciários	Av. João Pessoa, 1327
Telefone	(51) 3289-4048 ou (51) 3289-4051	(51) 3289-4050	(51) 3901-1418
E-mail	–	–	cta-ads@saude.rs.gov.br
Site	–	–	-
Serviços Oferecidos	Atendimento multidisciplinar de DSTs, assistência ambulatorial a portadores do HIV/Aids e do HTLV-I, acompanhamento pré-natal de mulheres portadoras do HIV/Aids. Distribui preservativos masculinos e femininos para os pacientes e medicamentos antirretrovirais e os usados no tratamento e profilaxia de doenças oportunistas e no tratamento de DSTs.	Aconselhamento pré-teste e testagem para o vírus HIV, de modo voluntário, anônimo e gratuito. Oferece psicoterapia breve e grupal para portadores do HIV/Aids. Realiza também atividades em escolas e instituições.	Faz testagem e aconselhamento para HIV, sífilis, hepatites B e C. São testes rápidos e ficam prontos em 30 min. Atendimento para portadores de DSTs presencialmente.

Horário de atendimento	Das 8h às 17h	Testagem: Manhã: 2ª, 3ª, 5ª e 6ª às 9h Tarde: de 2ª a 6ª às 13h	Atendimento feminino: 2ª, 4ª e 6ª pela manhã, a partir das 8h e 6ª à tarde, a partir das 13h30. Atendimento masculino: de 2ª a 6ª pela manhã, a partir das 8h.
Observações	O agendamento das primeiras consultas é feito pela Central de Marcação de Consultas, através dos serviços de saúde.	Para a testagem, basta comparecer nos horários acima e participar do aconselhamento pré-teste. Não é necessário jejum e o resultado fica pronto em 15 dias úteis.	Não está abrindo prontuários para novos usuários portadores de HIV, que são remetidos ao posto de saúde de sua região. Pertence ao Ambulatório de Dermatologia Sanitária (ADS).

SERVIÇOS DE SAÚDE		
Instituição	**CTA Estadual Caio Fernando de Abreu**	**Programa de Transtorno de Identidade de Gênero – PROTIG**
Endereço	Av. Bento Gonçalves, 3722	Av. Ramiro Barcellos, 2350
Telefone	(51) 3336-1883, (51) 3901-1328 e (51) 3336-1328	(51) 3359-8000 – Hospital das Clínicas de Porto Alegre
E-mail	cta-hsp@saude.rs.gov.br	–

Site	–	–
Serviços Oferecidos	Oferece testagem para HIV, sífilis e hepatite, inclusive o teste rápido. No caso de resultados positivos de residentes do bairro Partenon, oferecem atendimento; para residentes de outros bairros, fazem encaminhamento. O acesso ao serviço se dá diretamente com o local.	É um serviço de psiquiatria do Hospital das Clínicas de Porto Alegre. Conta com uma equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social. Faz avaliação e acompanhamento com psicoterapia grupal dos casos de transexualidade, para redesignação sexual.
Horário de atendimento	Funcionamento das 8h30 às 17h00 Testagem: de 2ª a 6ª, das 8h30 às 15h30 (à exceção da 3ª à tarde)	Grupos na 2ª pela manhã, às 8h, às 9h e às 10h. O grupo é definido na triagem.
Observações	Fica no Hospital Sanatório Partenon (HSP).	O acesso ao serviço do PROTIG não se dá diretamente. É necessário encaminhamento através da UBS de referência do usuário em POA, ou, se da Região Metropolitana, através da Secretaria de Saúde da Cidade.

Ongs			
Instituição	**Coletivo Feminino Plural**	**Fórum Ong/Aids RS**	**Igualdade**
Endereço	Avenida Farrapos, 151, 2º andar – Bairro Floresta	Rua dos Andradas, 1560/6º andar	Rua dos Andradas, 1560 - sala 613 – Galeria Malcon – Centro Histórico
Telefone	(51) 3221-5298	(51) 3224-1560	(51) 3029-7753 e (51) 9849-9287

E-mail	–	forumongaidsrs@gmail.com	aigualdaders@hotmail.com
Site	http://femininoplural.org.br/site/	http://forumongaidsrs.webnode.com.br/	http://www.aigualdaders.org/
Serviços Oferecidos	Trabalha pelo empoderamento feminino. Participa de espaços de poder e decisão e atua no controle social das políticas públicas. Integra grupos de relatoria e monitoramento das Convenções e Tratados Internacionais. Presta assessoramento e consultoria sobre políticas públicas, ministra cursos e capacitações.	Articulação do Movimento Social de luta contra a Aids. Tem como missão ampliar e articular políticas de prevenção e assistência às DST/HIV/Aids e colaborar no fortalecimento político das instituições que atuam no âmbito da Aids no Rio Grande do Sul, incluindo o acesso aos direitos humanos e justiça social.	Promove oficinas em parceria com o IPA (Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista), todas as quartas-feiras, destinadas principalmente a acolher as demandas de travestis e transexuais, aberto ao público. Oferece assessoria jurídica e, através do Projeto Viva Seu Nome, encaminha retificação de registro civil para trans.
Horário de atendimento	–	–	De 2ª a 5ª, das 13h às 17h.
Observações	As oficinas voltadas para meninas e adolescentes foram agrupadas num grande projeto chamado Escola Lilás de Direitos Humanos.	–	Faz encaminhamentos para a rede de serviços de saúde, de educação e de direitos humanos. O projeto Viva Seu Nome é executado em parceria com o SAJU e com o CRDH.

Ongs			
Instituição	**Maria Mulher**	**nuances**	**SOMOS**
Endereço	Travessa Francisco Leonardo Truda, 40, sobreloja	Rua Vigário José Inácio, 303 - 6º andar – Centro Histórico	Rua Luiz Afonso, 234 – Cidade Baixa
Telefone	(51) 3219-0180 – Cruzeiro (51) 3286-8482 – Centro	–	(51) 3233-8423
E-mail	mariamulher@mariamulher.org.br	–	somos@somos.org.br
Site	http://www.mariamulher.org.br/	http://gruponuances.blogspot.com.br/	http://www.somos.org.br/
Serviços Oferecidos	Oferece oficinas e espaços de acolhimento que visam ao empoderamento das mulheres negras, à defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas, ao enfrentamento às discriminações de gênero, étnico/racial e social.	Visa a dar suporte às demandas LGBTs em Porto Alegre. É conhecida por sua atuação junto ao programa Rio Grande Sem Homofobia e pelo projeto Gurizada.	Atualmente, as ações da SOMOS se resumem à representação nos conselhos de saúde e órgãos políticos em geral e à atuação na internet. Também oferecem orientação jurídica gratuita para pessoas que sofreram violência ou discriminação em função de sua orientação sexual.
Horário de atendimento	–	–	De 2ª à 6ª, das 14h às 18h

Observações	–	Atualmente, estão sem projetos por falta de financiamento público. A distribuição de preservativos que a Ong fazia ficou a cargo da Secretaria de Saúde de Porto Alegre.	O CEDOC (biblioteca e videoteca) está atualmente desativado por falta de espaço físico.

ÓRGÃOS PÚBLICOS		
Instituição	CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Secretaria Municipal de Educação – SMED
Endereço	Setor Comercial Sul B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 10º andar – Brasília, DF	Rua dos Andradas, 690 – Centro Histórico
Telefone	–	(51) 3289-1849
E-mail	cncd@sdh.gov.br	angelacardoso@smed.prefpoa.com.br
Site	http://portal.sdh.gov.br/clientes/sedh/sedh/conselho/cncd	http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smed/

Serviços Oferecidos	Tem por finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.	Trabalha com a formação de professores e professoras na temática Gênero e Sexualidade. Também possui um grupo de trabalho que discute os atravessamentos dessas questões na rede de ensino municipal.
Horário de atendimento	–	De 2ª a 6ª, das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h
Observações	É subordinado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.	Faz projetos em parceria com Instituições de Ensino Superior.

SERVIÇOS JURÍDICOS			
Instituição	Observatório contra a Homofobia	SAJU – UFRGS – Serviço Assessoria Jurídica Universitária	THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero
Endereço	Rua Celeste Gobbato, 81 – Praia de Belas	Faculdade de Direito – UFRGS Av. João Pessoa, 80 – Centro	Rua dos Andradas 1137/2205 – Centro
Telefone	AJURIS: (51) 3284-9143	(51) 3308-3967	(51) 3212-0104
E-mail	observatorio contrahomofobia@outlook.com	saju@ufrgs.br	themis@themis.org.br

Site	–	http://www.ufrgs.br/saju/	http://themis.org.br/
Serviços Oferecidos	Acompanha a apuração das práticas delitivas e ações discriminatórias contra a população LGBT. Tem como responsabilidade fomentar e fiscalizar a atuação do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia e a implementação de políticas públicas pelo Estado. NÃO RECEBE DENÚNCIAS.	Atendimentos a grupos com vulnerabilidade social, mulheres e população LGBT; acolhimento jurídico e psicológico; projeto Viva Seu Nome, de retificação do registro civil para trans; atendimento civil e familiar; assessoria jurídica individual e assessoria para movimentos sociais, Ongs, instituições públicas.	Assessoria jurídica para mulheres vítimas de violência.
Horário de atendimento	De 2ª a 6ª, das 9h às 18h	Por telefone de 2ª a 6ª, das 14h às 20h e atendimentos 6ª, das 14h às 18h	De 2ª a 6ª, das 13h às 18h.
Observações	Ainda em construção. Integrado por: AJURIS, Grupo Desobedeça LGBT, Igualdade RS, Grupo SOMOS, Cátedra de Direitos Humanos da Universidade IPA Metodista, OAB/RS, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público RS, Polícia Civil, Brigada Militar, Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do RS, Secretaria de Segurança Pública do Estado.	O grupo responsável pelos direitos da mulher e de gênero é chamado Grupo G8 Generalizando. O projeto Viva Seu Nome é executado em parceria com a Igualdade e com o CRDH.	–

ANEXOS

ESTADO DA ARTE DA PESQUISA A RESPEITO DA PARENTALIDADE E CONJUGALIDADE DE CASAIS DE PESSOAS DO MESMO SEXO A PARTIR DO *AMICI CURIAE* DO *DEFENSE OF MARRIAGE ACT*

Ângelo Brandelli Costa

O *Defense of Marriage Act* (Lei de Defesa do Casamento) conhecido pela sigla DOMA é uma lei federal dos Estados Unidos da América, cuja Seção 3, a qual restringia a definição de casamento somente à união entre um homem e uma mulher, foi julgada inconstitucional em junho de 2013 pela Suprema Corte Americana. O DOMA impedia o reconhecimento federal dos casamentos de pessoas do mesmo sexo realizados nos estados americanos que os permitem, inclusive, na concessão de benefícios fiscais. A Associação Americana de Psicologia, a Academia Americana de Pediatria, a Associação Psiquiátrica Americana, a Associação Psicanalítica Norte-Americana, a Associação Nacional de Assistentes Sociais e a Associação Psicológica do Estado de Nova York interviram no processo enquanto *amici curiae* com um relatório reunindo o estado da arte da pesquisa a respeito da parentalidade e conjugalidade de casais de pessoas do mesmo sexo. Apresentamos aqui o referido relatório em sua totalidade[1].

[1] Texto original disponível em: http://www.apa.org/about/offices/ogc/amicus/windsor-us.pdf

ARGUMENTO

I. A evidência científica apresentada neste relatório

Representando as principais associações psicológicas, psiquiátricas, médicas e de profissionais do serviço social, o *amici* tem procurado neste relatório apresentar um resumo preciso e responsável do estado atual do conhecimento científico e profissional sobre orientação sexual e família relevante para este caso. O relatório baseia-se na melhor pesquisa empírica disponível.

Todos os estudos aqui citados foram avaliados criticamente no que diz respeito a sua metodologia, incluindo a fidedignidade e a validade das medidas e testes empregados, bem como a qualidade dos procedimentos de coleta de dados e análises estatísticas. A adequação da amostra de cada estudo também foi avaliada e considerada apropriada para os padrões científicos aceitos. Alguns destes estudos podem conter sugestões para novas pesquisas, mas isso é coerente com o método científico e não inviabiliza as conclusões dos estudos.

A maioria dos estudos e revisões da literatura citados aqui foram revisados e publicados em revistas científicas de renome. Outros livros acadêmicos, capítulos de livros e relatórios técnicos, que normalmente não estão sujeitos aos mesmos padrões de avaliação pelos pares como os artigos científicos, foram incluídos porque relatam pesquisa empregando métodos rigorosos, são de autoria de pesquisadores bem estabelecidos, e refletem com precisão o consenso profissional sobre o estado atual do conhecimento.

Os critérios aplicados na inclusão da literatura científica aqui citada são aqueles relevantes para a validade científica.

II. A homossexualidade é uma expressão normal da sexualidade humana, geralmente não é uma escolha e é altamente resistente à mudança

A orientação sexual se refere a uma disposição duradoura para experimentar atração afetivo-sexual e/ou romântica por um ou ambos os sexos. Também engloba o sentido particular de identidade, pessoal e social, que tem como base essas atrações, os comportamentos que expressam essas atrações, e a participação em uma comunidade de outros/as que compartilham essas atrações e comportamentos[2]. Embora orientação sexual varie ao longo de um contínuo de exclusivamente heterossexual até exclusivamente homossexual, geralmente é referida em três categorias: *heterossexuais* (atração sexual e romântica principal ou exclusiva por pessoas do sexo oposto), *homossexual* (atração sexual e romântica principal ou exclusiva por pessoas do próprio sexo) e *bissexuais* (com um grau significativo de atração sexual e romântica para pessoas de ambos os sexos).

A homossexualidade deixou de ser classificada como um transtorno mental pela Associação Americana de Psiquiatria, em 1973, decisão tomada a partir de pesquisas que não encontraram respaldo científico para tal classificação. Em 1974, a Associação Americana de Psicologia adotou um posicionamento refletindo a mesma conclusão. Desde então, o consenso de profissionais e pesquisadores de saúde mental tem sido de que a homossexualidade e a bissexualidade são expressões normais da sexualidade

[2] A. R. D'Augelli, Sexual Orientation, in 7 Am. Psychol. Ass'n, Encyclopedia of Psychology 260 (A.E. Kazdin ed., 2000); G.M. Herek, Homosexuality, in 2 The Corsini Encyclopedia of Psychology 774-76 (I.B. Weiner & W.E. Craighead eds., 4th ed. 2010).

humana e não representam um obstáculo inerente a levar uma vida feliz, saudável e produtiva, e que gays e lésbicas **funcionam bem** em toda a gama de instituições sociais e relações interpessoais[3].

O conhecimento científico e profissional atual indica que os **sentimentos centrais** que formam a base da orientação sexual adulta surgem tipicamente entre a metade da infância e o início da adolescência, sem qualquer experiência sexual prévia necessária[4].

A maioria dos homens gays e das mulheres lésbicas não experienciam sua orientação sexual como resultado de uma escolha voluntária. Em uma amostra probabilística nacional dos EUA de 662 adultos autoidentificados como lésbicas, gays e bissexuais, 88% dos gays e 68% das lésbicas relataram que não escolheram sua orientação sexual, enquanto que 7% dos gays e 15% das lésbicas relataram apenas uma pequena possibilidade de escolha[5].

A pesquisa e a experiência clínica dos membros do *Amici* também indicam que a orientação sexual é altamente resistente à mudança. No entanto, vários grupos e indivíduos têm oferecido

---

[3] e.g., Am. Psychiatric Ass'n, Position Statement: Homosexuality and Civil Rights (1973), in 131 Am. J. Psychiatry 497 (1974); Am. Psychol. Ass'n, Minutes of the Annual Meeting of the Council of Representatives, 30 Am. Psychologist 620, 633 (1975).

[4] Ver R. C. Savin-Williams, " ...And Then I Became Gay": Young Men's Stories 1-19 (1998); G. Remafedi et al., Demography of Sexual Orientation in Adolescents, 89 Pediatrics 714 (1992); R.C. Savin-Williams & L.M. Diamond, Sexual Identity Trajectories Among Sexual-Minority Youths: Gender Comparisons, 29, Archives of Sexual Behavior 607 (2000).

[5] G. Herek et al., Demographic, Psychological and Social Characteristics of Self-Identified Lesbian, Gay, and Bisexual Adults in a US Probability Sample, 7 Sexuality Res. & Soc. Policy 176 (2010). Ver also G. Herek et al., Internalized Stigma Among Sexual Minority Adults: Insights From a Social Psychological Perspective, 56 J. Counseling Psychol. 32 (2009).

intervenções clínicas, às vezes chamadas de terapias de "conversão", que se propõem a mudar a orientação sexual de homossexual para heterossexual. Nenhuma pesquisa científica adequada mostrou que tais intervenções são eficazes ou seguras, e uma revisão da literatura científica da American Psychological Association (APA – Associação Psicológica Americana) concluiu que os esforços de mudança de orientação sexual não têm sucesso e podem ser prejudiciais[6]. Todas as grandes organizações nacionais de saúde mental fizeram declarações públicas alertando a profissão e o público sobre os tratamentos que se propõem a mudar a orientação sexual[7].

---

[6] Am. Psychol. Ass'n, Report of the American Psychological Association Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation (2009); Ver também Am. Psychol. Ass'n, Resolution on Appropriate Affirmative Responses to Sexual Orientation Distress and Change Efforts (2009), both available p. http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/sexual-orientation.aspx.

[7] Ver Am. Psychol. Ass'n, Resolution, ver nota 6; Am. Psychiatric Ass'n, Position Statement: Psychiatric Treatment and Sexual Orientation (1998), disponível em ttp://www.psych.org/Departments/EDU/Library/APAOfficialDocumentsandRelated/PositionStatements/199820.aspx; Am. Ass'n for Marriage& Fam. Therapy; Reparative/Conversion Therapy (2009), disponível em http://www.aamft.org/iMIS15/AAMFT/MFT_Resources/Content/Resources/Position_On_Couples.aspx; Am. Med. Ass'n, Policy H-160.991, Health Care Needs of the Homosexual Population, disponível em http://www.ama-assn.org/ama/pub/about-ama/our-people/member-groups-sections/glbt-advisory-committee/ama-policy-regarding-sexual-orientation.page; Nat'l Ass'n of Soc. Workers, Position Statement: "Reparative" and "Conversion" Therapies for Lesbians and Gay Men (2000), disponível em http://www.naswdc.org/diversity/lgb/reparative.asp; Am. Psychoanalytic Ass'n, Position Statement: Attempts to Change Sexual Orientation, Gender Identity, or Gender Expression (2012), disponível em http://www.apsa.org/about_apsaa/position_statements/attempts_to_changesexual_orientation.aspx; B.L. Frankowski, Sexual Orientation and Adolescents, 113 Pediatrics 1827 (2004).

III. Orientações sexuais e relacionamentos

Tal como os heterossexuais, gays e lésbicas querem formar relações estáveis, de longa duração[8], e muitos deles o fazem: inúmeros estudos sobre gays e lésbicas mostram que a grande maioria dos participantes mantiveram um relacionamento comprometido em algum momento de suas vidas, que grande parte mantém uma relação estável (40-70% dos gays e 45-80% lésbicas), e que muitos desses casais estão juntos há 10 anos ou mais[9]. Levantamentos recentes, com base em amostras probabilísticas, apoiam esses achados[10]. Dados do Censo dos EUA de 2010 mos-

---

[8] Em uma amostra nacional probabilística dos EUA, de 2005, 662 adultos autoidentificados lésbicas, gays e bissexuais, que não estavam em um relacionamento, 34% dos gays e 46% das lésbicas, disseram que gostariam de se casar um dia e, daqueles que estavam atualmente em um relacionamento, 78% dos gays e 87% da lésbicas disseram que iriam se casar com seu parceiro/a se fosse legalmente permitido. Herek et al., Demographic, ver nota 5. Ver also Henry J. Kaiser Fam. Found., Inside-OUT: A Report on the Experiences of Lesbians, Gays and Bisexuals in America and the Public's Views on Issues and Policies Related to Sexual Orientation 31 (2001), disponível em http://www.kff.org/kaiserpolls/loader.cfm?url=/commonspot/security/getfile.cfm&PageID=13875; A.R. D'Augelli et al., Lesbian and Gay Youth's Aspirations for Marriage and Raising Children, 1 J. LGBT Issues in Counseling 77 (2007).

[9] Ver L. A. Peplau & A.W. Fingerhut, The Close Relationships of Lesbians and Gay Men, 58 Ann. Rev. Psychol. 405 (2007) ; L. A. Peplau & N. Ghavami, Gay, Lesbian, and Bisexual Relationships, in Enclyclopedia of Human Relationships (H. T. Reis & S. Sprecher eds., 2009); P. M. Nardi, Friends, Lovers, and Families: The Impact of Aids on Gay and Lesbian Relationships, in In Changing Times: Gay Men and Lesbians Encounter HIV/Aids 55, 71-72 (Tables 3.1, 3.2) (M. P. Levine et al. eds., 1997).

[10] Herek et al., Demographic, ver nota 5; T.C. Mills et al., Health-Related Characteristics of Men Who Have Sex with Men: A Comparison of Those Living in "Gay Ghettos" with Those Living Elsewhere, 91 Am. J. Pub. Health 980, 982 (Table 1) (2001); S.D. Cochran et al., Prevalence of Mental Disorders, Psychological Distress, and Mental Services Use Among Lesbian, Gay, and Bisexual Adults in the United States, 71 J. Consulting & Clinical Psychol. 53, 56 (2003); Henry J. Kaiser Fam. Found., ver nota 8.

tram que casais do mesmo sexo compõem mais de 600 mil lares americanos, e mais de 45 mil em Nova York, incluindo mais de 10 mil casais legalmente casados em Nova York e mais de 130 mil casais legalmente casados em todos os Estados Unidos[11].

A pesquisa empírica demonstra que os aspectos psicológicos e sociais do relacionamento afetivo entre parceiros do mesmo sexo se assemelham aos do heterossexuais. Como entre os casais heterossexuais, casais do mesmo sexo formam compromissos e profundos vínculos emocionais. Casais heterossexuais e de pessoas do mesmo sexo enfrentam problemas semelhantes em relação à intimidade, amor, equidade, lealdade e estabilidade, e passam por processos semelhantes para lidar com essas questões[12]. A pesquisa empírica mostra também que os casais de gays e lésbicas têm níveis de satisfação com o relacionamento semelhantes ou maiores do que os dos heterossexuais[13].

---

[11] Same-Sex Unmarried Partner or Spouse Households by Sex of Householder by Presence of Own Children: 2010 Census and 2010 American Community Survey, disponível em http://www.census.gov/hhes/samesex/files/supptable-AFF.xls.

[12] L.A. Kurdek, Change in Relationship Quality for Partners from Lesbian, Gay Male, and Heterosexual Couples, 22 J. Fam. Psychol. 701 (2008); L.A. Kurdek, Are Gay and Lesbian Cohabiting Couples Really Different from Heterosexual Married Couples?, 66 J. Marriage & Fam. 880 (2004); G. I. Roisman et al., Adult Romantic Relationships as Contexts for Human Development: A Multimethod Comparison of Same-Sex Couples with Opposite-Sex Dating, Engaged, and Married Dyads, 44 Developmental Psychol. 91 (2008); Ver generally L.A. Kurdek, What Do We Know About Gay and Lesbian Couples?, 14 Current Directions in Psychol. Sci. 251 (2005); Peplau & Fingerhut, ver nota 9; Peplau & Ghavami, ver nota 9.

[13] K.F. Balsam et al., Three-Year Follow-Up of Same-Sex Couples Who Had Civil Unions in Vermont, Same-Sex Couples Not in Civil Unions, and Heterosexual Married Couples, 44 Developmental Psychol. 102 (2008); Kurdek, Change in Relationship Quality, ver nota 12; L. A. Peplau & K. P. Beals, The Family Lives of Lesbians and Gay Men, in Handbook of Family Communication 233, 236 (A.L. Vangelisti ed., 2004).

IV. Os filhos de casais do mesmo sexo

a) Muitos casais do mesmo sexo estão criando filhos

Embora não existam dados para indicar o número exato de pais gays e mães lésbicas nos Estados Unidos, o Censo de 2010 revelou 111.033 domicílios chefiados por casais do mesmo sexo e com filhos menores de 18 anos, 63% (69.839) solteiros e 37% (41.194) casados. Entre os mais de 45 mil chefes de família de Nova Iorque que informaram conviver com um parceiro do mesmo sexo, 8.025 tinham filhos menores de 18 anos vivendo em casa, 58% (4.649) solteiros e 42% (3.376) casados[14]. Pesquisadores estimam que o número de pais gays e mães lésbicas seja substancialmente maior do que os números do Censo[15].

b) Os fatores que afetam o ajustamento das crianças não dependem do gênero ou da orientação sexual dos pais

Centenas de estudos realizados ao longo dos últimos 30 anos levaram a um consenso sobre os fatores que estão associados com o bom ajustamento de crianças e adolescentes. Os três mais importantes são: (1) a qualidade da relação pais-filhos, (2) a qualidade da relação entre o adulto significativo *(por exemplo,* os pais) na vida da criança ou adolescente, e (3) disponibilidade de recursos econômicos entre outros. Não há suporte empírico para

---

[14] 2010 Census and 2010 American Community Survey, ver nota 10.

[15] Ver C.J. Patterson & L.V. Friel, Sexual Orientation and Fertility, in Infertility in the Modern World: Present and Future Prospects 238 (G.R. Bentley & N.G. Mascie-Taylor eds., 2000); E.C. Perrin & Comm. on Psychosocial Aspects of Child & Fam. Health, Technical Report: Coparent or Second-Parent Adoption by Same-Sex Parents, 109 Pediatrics 341 (2002). O censo não pergunta sobre orientação sexual, mas inclui informações que permitem que o Bureau do Censo deduza que casais do mesmo sexo coabitam.

a noção de que a presença de ambos modelos, masculinos e femininos, promova ajustamento de crianças ou adolescentes[16].

O termo "ajustamento" refere-se às características que permitem que as crianças e os adolescentes funcionem bem em suas vidas diárias. Os jovens que estão bem ajustados têm habilidades sociais suficientes para relacionarem-se bem com os colegas, bem como com adultos, para funcionar bem na escola e no trabalho, e estabelecer relacionamentos íntimos significativos. Em contraste, o desajuste se reflete em problemas de comportamento, tais como agressividade ou outras habilidades sociais deficientes que comprometam a capacidade de formar e/ou manter relações positivas com os outros[17].

Com base em muitos anos de pesquisa, os profissionais de saúde mental chegaram a um consenso de que, quando as relações entre pais e filhos são caracterizadas pelo zelo, amor e afeto, compromisso emocional, confiabilidade e consistência, bem como pela orientação adequada e definição de limites, as crianças e os adolescentes são propensos a demostrarem ajustamento mais positivo. As crianças cujos pais oferecem orientação afetiva no contexto do ambiente doméstico seguro são mais propensas a prosperarem – e isso é verdadeiro também para os filhos de casais do mesmo sexo[18].

---

[16] S. Golombok, Parenting: What Really Counts? (2002); C. J. Patterson, & P. D. Hastings, Socialization in the Context of Family Diversity, in Handbook of Socialization: Theory and Research 328-51 (J. E. Grusec & P. D. Hastings eds., 2007); J. Stacey & T. J. Biblarz, (How) Does the Sexual Orientation of Parents Matter?, 66 Am. Soc. Rev. 159 (2001).

[17] Golombok, ver nota 16; M. E. Lamb & C. Lewis, The Role of Parent-Child Relationships in Child Development, in Developmental Science: An Advanced Textbook 429-68 (M.H. Bornstein & M.E. Lamb eds., 5th ed. 2005); Patterson & Hastings, ver nota 16.

[18] Lamb & Lewis, ver nota 17; Patterson & Hastings, ver nota 16.

A pesquisa mostra também que a qualidade das relações entre os adultos significativos na vida de uma criança é associada com o ajustamento. Quando as relações entre os pais são caracterizadas por amor, carinho, cooperação, segurança e apoio mútuo, as crianças são mais propensas a demostrarem ajustamento positivo. Em contraste, quando as relações parentais são conflituosas e amargas, é provável que seja menos favorável o ajuste. Essas correlações são tão verdadeiras para filhos de casais do mesmo sexo quanto para os filhos de casais do sexo oposto[19].

Finalmente, os pesquisadores reconhecem a associação entre a adaptação da criança e o acesso aos recursos econômicos, entre outros. Crianças com acesso a recursos econômicos suficientes são mais propensas a viver em bairros mais seguros, respirar um ar mais limpo e comer alimentos mais nutritivos. Elas também são mais propensas a terem a oportunidade de participar em atividades pós-escolares positivas e, portanto, terem acesso aos recursos sociais e emocionais de companheiros, treinadores, lideranças juvenis, entre outros. Estas crianças são mais propensas a demostrarem ajustamento positivo, e isso é tão verdadeiro para filhos de casais do mesmo sexo, quanto para filhos de casais do sexo oposto[20].

---

[19] The Family Context of Parenting in Children's Adaptation to Elementary School (P. A. Cowan, C. P. Cowan, J. C. Ablow, V. K. Johnson & J. R. Measelle eds., 2005); E.M. Cummings, M.C. Goeke-Morey & L. M. Papp, Children's Responses to Everyday Marital Conflict Tactics in the Home, 74 Child Dev. 1918 (2003); E. M. Cummings, M. C. Goeke-Morey & L. M. Papp, Everyday Marital Conflict and Child Aggression, 32 J. Abnormal Child Psychol. 191 (2004); Golombok, ver nota 16.

[20] Neighborhood Poverty: Context and Consequences for Children (J. Brooks-Gunn, G. J. Duncan & J. L. Aber eds., 1997); Consequences of Growing Up Poor (G. J. Duncan & J. Brooks-Gunn eds., 1997); Patterson & Hastings, ver nota 16.

Em suma, os fatores que estão ligados ao desenvolvimento positivo das crianças de pais heterossexuais também estão ligados ao desenvolvimento positivo das crianças cujos pais e mães são gays e lésbicas[21].

c) Não há base científica para concluir que pais gays e lésbicas são menos adequados ou capazes do que pais heterossexuais ou que seus filhos não sejam psicologicamente saudáveis e bem ajustados

A afirmação de que os casais heterossexuais são melhores pais do que os casais do mesmo sexo, ou que os filhos de pais gays ou lésbicas se saem pior do que as crianças de pais heterossexuais não têm apoio na literatura da pesquisa científica válida[22]. Pelo contrário, a investigação científica que tem compa-

---

[21] Ver R.W. Chan, B. Raboy & C.J. Patterson, Psychosocial Adjustment Among Children Conceived Via Donor Insemination By Lesbian and Heterosexual Mothers, 69 Child Dev. 443 (1998); C. J. Patterson, Lesbian and Gay Parents and Their Children: A Social Science Perspective, in Contemporary Perspectives on Lesbian, Gay, and Bisexual Identities, Nebraska Symposium on Motivation 141 (D. A. Hope ed., 2009); Stacey & Biblarz, ver nota 16; C. J. Telingator & C. J. Patterson, Children and Adolescents of Lesbian and Gay Parents, 47 J. Am. Acad. of Child & Adolescent Psychiatry 1364 (2008); J. L. Wainright et al., Psychosocial Adjustment, School Outcomes, and Romantic Relationships of Adolescents With Same-Sex Parents, 75 Child Dev. 1886 (2009).

[22] A literatura científica sobre pais gays, lésbicas, bissexuais inclui dezenas de estudos empíricos. Eles variam na qualidade de suas amostras, desenho de pesquisa, métodos de medição e técnicas de análise de dados, mas são impressionantemente consistentes em sua incapacidade de identificar déficits nas habilidades parentais ou no desenvolvimento de crianças criadas em uma família gay ou lésbica. Seus resultados são resumidos em revisões de literatura empírica publicados em respeitadas revistas revisadas por pares, em livros acadêmicos e estudos empíricos. Ver, e.g., Stacey & Biblarz, nota 16; Perrin & Committee, ver nota 15; C. J. Patterson, Family Relationships of Lesbians and Gay Men, 62 J. Marriage & Fam. 1052 (2000); N. Anderssen et al., Outcomes for Children with Lesbian or Gay Parents: A Review of

rado pais e mães gays e lésbicas com pais e mães heterossexuais tem mostrado consistentemente que ambos são cuidadores capazes e que seus filhos são igualmente psicologicamente saudáveis e bem ajustados. Mais investigação tem sido realizada sobre as mães lésbicas do que sobre os pais gays e, assim, o conhecimento a respeito delas é mais amplo[23], mas os estudos que existem a respeito de pais gays também concluem que eles são cuidadores tão aptos e capazes quanto os heterossexuais[24].

Não obstante o forte consenso mencionado acima, os adversários da homossexualidade têm argumentado contra os direitos parentais de gays e lésbicas com base em uma pesquisa mostrando que o melhor ajustamento se dá quando as crianças

---

Studies from 1978 to 2000, 43 Scand. J. Psychol. 335 (2002); J.G. Pawelski et al., The Effects of Marriage, Civil Union, and Domestic Partnership Laws on the Health and Well- being of Children , 118 Pediatrics 349, 358-60 (2006); Wainright et al., ver nota 21, p. 1895; A. E. Goldberg, Lesbian and Gay Parents and Their Children: Research on the Family Life Cycle, in Am. Psychol. Ass'n, Contemporary Perspectives on Lesbian, Gay, and Bisexual Psychology (2010); G.M. Herek, Legal Recognition of Same-Sex Relationships in the United States: A Social Science Perspective, 61 Am. Psychol. 607, 614 (2006).

[23] Ver, e.g., R.H. Farr et al., Parenting and Child Development in Adoptive Families: Does Parental Sexual Orientation Matter?, 14 Applied Developmental Sci. 164, 176 (2010); E.C. Perrin, Sexual Orientation in Child and Adolescent Health Care 105, 115-16 (2002); C. A. Parks, Lesbian Parenthood: A Review of the Literature, 68 Am. J. Orthopsychiatry 376 (1998); S. Golombok et al., Children with Lesbian Parents: A Community Study, 39 Developmental Psychol. 20 (2003).

[24] Farr et al., ver nota 23, p. 176; Perrin & Committee, ver nota 15, p. 342; C. J. Patterson, Gay Fathers, in The Role of the Father in Child Development 397, 413 (M.E. Lamb ed., 4th ed. 2004); Ver also S. Erich et al., Gay and Lesbian Adoptive Families: An Exploratory Study of Family Functioning, Adoptive Child's Behavior, and Familial Support Networks, 9 J. Fam. Soc. Work 17 (2005); S. Erich, et al., A Comparative Analysis of Adoptive Family Functioning with Gay, Lesbian, and Heterosexual Parents and Their Children, 1 J. GLBT Fam. Stud. 43 (2005).

têm dois cuidadores[25]. No entanto, as diferenças resultantes do *número* de cuidadores em uma casa não podem ser atribuídas ao sexo dos cuidadores ou sua *orientação sexual.* Pesquisas sobre cuidadores heterossexuais geralmente indicam que as crianças ficam melhor com duas figuras parentais[26], mas a maioria desses estudos não permite conclusões sobre as consequências de se ter dois pais do mesmo sexo em relação a pais de sexos diferentes[27].

Quanto às crianças, a literatura científica não fornece "nenhuma evidência de que o ajustamento psicológico entre lésbi-

---

[25] In Lofton v. Secretary of the Department of Children & Family Services, 358 F.3d 804 (11th Cir. 2004), em defesa de uma lei da Flórida que proíbe a adoção por homossexuais, o tribunal citou como evidência científica um livreto feito por um grupo contrário ao casamento igualitário, um artigo pedindo estudos adicionais, e um artigo concluindo, ao contrário da descrição do tribunal, que "não há base científica para considerar a orientação sexual dos pais nas decisões sobre os interesses das crianças". Muitas pesquisas foram publicadas desde então. Além disso, o estatuto foi mantido para violar garantia constitucional da Flórida de protecção igual em Fla. Dep't of Children & Families v. Adoption of X. X. G. & N. R. G., 45 So.3d 79 (Fla. Dist. Ct. App. 2010). O estado não apelou.

[26] Ver, e.g., S. McLanahan & G. Sandefur, Growing Up With a Single Parent: What Hurts, What Helps 39 (1994).

[27] Uma revisão de 21 estudos empíricos critica a prática de "extrapolar (indevidamente) a partir de pesquisas sobre as famílias de mães solteiras, a retratação de filhos de lésbicas como mais vulneráveis a tudo, desde a delinquência, abuso de drogas, violência e criminalidade, a gravidez na adolescência, a evasão escolar, o suicídio, e mesmo da pobreza", e observa que a extrapolação é "inadequada" porque as famílias lesbigay nunca formam um grupo de comparação na literatura a respeito de estrutura familiar que os autores citam. "Stacey & Biblarz, ver nota 16, p. 162 & n. 2. Um estudo de 2000 U.S. Os dados do censo revelaram, após o controle de *status* socioeconômico e características das crianças, que as diferenças no desempenho acadêmico de crianças que viviam em lares onde coabitavam casais de pessoas do mesmo sexo não diferem de casais heterossexuais". Ver M.J. Rosenfeld,Nontraditional Families and Childhood Progress through School, 47 Demography 755, 770 (2010).

cas, gays, seus filhos ou outros familiares é prejudicado de forma significativa"[28]; e, sim, que "todos os estudos relevantes até à data mostram que a orientação sexual dos pais, por si só, não tem efeito mensurável sobre a qualidade das relações entre pais e filhos ou sobre a saúde mental das crianças ou seu ajuste social[29]". Uma revisão ampla de estudos científicos revisados por pares não relatou diferenças entre crianças criadas por mães lésbicas e aquelas criadas por pais heterossexuais no que diz respeito a fatores cruciais como autoestima, ansiedade, depressão, problemas de comportamento, habilidades sociais (esportes, escola e amizades), uso de aconselhamento psicológico, queixas das mães e dos professores sobre hiperatividade infantil, dificuldade de socialização, dificuldade emocional ou dificuldade de conduta[30].

A pesquisa empírica não apoia a ideia de que ter um cuidador homossexual afeta o desenvolvimento da *identidade* de *gênero* das crianças (o sentido psicológico do ser masculino ou feminino). Um painel da Academia Americana de Pediatria concluiu, com base em análise de estudos revisados por especialistas que "nenhuma das mais de 300 crianças estudadas até a data tem mostrado evidências de confusão de identidade de gênero, vontade de ser do outro sexo, ou engajamento consistente em comportamento do gênero oposto"[31].

Da mesma forma, a maioria dos estudos publicados não encontrou diferenças significativas entre os filhos de mães lésbicas e heterossexuais em relação à conformidade do *papel social*

---

[28] Patterson, Family Relationships, ver nota 22, p. 1064. G. P. Mallon, Gay Families and Parenting, in 2 Encyclopedia of Social Work 241-47 (T. Mizrahi & L.E. Davis eds., 20th ed. 2008).

[29] Stacey & Biblarz, ver nota 16, p. 176.

[30] Id. p. 169, 171.

[31] Perrin & Committee, ver nota 15, p. 342.

de gênero (adesão às normas culturais que definem o comportamento feminino e masculino)[32]. Um recente estudo também revelou que as crianças adotivas de casais de pais gays apresentaram desenvolvimento típico do papel de gênero, tanto quanto as de mães lésbicas e as de casais heterossexuais[33].

Não existe consenso científico sobre os fatores específicos subjacentes ao desenvolvimento da orientação sexual[34]. Os dados disponíveis indicam, porém, que a grande maioria dos adultos homossexuais foi criada por pais heterossexuais e que a grande maioria das crianças criadas por pais homossexuais cresce para ser heterossexual[35].

Esse *Amici* enfatiza que as habilidades parentais de gays e lésbicas bem como os desfechos positivos de seus filhos *não* são temas em que pesquisadores com credibilidade científica discordem[36]. Assim, depois de um exame cuidadoso de décadas de pes-

---

[32] Ver Patterson, Family Relationships, ver nota 22 (reviewing published studies).

[33] Ver Farr et al., ver nota 23.

[34] Ver generally 7 Am. Psychol. Ass'n, Encyclopedia of Psychology 260 (A. E. Kazdin ed., 2000); G. M. Herek, Homosexuality, in 2 The Corsini Encyclopedia of Psychology 774-76 (I.B. Weiner & W.E. Craighead eds., 4th ed. 2010).

[35] Ver Patterson, Gay Fathers, nota 24, p. 407-09; Patterson, Family Relationships, nota 22, p. 1059-60.

[36] Um estudo australiano de 1996, não replicado, pretendeu apresentar déficits dos pais gays e lésbicas e seus filhos. Ver S. Sarantakos, Children in Three Contexts: Family, Education, and Social Development, 21 Child. Australia 23 (1996). Mas os resultados anômalos de Sarantakos são provavelmente o resultado de vários problemas metodológicos, especialmente confundir os efeitos da orientação sexual dos pais com os efeitos do divórcio dos pais, que é conhecido por se correlacionarem com má adaptação e desempenho acadêmico. Ver, e.g., P. R. Amato, Children of Divorce in the 1990s: An Update of the Amato and Keith (1991) Meta-Analysis, 15 J. Fam. Psychol. 355 (2001). Alguns comentaristas citaram publicações por Paul Cameron, mas seu trabalho foi desacreditado repetidamente por viéses e imprecisões. Ver G.M. Herek, Bad Science in the Service of Stigma: A Critique of the

quisa, a Associação Americana de Psicologia concluiu em 2004 que (a) "não há evidência científica de que a eficácia dos pais está relacionada à sua orientação sexual: cuidadores gays e lésbicas, tanto quanto heterossexuais, são capazes de proporcionar ambientes saudáveis para seus filhos" e (b) que "a pesquisa mostrou que a adaptação, desenvolvimento e o bem-estar psicológico das crianças não estão relacionados com a orientação sexual dos pais, e que os filhos de cuidadores gays e lésbicas são capazes de prosperar tanto quanto os de heterossexuais" (Am. Psychol. Ass'n, *Resolution on Sexual Orientation, Parents, and Children* (2004), disponível em http://www.apa.org/about/governance/council/policy/parenting.pdf).

A NASW (Associação Norte-Americana de Trabalhadores da Assistência Social) determinou igualmente que "a característica mais marcante da pesquisa sobre mães lésbicas, pais gays e seus filhos é a ausência de achados patológicos. A segunda característica mais impressionante é a semelhança entre os grupos de pais gays e lésbicas e seus filhos com os de heterossexuais e seus filhos" (Nat'l Ass'n of Soc. Workers, Policy Statement: *Lesbian, Gay, and Bisexual Issues*, *in* Social Work Speaks 193, 194 (4th ed. 1997). *See also* Nat'l Ass'n of Soc. Workers, Policy Statement: *Family Planning and Reproductive Choice*, *in* Social Work Speaks 129, 132 (9th ed. 2012).

A Associação Psicanalítica Americana igualmente determinou que "não há evidências dignas de crédito que mostrem que a orientação sexual dos pais ou sua identidade de gênero pos-

---

Cameron Group's Survey Studies, in Stigma and Sexual Orientation: Understanding Prejudice Against Lesbians, Gay Men, and Bisexuals 223 (G.M. Herek ed., 1998); Baker v. Wade, 106 F. R. D. 526, 536 (N.D. Tex. 1985) (ruling Cameron made "misrepresentations" to the court).

sam afetar negativamente o desenvolvimento da criança" (Am. Psychoanalytic Ass'n, Position Statement: Parenting (2012), disponível em http://www.apsa.org/about_apsaa/position_statements/parenting.aspx).

Ao adotar uma posição oficial de apoio ao reconhecimento legal do casamento civil homossexual, a Associação Psiquiátrica Americana observou que "nenhuma pesquisa mostrou que as crianças criadas por gays e lésbicas são menos bem ajustadas do que as de relacionamentos heterossexuais" (Am. Psychiatric Ass'n, Position Statement: Support of Legal Recognition of Same-Sex Civil Marriage (2005), disponível em http://www.psych.org/Departments/EDU/Library/APAOfficialDocumentsandRelated/PositionStatements/200502.aspx [37]).

O Amicus Colégio Americano de Pediatria – para não ser confundido com o *amicus* aqui citado Academia Americana de Pediatria – descaracterizou um estudo recente ("o estudo Regnerus"), afirmando que ele mostrava resultados negativos para as crianças "criadas por casais do mesmo sexo" (Amicus brief em 6-8[38]). O estudo Regnerus classificou os participantes (indivíduos com idade entre 18 e 39) em uma de oito categorias, das quais seis foram definidas pela estrutura familiar em que cresceu – por exemplo, pais biológicos casados, pais divorciados, divorciados, mas se casaram outra vez etc. *Não havia nenhuma*

[37] A Associação Médica Americana também adotou uma política de apoio às reformas legislativas para permitir a adoção por parceiros do mesmo sexo. Am. Med. Ass'n, Policy H-60.940, Partner Co-Adoption, disponível em http://www.ama-assn.org/ama/pub/about-ama/our-people/member-groups-sections/glbt-advisory-committee/ama-policy-regarding-sexual-orientation.page.

[38] Citing M. Regnerus, How different are the adult children of parents who have same-sex relationships? Findings from the New Family Structures Study, 41 Soc. Sci. Res. 752 (2012).

categoria "casal do mesmo sexo". Em vez disso, as duas categorias finais incluíram todos os participantes, independentemente da estrutura familiar, que acreditavam que, em algum momento entre o nascimento e seu 18º aniversário, a sua mãe ou o seu pai tiveram um relacionamento romântico com alguém do mesmo sexo[39]. Por isso, os dados não mostram se o relacionamento romântico percebido de fato ocorreu; nem se o cuidador se autoidentificava como gay ou lésbica, nem se relacionamento do mesmo sexo era contínuo, episódico, ou de apenas uma única vez; nem se o indivíduo nessas categorias foi realmente criado por um cuidador homossexual (filhos de pais homossexuais são frequentemente criados por suas mães heterossexuais após o divórcio), e muito menos um cuidador em um relacionamento de longo prazo com um parceiro do mesmo sexo. Na verdade, a maioria dos participantes desses grupos passou muito pouco, se algum, tempo sendo criado por um "casal do mesmo sexo"[40]. Por isso, o estudo Regnerus não lança nenhuma luz sobre a parentalidade de casais do mesmo sexo estáveis e comprometidos – como o próprio Regnerus reconhece – e, portanto, é gravemente enganoso sugerir, como o Colégio Americano de Pediatria fez (p. 6), que o estudo avaliou os desfechos da criança "em crianças criadas por casais do mesmo sexo".

---

[39] Id. p. 756 (ênfase conforme original).

[40] Id. p. 757. Apenas 23% daqueles/daquelas cuja mãe já teve um relacionamento homossexual vivia em uma casa com a parceira da mãe por pelo menos três anos. Apenas 23% cujo pai já teve uma relação homossexual vivia em uma casa com o parceiro do pai por pelo menos 4 meses, mais da metade nunca tinha vivido dessa forma. Regnerus não fornece o número dos que foram criados exclusivamente por um casal do mesmo sexo desde a infância à idade de 18 anos. Possivelmente, nenhum foi.

Assim, as conclusões das principais associações de especialistas nesta área refletem um consenso de que crianças criadas por cuidadores gays ou lésbicas não diferem em quaisquer aspectos importantes daquelas criadas por cuidadores heterossexuais[41].

V. Negar o reconhecimento federal para casais do mesmo sexo legalmente casados os estigmatiza

O acima exposto mostra que as atitudes e as crenças sobre lésbicas e gays invocados pelo Congresso para aprovar o DOMA – sobre a capacidade para relacionamentos comprometidos e duradouros, e sua capacidade de criar crianças saudáveis e bem ajustadas – são contrariadas pela evidência científica e refletem uma antipatia irracional em relação a uma minoria identificável. Na institucionalização do maior acesso por heterossexuais do que por gays e lésbicas para diversos recursos federais concedidos para casais e seus filhos, a Lei transmite o julgamento do governo federal de que as relações íntimas e comprometidas entre pessoas do mesmo sexo – mesmo quando reconhecidas como uniões

[41] A sugestão do *amici* Colégio Americano de Pediatria que um "importante novo estudo" oferece uma "crítica" substantiva desse consenso é injustificada. Amicus Brief p. 4, citing L. Marks, Same-sex parenting and children's outcomes: A closer examination of the American Psychological Association's brief on lesbian and gay parenting, 41 Soc. Sci. Res. 735 (2012). O documento não apresenta novos dados empíricos. Em vez disso, ele simplesmente revisa estudos citados em um panfleto de 2005 e ignora todas as pesquisas posteriores. Ele observa limitações dos estudos citados, mas não contesta as suas conclusões, e seu argumento de que os filhos de casais do mesmo sexo estão em desvantagem depende, exclusivamente, do trabalho não replicado de um único pesquisador, Sarantakos (p. 742-44). Ver nota 35.

legais pelo Estado do casal – são inferiores aos relacionamentos heterossexuais[42]. A Associação Médica Americana reconheceu que "a exclusão do casamento civil contribui para as disparidades de saúde que afetam as famílias do mesmo sexo" (Am. Med Ass'n, Policy H-65.973, Health Care Disparities in Same-Sex Partner Households, disponível em http://www.ama-assn.org/ama/pub/about-ama/our-people/member-groups-sections/glbt-advisory-committee/ama-policy-regarding-sexual-orientation.page). Portanto o DOMA reflete e perpetua o estigma associado à homossexualidade e as consequências adversas correspondentes àqueles a quem discrimina.

Estigma refere-se a um estado ou condição que é avaliada negativamente pela sociedade, define a identidade social de uma pessoa e, assim, produz prejuízos para essa pessoa[43]. A exclusão é central para o conceito de estigma: pesquisas em psicologia social confirmam a ideia do senso comum de que os indivíduos são tratados de forma diferente conforme eles são considerados como "nós" ou "os outros"[44]. Leis onde grupos majoritários e minoritários são conformados com *status* diferentes destacam a percepção de "alteridade" das minorias e, assim, tendem a legitimar atitudes preconceituosas e ações indi-

---

[42] Ao não reconhecer os casamentos homossexuais, o DOMA torna as crianças mais vulneráveis. Por exemplo, em uma família onde um cuidador morre, o cônjuge sobrevivente não é considerado um cônjuge elegível á pensão, privando a família e a criança de proteção econômica significativa. 42 U. S. C. § 402(g). Ver nota 20.

[43] Ver E. Goffman, *Stigma*: Notes on the Management of Spoiled Identity (1963); B. G. Link & J.C. Phelan, Conceptualizing Stigma, 27 Ann. Rev. Soc. 363 (2001); J. Crocker et al., Social Stigma, in 2 The Handbook of Social Psychology 504 (D.T. Gilbert et al. eds., 4th ed. 1998).

[44] P. G. Devine, *Prejudice and Outgroup Perception, in Advanced Social Psychology* 467-524 (A. Tesser ed., 1995) (revisando pesquisas sobre as consequências psicológicas de categorização de pessoas em grupos).

viduais contra o grupo desfavorecido, incluindo o ostracismo, assédio, discriminação e violência. Um grande número de lésbicas, gays e bissexuais experimenta tais atos de preconceito por causa de sua orientação sexual[45].

Em suma, o DOMA transmite o julgamento do governo de que, no âmbito dos relacionamentos íntimos, um casal do mesmo sexo legalmente casado é inerentemente menos merecedor de reconhecimento pleno da sociedade através da concessão de benefícios federais ligados ao casamento do que os casais heterossexuais. Desvalorizando e deslegitimando as relações de pessoas do mesmo sexo, o DOMA produz e perpetua o estigma historicamente ligado à homossexualidade. Na verdade, este efeito da lei condena muito além da negação de benefícios financeiros tangíveis aos casais do mesmo sexo casados, já que o Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente reconhecido a inconstitucionalidade da legislação estigmatizante baseada em classificações estereotipadas. Em *Heckler v Mathews,* 465 U.S. 728, 739-40 (1984: "Como temos repetidamente enfatizado, a própria discriminação, por perpetuar 'noções arcaicas e estereo-

[45] Uma recente pesquisa nacional de uma amostra representativa de minorias sexuais adultas descobriu que 21% deles/delas tinham sido alvo de uma agressão física ou crimes contra a propriedade por causa de sua orientação sexual desde os 18 anos. Trinta e oito por cento dos homens homossexuais tinham sido alvo de assédio ou crime contra a propriedade por causa de sua orientação sexual. Dezoito por cento dos homens homossexuais e 16% das lésbicas disseram ter experienciado a discriminação no emprego ou habitação. G. M. Herek, Hate Crimes and Stigma-Related Experiences Among Sexual Minority Adults in the United States: Prevalence Estimates from a National Probability Sample, 24 J. Interpersonal Violence 54 (2009); Ver also G. M. Herek et al., Psychological Sequelae of Hate-Crime Victimization Among Lesbian, Gay, and Bisexual Adults, 67 J. Consulting & Clinical Psychol. 945, 948 (1999); M. V. L. Badgett, Money, Myths, and Change: The Economic Lives of Lesbians and Gay Men (2001).

tipadas' ou por estigmatizar membros de grupos desfavorecidos como 'naturalmente inferiores' e, portanto, como participantes menos dignos da comunidade política *** pode causar sérios danos não econômicos àquelas pessoas a que têm negadas igualdade de tratamento unicamente por causa de sua pertença a um grupo desfavorecido" (nota de rodapé e citações omitidas).

Assim, como o Juiz Jones corretamente sustenta, o DOMA estabelece uma classificação que não tem qualquer relação racional com qualquer propósito de governo legítimo (...).

SÍNTESE DE POLÍTICAS LGBTTS NACIONAIS, ESTADUAIS E LOCAIS

Ângelo Brandelli Costa

Tabela 1: Síntese de documentos federais

Documentos	Descrição
Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997	Incluem a educação sexual (incluindo a discussão sobre orientação sexual) de forma transversalizada em todo o conteúdo das disciplinas do ensino fundamental e médio.
Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual de 2004	Prevê 60 ações, distribuídas em onze áreas, envolvendo oito secretarias e ministérios em torno de três eixos: a) inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de LGBTT, nas políticas públicas e estratégicas do Governo Federal; b) produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas destinadas ao combate à violência e à discriminação por orientação sexual; e c) entendimento de que o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira.

Documentos	Descrição
Decreto da Presidência da República nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências.	Institui o PSE com finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Dentre as ações, destaca-se o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) que tem a finalidade de realizar ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes e jovens, buscando contribuir para a redução da infecção pelo HIV/Aids e dos índices de evasão escolar causada pela gravidez na adolescência ou juvenil.
Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e DST entre Gays, outros Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) e Travestis. (2007)	Tem por objetivo enfrentar a epidemia do HIV/Aids e das DST entre gays, outros HSH e travestis, por meio da redução de vulnerabilidades, estabelecendo política de prevenção, promoção e atenção integral à saúde. Dentre as metas, com prazo para 2008, destaca-se a integração de instituições governamentais e não governamentais no processo de elaboração dos planos de ações municipais para o enfrentamento da epidemia em HSHs e travestis.
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (2008)	Diretrizes que visam a qualificar a atenção à saúde da população masculina na perspectiva de linhas de cuidado que resguardem a integralidade da atenção. Destacam-se promoção na população masculina, conjuntamente com o Programa Nacional de DST/Aids, de prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV; e promoção à atenção integral à saúde do homem nas populações indígenas, negras, quilombolas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, trabalhadores rurais, homens com deficiência, em situação de risco, em situação carcerária, desenvolvendo estratégias voltadas para a promoção da equidade para distintos grupos sociais.

Documentos	Descrição
Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009)	51 diretrizes para a operacionalização das propostas aprovadas na 1ª Conferência Nacional LGBTT, as quais se materializam em 180 ações. Dentre elas, promover a implementação de Planos de Enfrentamento da Epidemia de Aids e outras DST entre Gays, HSH e Travestis nas secretarias estaduais e municipais de saúde.
Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) (2009)	São as Resoluções aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH) composta por seis eixos orientadores, subdividem-se em 25 diretrizes e 82 objetivos estratégicos, os quais se desdobram em 521 ações programáticas. No que diz respeito ao HIV/Aids destaca-se: Apoiar a participação dos portadores de doenças sexualmente transmissíveis – DST e de pessoas com HIV/Aids e suas organizações na formulação e implementação de políticas e programas de combate e prevenção das DST e do HIV/Aids; incentivar campanhas de informação sobre DST e HIV/Aids, visando a esclarecer a população sobre os comportamentos que facilitem ou dificultem a sua transmissão; apoiar a melhoria da qualidade do tratamento e assistência das pessoas com HIV/Aids, incluindo a ampliação da acessibilidade e a redução de custos; e assegurar atenção às especificidades e diversidade cultural das populações, as questões de gênero, raça e orientação sexual nas políticas e programas de combate e prevenção das DST e HIV/Aids, nas campanhas de informação e nas ações de tratamento e assistência. Incentivar a realização de estudos e pesquisas sobre DST e HIV/Aids nas diversas áreas do conhecimento, atentando para princípios éticos de pesquisa.

Documentos	Descrição
Portaria do Ministério da Saúde nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde	Destaca-se o reconhecimento do direito de a pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social.
Decreto Presidencial de 4 de junho de 2010. Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia	Institui 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia.
Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2010)	Compõe-se de um conjunto de diretrizes para a garantia da atenção integral a saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do Ministério da Saúde. Dentre elas, manutenção e fortalecimento de ações para prevenção de DST/Aids, com especial foco nas populações LGBTT, e oferecimento de atenção integral na rede de serviços do SUS para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas DSTs, HIV, Aids, hepatites virais etc;
Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132 do Supremo Tribunal Federal de 5 de maio de 2011	Ação onde se equipararam os direitos da união entre pessoas de sexos opostos às uniões de pessoas de mesmo sexo.

Documentos	Descrição
Resolução do conselho nacional de política criminal e penitenciária nº 4, de 29 de junho de 2011. Recomenda aos departamentos penitenciários estaduais ou órgãos congêneres que seja assegurado o direito à visita íntima à pessoa presa, recolhida nos estabelecimentos prisionais	Garante o direito de visita íntima às pessoas presas casadas entre si, em união estável ou em relação homoafetiva, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas.
Portaria do Ministério da Saúde nº 2.836, de 1º de Dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBTT)	Institui a Política Nacional de Saúde Integral LGBTT no âmbito do SUS. Dentre as ações, destaca-se oferecer atenção integral na rede de serviços do SUS para a população LGBTT nas Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), especialmente com relação ao HIV, à Aids e às hepatites virais.
Resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo	Veda às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Documentos	Descrição
Portaria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República nº 766, de 3 de julho de 2013, que Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT e dá outras providências	Institui o sistema Nacional LGBT com a finalidade de organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do Poder Público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade.

Tabela 2: Síntese de documentos estaduais e municipais

	Documentos	Descrição
Âmbito Estadual	Lei Estadual nº 11.872, do estado do Rio Grande do Sul de 19 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências	Legislação do Estado do Rio Grande do Sul sobre combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.
	Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre a população de Gays, HSHs e travestis do Estado do Rio Grande do Sul (2008)	Conjunto de diretrizes e compromissos do Estado na implementação da política pública de prevenção para a população de Gays, HSHs e travestis. Dentre as ações, garantir espaço para as OSC no PAM dos municípios; garantir a disponibilização do quantitativo necessário de insumos (gel, preservativo), planejando como se dará a distribuição pelos municípios; fomentar a aprovação de leis municipais que obriguem motéis, saunas e locais comerciais, onde há espaço para práticas sexuais, a comprarem e disponibilizarem gratuitamente, para seus clientes, preservativos e gel lubrificante.
	Decreto do Estado do Rio Grande do Sul nº 48.118, de 17 de maio de 2011. Dispõe sobre o tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá providências	Assegura nos procedimentos e atos dos Órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta de atendimento a travestis e transexuais o direito à escolha de seu nome social, independentemente de registro civil, nos termos deste Decreto.

	Documentos	Descrição
Âmbito Estadual	Lei Estadual n.º 13.735, de 1° de junho de 2011. Institui o "Dia Estadual de Combate à Homofobia no Estado do Rio Grande do Sul"	Fica instituído o "Dia Estadual de Combate à Homofobia no Estado do Rio Grande do Sul", a ser promovido, anualmente, no dia 17 de maio.
	Decreto do Estado do Rio Grande do Sul nº 49.122, de 17 de maio de 2012. Institui a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul	Fica instituída a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul, para o exercício dos direitos previstos no Decreto n° 48.118, de 27 de junho de 2011.
	Parecer da Comissão de Legislação e Normas do Estado do Rio Grande do Sul nº 739 de 3 de novembro de 2009. Aconselha as escolas do Sistema Estadual de Ensino a adotar o nome social escolhido pelo aluno pertencente aos grupos transexuais e travestis	Propõe o aconselhamento às escolas do Sistema Estadual de Ensino para a adoção do nome social escolhido pelo aluno pertencente aos grupos transexuais e travestis.
Âmbito Municipal	Lei Orgânica do Município de Porto Alegre de 3 de abril de 1990	Destaca-se o artigo 150, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação a gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais ou a qualquer pessoa em decorrência de sua orientação sexual por estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços, entidades educacionais, creches, hospitais, associações civis, públicas ou privadas.

SOBRE OS AUTORES

Ângelo Brandelli Costa é psicólogo, mestre em Psicologia Social e Institucional e doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: angelobrandellicosta@gmail.com.

Camila Guaranha é psicóloga, especialista em Saúde Coletiva, mestranda em Psicologia Social/UFRGS, membro do NUPSEX/UFRGS. Email: milaguaranha@hotmail.com.

Célio Golin é coordenador geral do **nuances**, formado em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: celiogolin@yahoo.com.br.

Cristina Gross Moraes é artista plástica e estudante de Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS. É bolsista do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade. E-mail: gross.moraes@gmail.com.

Daniela Fontana Bassanesi é estudante de Psicologia na UFRGS e bolsista do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade. E-mail: dfbassanesi@gmail.com.

Eduardo Lomando é psicólogo, psicoterapeuta Sistêmico, mestre e doutorando em Psicologia Social/UFRGS, professor de Psicologia da FADERGS, membro do NUPSEX/UFRGS. E-mail: eduardolomando@yahoo.com.

Fernando Altair Pocahy é *nuanceira* e professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza, onde coordena o laboratório de estudos e pesquisas

Corpo, Gênero e Sexualidade nos Processos de Subjetivação/ Multiversos. E-mail: pocahy@uol.com.br.

Henrique Caetano Nardi é professor do Departamento e do PPG em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero. E-mail: hcnardi@gmail.com.

Júlia Arnhold Rombaldi é estudante de psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista BIC/UFRGS de Iniciação Científica no projeto "Formas de enfrentamento da homofobia nas escolas: análise de projetos em andamento na Região Metropolitana de Porto Alegre", orientada por Henrique C. Nardi. E-mail: juliarombaldi@gmail.com.

Lucas Aguiar Goulart é doutorando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do NUPSEX – Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero e do CRDH – Centro de Referência em Direitos Humanos Relações de Gênero e Sexualidade. E-mail: la_goulart@hotmail.com.

Maria Juracy Filgueiras Toneli é professora no Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Núcleo *Margens*: Modos de Vida Família e Relações de Gênero. E-mail: juracy.toneli@gmail.com

Marília dos Santos Amaral é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Núcleo *Margens*: Modos de Vida Família e Relações de Gênero. E-mail: mariliapsico@hotmail.com

Marina Reidel é professora do Curso de Artes Visuais da FUNDARTE, mestra em Educação (UFRGS); assessora Municipal da Coordenadoria de Políticas da Diversidade – Canoas; conselheira nacional LGBT; coordenadora nacional da REDE TRANS EDUC BRASIL (Rede de professores Trans), ativista LGBT, colaboradora da Igualdade RS e da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). E-mail: marina_euro_peia@hotmail.com.

Priscila Pavan Detoni é doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do NUPSEX – Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero e do CRDH – Centro de Referência em Direitos Humanos Relações de Gênero e Sexualidade. E-mail: pridetoni@yahoo.com.br.

Raquel da Silva Silveira é doutora e pós-doutoranda em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e integrante do NUPSEX e do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade/UFRGS. E-mail: raquelsilveira43@gmail.com.

Rodrigo Oliva Peroni é estudante de Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista PROBIC-UFRGS/FAPERGS de Iniciação Científica no projeto "Formas de enfrentamento da homofobia nas escolas: análise de projetos em andamento na Região Metropolitana de Porto Alegre, orientado por Henrique C. Nardi. E-mail: roperoni@gmail.com.

Vinícius S. Roglio é estudante do curso de Estatística na UFRGS e bolsista do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade. E-mail: rogliovs@gmail.com.



(51) 3227 1797 / 8409 9437

Este livro foi confeccionado especialmente
para a Editora Meridional Ltda., em Times New Roman,
e impresso na Gráfica Pallotti.

O campo das relações de gênero e da diversidade sexual constitui um núcleo importante dos debates políticos e científicos contemporâneos em torno dos direitos humanos. Desde a segunda metade do século XX, os movimentos sociais têm se empenhado na luta por direitos igualitários entre homens e mulheres, independente da orientação sexual e da expressão de gênero. As políticas públicas direcionadas a essas questões são ainda mais recentes e alvo de contestação e embates teórico-políticos.

Inserido nesse contexto de discussões, o livro Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas é um convite ao diálogo interdisciplinar. Ele busca ser uma ferramenta para a formação de profissionais que estão trabalhando ou que estão sendo formadas/os para trabalhar nas políticas públicas, sobretudo, no contexto da assistência, da saúde, da educação e da justiça. Dessa forma, destina-se tanto a profissionais da rede de atenção quanto aos e às estudantes de graduação nos mais diversos campos disciplinares

Editora Sulina
www.editorasulina.com.br